

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE – PRODEMA
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ANNA ERIKA FERREIRA LIMA

TOCANDO EM FRENTE... :
CULTURA CAMPONESA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS
NO ASSENTAMENTO INGÁ/FACUNDO – PARAMBU - CEARÁ

FORTALEZA, CEARÁ
2008

ANNA ERIKA FERREIRA LIMA

TOCANDO EM FRENTE... :
CULTURA CAMPONESA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NO
ASSENTAMENTO INGÁ/FACUNDO – PARAMBU - CEARÁ

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Análise das Questões Agrárias – Organização da Produção, Poder e Movimentos Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

FORTALEZA, CE.
2008

L696t Lima, Anna Erika Ferreira
Tocando em frente ... : cultura camponesa e apropriação dos recursos no
assentamento Ingá/Facundo – Parambu – Ceará / Anna Erika Ferreira
Lima.2008
193 f. ;il. color. enc.

Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Área de concentração: Análise da Questão Agrária
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de
Ciências. Depto. de Geografia , Fortaleza, 2008.

1. Camponês 2. Cultura 3. Apropriação 4. Geografia agrária I. Sampaio
José Levi Furtado (orient.) II. Universidade Federal do Ceará – Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente III. Título

CDD 363.7

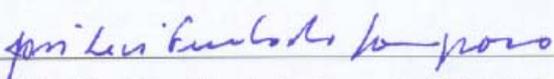
ANNA ERIKA FERREIRA LIMA

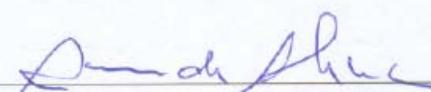
TOCANDO EM FRENTE...
CULTURA CAMPONESA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS EM
INGÁ/FACUNDO – PARAMBU - CEARÁ

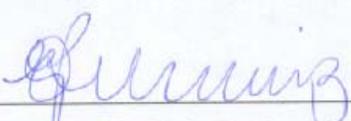
Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Análise das Questões Agrárias – Organização da Produção, Poder e Movimentos Sociais.

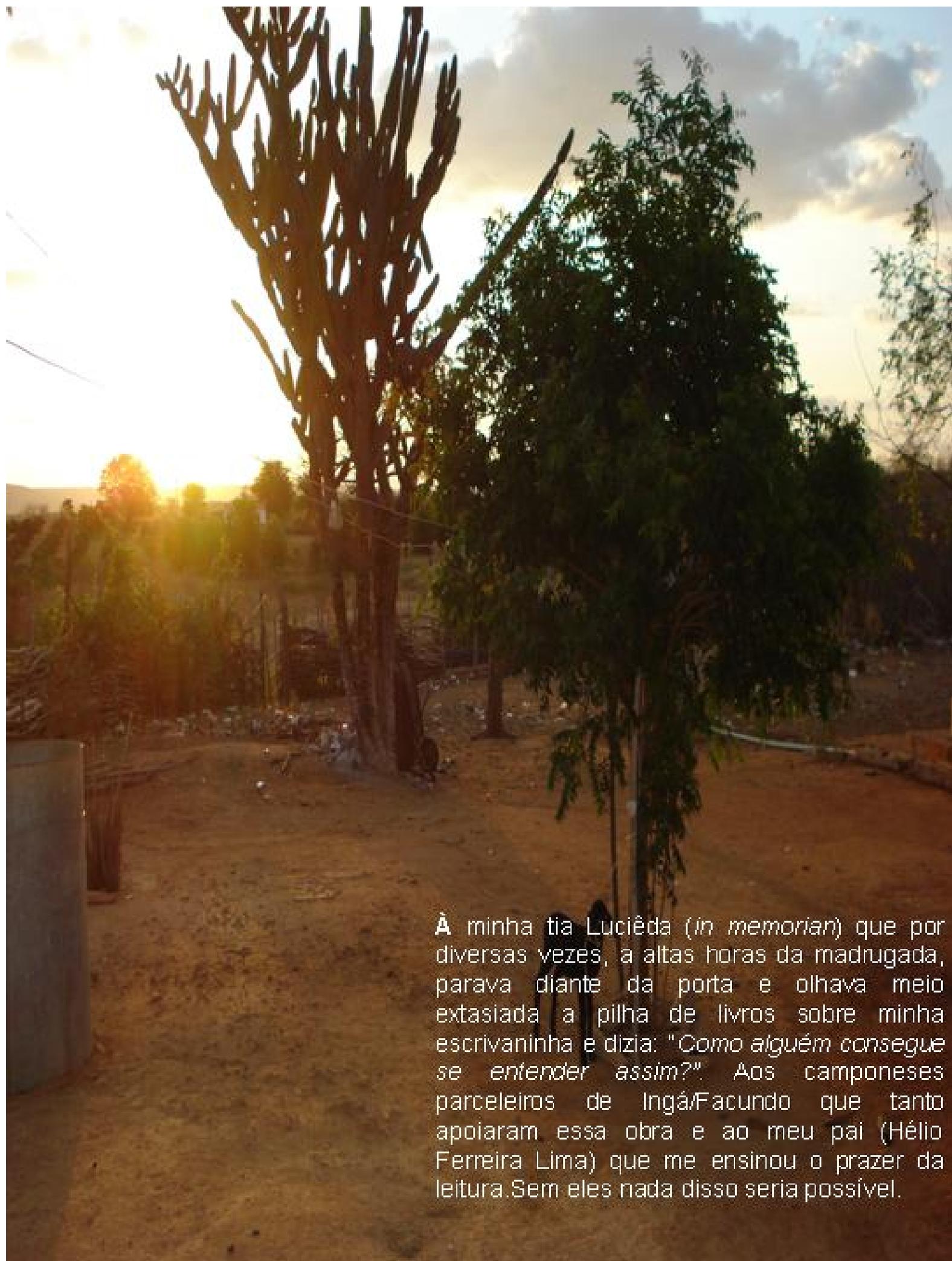
Aprovada: 10/04/2008

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC


Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará – UFC


Prof.ª Dr.ª Cátia Regina Muniz
Pesquisadora do CNPq - UFC



À minha tia Luciêda (*in memoriam*) que por diversas vezes, a altas horas da madrugada, parava diante da porta e olhava meio extasiada a pilha de livros sobre minha escrivaninha e dizia: "Como alguém consegue se entender assim?". Aos camponeses parceiros de Ingá/Facundo que tanto apoiaram essa obra e ao meu pai (Hélio Ferreira Lima) que me ensinou o prazer da leitura. Sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer remete a uma ação em resposta a algo realizado anteriormente. É uma resposta pelo que fizeram por nós ou a quem temos apreço. Essa ação de agradecer pode ter assumido proporções maiores do que as pessoas podem imaginar. Assim, afirmo que escrever uma dissertação faz com que adquiramos algumas dívidas. Essas, provavelmente, poderão demorar a ser pagas, mas, inevitavelmente, nunca serão esquecidas, posto que, nos construtos de uma pesquisa participativa, tantas pessoas passam por esses caminhos deixando um pouco de si e possibilitando que algo seja transformado. Neste sentido, remeto-me:

À minha querida mãe, Gracy Ferreira Lima, e às minhas irmãs, Anna Karoline Ferreira Lima e Anna Katarine Ferreira Lima, que sempre iluminam meus dias e compreenderam minhas dúvidas, ansiedades e incertezas durante os construtos desse processo;

Ao meu orientador e amigo desde 2002, José Levi Furtado Sampaio (UFC), pessoa instigante que me incita sempre a querer ser uma pessoa e uma profissional melhor. Ratifico que conviver com você é um aprendizado ininterrupto. Espero que um pouco da sua humanidade, sensibilidade e profissionalismo tenham ficado em mim;

À Nayara Moura Rocha, presença amiga tanto nos momentos de encontro como nos de desencontro da vida, cujo apoio e conselhos providenciais sempre foram essenciais para meu crescimento. Sentirei muitas saudades;

À Danielle Rodrigues da Silva (PRODEMA-2006), pela amizade, paciência e companhia durante nossas viagens de campo por esse “Sertão de meu Deus”, além das sugestões pertinentes no decorrer da Pesquisa. Muito obrigada pelos momentos de descontração durante aqueles dias que no início eram longos e que nos últimos tempos passaram tão rápido em Parambu;

À Simone Eugênia de Melo Lima (PRODEMA-2006), pelo exemplo de prestatividade e determinação e, acima de tudo, pelas conversas que estabelecemos desde que nos conhecemos, principalmente aquelas que levaram à edificação da pesquisa.

Ao amigo Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP), por tantas conversas durante os meandros de tal processo e pelas diversas sugestões que ajudaram-me nesse caminho;

À querida Kelma Socorro Lopes de Matos (UFC), por sua tranquilidade e conselhos para que eu concluísse esse ciclo de minha vida;

À amiga Maria Alves Lima – Lia (CPT - Fortaleza), apaixonada pela causa camponesa, por todo apoio realizado, acolhendo-me na escolha por Parambu e pelas suas profícuas sugestões;

Às amigas Alene Paz Pereira e Márcia Veras, cujos sorrisos são paragens tranquilas que me proporcionam um profundo sossego;

Aos queridos Rafael Fialho, Uaracy, Elisângela Marques, Marcelo Geison, Marcelo Oliveira, Alexandra Silva de Lima, Tatiana Silva de Lima, Mariana Silva de Lima, Gabriela Pascoal, Silvia Nepomuceno Freire, Rosa Lilian Sérgio, Kledir Ateneus, Nayana Moura da Rocha, Daniel Gadelha de Oliveira, Thiago Ronieri e Jucier que continuamente se preocupavam comigo durante minhas viagens e no transcorrer desse processo. Eles sabem o quanto me doei;

Ao amigo Andrey Luna Saboia, pela disponibilidade em ler alguns escritos e por descobrir referências às quais pareciam inexistentes;

Ao querido Feliciano (MAG-UECE), que auxiliou com paciência e solicitude a produção do Mapa 1 de localização; as Fabio Oliveira que colaborou com algumas imagens, ao caríssimo Marcelo Moura Fé pelas discussões por e-mails sobre os aspectos físicos de Parambu; ao querido Wesley Rocha, por suas contribuições ao que tange os aspectos pedológicos; e à querida Débora e Andréa C. Panizza (USP) pela revisão do Resumè;.

À Turma PRODEMA 2006, em especial aos queridos amigos Ana Cecília Serpa Braga Vasconcelos, Diana Maria Ferreira Bezerra, Anny Jacqueline Cysne Rosas, Zacharias Bezerra de Oliveira, Maristela Machado Crispim, Geovany Rocha Torres, Maria Elisângela do Espírito Santo, à Melca Silva Rabelo, Carla Daniela e Ewerton Torres Melo, que, dentro de suas diversidades, fizeram com que esses dois anos fossem de amadurecimento, conhecimento e engrandecimento. Esse mestrado não seria o mesmo sem vocês.

Ao DAAD, meu fomentador, pelo apoio financeiro por meio da bolsa de mestrado que possibilitou a realização da pesquisa;

À coordenadora Vlória Pinto Vidal de Oliveira, pelo apoio, bem como aos demais que compõem o grupo PRODEMA-UFC, sem esquecer o querido Zé Gerardo.

À Banca, nas pessoas do Professor Amaro Alencar, pelas indicações de leituras e à Professora Cátia Muniz por sempre se mostrar compreensiva nos e-mails os quais trocamos;

À Antônia Alves de Souza - Dita (STTR-Parambu) e Dona Socorro Matos (STTR-Parambu), que nos acolheram tão bem durante as pesquisas de campo e possibilitaram nossa (minha e de Danielle) aproximação com os camponeses, além de serem exemplos de mulheres camponesas militantes;

Aos meninos do STTR – Parambu (Carlos Miguel de Oliveira, Nazareno Carlos Loiola e José Barra de Oliveira - Dedé), que tinham sempre a maior paciência em me atender e nunca disseram um “não”, além da atenção vir acompanhada por um sorriso.

Ao Sr. Chiquinho Pereira, camponês forte, homem de luta e fé, pelas conversas calorosas e até propostas inusitadas;

Às queridas Maria do Socorro e Maria Valdilene Martins da Silva, exemplos de mulheres e hoje amigas que possibilitaram que meus dias em Facundo fossem de aprendizado e mudança interior;

À parceira e líder sindical Maria Alexandrina de Oliveira (Dona Deuzinete), mulher sábia e de fé, por todos os ensinamentos sobre a vida camponesa;

Ao parceiro José Gomes de Andrade (Zé Inácio), pelas informações essenciais sobre Ingá/Facundo;

Ao Seu Otávio Torquato, que, durante os momentos em que nos encontrávamos, me fazia sempre viajar em suas memórias. Nunca esquecerei tantos “causos”;

Ao Sr. Henrique Martins, parceiro de Facundo, cujas histórias de vida e de amor pela terra me fazem perceber o quanto tenho a aprender com o camponês, e por me ensinar que o mundo é bem maior, que vai mais além dos muros da Universidade;

E aos demais camponeses de Ingá/Facundo. Espero que eu possa ter me transformado numa boa ouvinte... Espero ter aprendido um pouco mais...



TOCANDO EM FRENTE

**Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Ou nada sei**

**Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir**

**Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou**

**Conhecer as manhas e as manhãs,
O sabor das massas e das maçãs,
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir**

**Todo mundo ama um dia todo mundo chora,
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz**

**Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir**

**Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história,
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz**

(Almir Sater e Renato Teixeira)

RESUMO

Embora possua origens remotas, a questão agrária se materializa como um debate persistente no início do século XXI. Mesmo diante de consideráveis transformações econômicas, sociais e políticas, o que se percebe no Brasil e no mundo é a vitalidade da luta por terra e da demanda por reforma agrária, via resistência e superação das adversidades postas aos camponeses. Logo, resultantes tanto da história de vida, como dos costumes, os camponeses expressam suas formas de apropriação por meio das tradições culturais ou costumes campesinos. Eles lançam um olhar orientado pelas necessidades, seus conhecimentos e seu saber fazer, para conseguirem a soberania alimentar, superação e recriação. Nesse contexto, objetivou-se *realizar um estudo sociocultural sobre os camponeses do assentamento Ingá/Facundo desde 1981 até 2006, considerando as formas de apropriação dos recursos e a influência dos costumes sobre essas práticas, considerando as transformações sociais ocorridas nesse espaço*. Assim, para se alcançar tal objetivo, inicialmente, vislumbrou-se apreender o estudo do campesinato dentro do viés sociocultural que remete à compreensão da cultura sob a ótica do materialismo histórico, no qual a dialética é uma das concepções essenciais para se compreender os processos existentes nesse assentamento. Daí o motivo de se estudar autores da Geografia, da Antropologia e das Ciências Ambientais, posto que esses auxiliaram no descortinar dos “segredos íntimos” da vida campesina sertaneja, da relação terra – trabalho – família, não sob a égide da tão profanada idéia de que o camponês sertanejo é um homem sofrido, mas sim de sujeitos sociais que se utilizam de exemplos de vida, ensinamentos, perdas e vitórias para irem “*Tocando em Frente*” suas vidas e ensinamentos. No mais, sem buscar uma conceituação fechada, pré-estabelecida do ser camponês, afirmamos que esses sujeitos estão constantemente recriando-se, não só por conta do seu próprio processo histórico, mas também por terem a ciência de que suas histórias são expressões de luta, memórias e fatos, que sempre ratificam sua cultura de vida, recorrendo continuamente ao passado, que lhes permite a construção de um saber próprio, transmitido aos filhos, e que possibilita uma cultura própria, evidenciando o ininterrupto *tocar em frente* que é a vida do camponês.

Palavras-chave: camponês, cultura, apropriação, geografia agrária.

RESUMÉ

La question agraire, malgré ses origines, se montre comme un débat persistant au debut du siècle XXI. Même avec les considérables transformations économiques, sociales et politiques, au le Brésil et au monde, la vitalité de la lutte pour la terre, la demande de réforme agraire, par le biais de résistance et des paysans est constante. Par l'histoire et les coutumes, les paysans expriment ses appropriations sous forme de traditions culturelles ou coutumes paysans. Ils lancent un regard orienté vers leur savoir faire afin d'assurer les besoins alimentaires de base et sa reproduction. Dans ce contexte il est nécessaire réaliser une étude socioculturel sur le paysans du établissement ruraux Inga/Facundo depuis 1981 jusqu'à 2006, considérant les formes d'appropriation des ressources et l'influence des coutumes sur ces pratiques, considérant les transformations sociales survenues pendant ce temps. Initialement, le étude du paysannerie a été entrevu dans le point de vue socioculturel, ceci dit l'envoie à la compréhension de la culture sous l'optique du matérialisme historique, dans lequel la dialectique est une des conceptions essentielles pour appréhender les processus existants. La bibliographie orbite autour de la Géographie, de l'Anthropologie et des Sciences Environnementales pour dévoiler les "secrets intimes" de la vie rurale de la région. La relation terre-travail-famille a montré que le paysan de la région sauvage est un souffre-douleur, mais aussi un sujet sociale qui profite des exemples de vie, enseignements, pertes et victoires pour avancer dans la vies et les enseignements. Les paysans se reproduisent constamment, non seulement à cause de leur processus historique, mais aussi grâce au fait d'avoir la certitude que leurs histoires sont des expressions de luttes, souvenirs et faits, ce qui ratifie toujours sa culture de vie, en recourant constamment au passé, qui leur permet la construction d'un savoir pour la retransmission aux enfants et qui rend possible une propre culture paysanne.

Paysan, culture, appropriation, géographie agraire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Localização do município de Parambu – Ce na sub-bacia do Alto Jaguaribe.....	21
FIGURA 2	Atividade de campo durante o Curso de Formação da CPT – 2007....	38
FIGURA 3	Grupo Focal realizado em Facundo.....	42
FIGURA 4	Propriedade do Sr. Henrique Martins (Facundo II) – roça consorciada de milho e feijão.....	46
FIGURA 5	Propriedade do Sr. Henrique Martins (Facundo II) – preparação do solo para o próximo plantio.....	46
FIGURA 6	Vista da Planície Sertaneja – Parambu – Ceará.....	78
FIGURA 7	Formação Serra Grande – Parambu - Ceará.....	78
FIGURA 8	Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos – Parambu - Ceará....	79
FIGURA 9	Serrote de Santo Antônio e alinhamento de mais dois inselbergs ao norte.....	80
FIGURA 10	Área com afloramentos rochosos e chão pedregoso. Facundo I – Parambu – CE.....	82
FIGURA 11	Área degradada com solos mais rasos.....	82
FIGURA 12	Braúna – árvore centenária, típica da caatinga, no topo da ladeira na estrada de Facundo III.....	83
FIGURA 13	Catingueiras, Marmeleiros e Mandacarus em Facundo II.....	83
FIGURA 14	Cerca Viva de Mandacará – Facundo II.....	87
FIGURA 15	Cerca Viva de Nim – Facundo II.....	87
FIGURA 16	Área de Baixio – Facundo III.....	88
FIGURA 17	Principal elemento de colonização do Sertão dos Inhamuns.....	93
FIGURA 18	Conversa com Dona Deuzinete em Facundo I.....	95
FIGURA 19	Atual Igreja de São Pedro, no lugar da antiga capelinha.....	98
FIGURA 20	Confraternização na Parcela do Sr. Ant ^o Henrique da Silva com familiares que hoje vivem na Bahia, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul – Facundo III.....	100
FIGURA 21	Confraternização na Parcela do Sr. Ant ^o Henrique da Silva com familiares que hoje vivem na Bahia, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul – Facundo III.....	100
FIGURA 22	Parcela com Baixio – Plantação de culturas permanentes – Alfaces, tangerinas e laranjeiras.....	103
FIGURA 23	Sede da ADECOMP em Parambu.....	105
FIGURA 24	Entrevistas com camponeses – Facundo.....	107
FIGURA 25	Capinadeira - preparação do solo para semente do milho e do feijão....	120
FIGURA 26	Plantio em Facundo II – esposa e marido plantando feijão variedade – <i>Ligeiro</i> – em uma roça solteira.....	123
FIGURA 27	Croqui de uma plantação consorciada – milho e feijão.....	127
FIGURA 28	Enxada com cabo de marmeleiro.....	128
FIGURA 29	Matraca (plantadeira).....	128
FIGURA 30	Área de plantio em campo, aradada com capinadeira – Facundo I.....	128
FIGURA 31	Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo – APPIF.....	129
FIGURA 32	Croqui da Vila Principal do Assentamento.....	131
FIGURA 33	Vassourinha.....	140
FIGURA 34	Utilização das folhas e galhos secos de vassourinha.....	140
FIGURA 35	Pilão de Aroeira.....	142
FIGURA 36	Cadeira feita com madeira de angico e couro de cabra.....	142

FIGURA 37	Banco feito com madeira de aroeira.....	142
FIGURA 38	Reserva particular de marmeleiros em Facundo II.....	143
FIGURA 39	Área de broca e coivara.....	144
FIGURA 40	Cerca de Lombo – Feita com vara de marmeleiro ou catingueira, indicada para proteção de criações - Facundo II.....	145
FIGURA 41	Cerca de Faxina – Feita com vara de marmeleiro ou catingueira, mais indicada para proteção de casas - Facundo II.....	145
FIGURA 42	Açude Bolsão do Facundo, construído em 1983.....	155
FIGURA 43	Poço perfurado em Facundo I.....	155
FIGURA 44	Casa com cisterna construída pelo INCRA – Facundo III.....	155
TABELA 1	Imóveis comprados, desapropriados e doados antes do I PNRA/PRRA – CE – INCRA - CE – 1980 A 1985.....	22
TABELA 2	Secas ocorridas no Ceará (XVI – XX).....	84
TABELA 3	População residente por sexo e situação	99
TABELA 4	Dados Populacionais de Ingá/Facundo.....	101
MAPA 1	Localização da Área de Estudo.....	19
MAPA 2	Estado do Ceará em 1930.....	94
MAPA 3	Sertão dos Inhamuns em 1930.....	95
MAPA 4	Planta de Ingá.....	113
MAPA 5	Planta de Facundo.....	114
QUADRO 1	Calendário dos trabalhos de campo.....	39
QUADRO 2	Calendário de Atividades Anuais.....	118
QUADRO 3	Lista de instrumentos utilizados pelo camponês de Ingá/Facundo.....	120
QUADRO 4	Música “Facundo”.....	126
QUADRO 5	Variedades de milho e feijão plantadas em Ingá/Facundo.....	132
QUADRO 6	Calendário de Culturas Permanentes em Ingá/Facundo.....	134
QUADRO 7	Espécies identificadas que não são mais encontradas no assentamento.....	141
QUADRO 8	Flora encontrada em Ingá/Facundo: suas ações medicinais e outras funções.....	147
QUADRO 9	Ocorrência de fauna silvestre em Ingá/Facundo.....	151

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADECOMP.....	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Parambu
APPIF.....	Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo
ARENA.....	Aliança Renovadora Nacional
CNUMAD.....	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG.....	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
DAAD.....	Deutscher Akademischer Austauschdienst
DS.....	Desenvolvimento sustentável
DAS.....	Declaração do Semi-Árido
EMATER.....	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
FETRAECE.....	Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará
FNE.....	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNCEME.....	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNTERRA.....	Fundação de Previdência Privada da Terracap
FUNTERRA.....	Fundo de Terras
GPS.....	Sistema de Posicionamento Global
HSC.....	História Social Camponesa
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAT.....	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MAB.....	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAP.....	Movimentos dos Pequenos Agricultores
MMC.....	Movimento das Mulheres Camponesas
MST.....	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
ONG.....	Organização Não-Governamental
PA.....	Projeto de Assentamento
PDRA.....	Plano de Desenvolvimento e de Recuperação do Assentamento
PIMC.....	Programa 1 Milhão de Cisternas
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRODEMA.....	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RIMISP	Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural
SAB.....	Semi-Árido Brasileiro
STTR.....	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Parambu
TCU.....	Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS – O caminho SE FAZ AO CAMINHAR.....	30
2.1	Considerações metodológicas e Campo do Estudo.....	33
2.1.1	O caminho das pedras – entre escolhas, acertos e equívocos no percurso.....	34
2.1.2	Sobre o referencial teórico e os autores escolhidos.....	36
2.1.3	O caminho se faz ao caminhar.....	38
3	O CAMPESINATO E OS COSTUMES – A DISCUSSÃO QUE OS PERMEIA.....	49
3.1	A discussão da Questão Agrária: inserindo o objeto no debate.....	49
3.2	Breve historicização: a discussão teórica em torno do campesinato.....	51
3.2.1	Campesinato – o debate sobre seu desaparecimento ou transformação.....	53
3.2.2	Campesinato – “O outro lado da moeda”	56
3.3	Conceitos e características do camponês: seus elementos constitutivos, seu espaço e seu tempo.....	59
3.4	Caracterização de uma cultura e seus costumes: o ‘ser’ camponês.....	62
3.5	(Con) viver com o Semi-árido: A indissociação dos aspectos culturais do homem do campo.....	67
4	DOS INHAMUNS AO PROJETO DE ASSENTAMENTO INGA/FACUNDO – OS MEANDROS DE UM PROCESSO.....	72
4.1	Natureza – a interação entre os aspectos físicos e sociais da área estudada.....	74
4.1.1	A natureza imediata – o visível.....	76
4.2	O Espaço e o Tempo – conquista e construção dos Inhamuns a Parambu.....	90
4.3	Da Fazenda ao Assentamento – Reivindicação e Resistência camponesa.....	106
5	ENTRE MEMÓRIAS E FATOS: A PROPRIEDADE E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NO ASSENTAMENTO.....	116
5.1	Entre o tempo e as práticas – o camponês e as atividades anuais.....	118
5.2	A caatinga e os mistérios que a envolvem – a extração das madeiras e o uso para a cura.....	139
5.2.1	“A cura vem dos paus...”.....	146
5.2.2	A fauna e sua utilização pelo homem do campo.....	150
5.3	A espera da chuva e o medo da seca – “Deus querendo chove... Chove sim...”.....	152
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	164
	GLOSSÁRIO.....	176
	APÊNDICES.....	177
	ANEXOS.....	193



1 INTRODUÇÃO

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Guimarães Rosa)

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (GUIMARÃES ROSA).

“Frequentemente, a formulação de um problema é mais essencial que sua solução” (EINSTEN).

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária é antiga. Nela se respalda a estrutura da sociedade, com raízes rurais que despertam os interesses práticos ao incorporar, à luta pela terra, resistência, superação e cultura camponês, tão interessante para as regiões menos desenvolvidas, como é o caso da região Nordeste. Mas, ao projetar essa discussão para o futuro, é inevitável nos depararmos com a polêmica da superioridade ou não da produção, da subordinação do camponês ao capitalismo em expansão nas áreas rurais, da alienação do seu trabalho, sua extinção ou, simplesmente, nas formas de resistência das camadas menos favorecidas residentes em áreas de assentamento que buscam a sustentação de suas famílias.

Nesse sentido, o camponês¹ evolui desde a sua consideração apenas como segmento social integrado por unidades domésticas de produção e consumo para além de um conceito fechado e finalizado. Ele é um ser social em transformação que, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais, como destaca H. M. de Carvalho (2005), “estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver” (p. 30), diferenciando-se de país para país; de região para região; de estado para estado; de município para município; e logo, falamos mesmo que há diferenças de assentamento para assentamento, pois cada espaço possui sua própria história, configurada por origens e eventos que os caracterizam, além de uma gama de fatores que fazem com que cada lugar tenha suas peculiaridades.

O estatuto do “campesinato”, como organização social em reprodução e constante transformação, é desafiador, visto que ainda é disseminada por muitos estudiosos a lógica marxista, leninista e kautskianas de que o camponês tende a ser extinto pelo capitalismo.

¹ No decorrer do texto, optamos pela construção “camponês” (*gênero masculino*). Reconhecemos, entretanto, que muitas mulheres exercem essa atividade, existindo, inclusive, no interior da problemática mais ampla destes sujeitos sociais, um recorte de gênero ainda a ser estudado. Ao escolher um só gênero, o objetivo foi simplificar a redação, evitando recorrer, a todo momento, à construção “o (a) camponês (a)” ou “os (as) camponeses (as)”, o que tornaria a leitura do texto exaustiva.

Assim, o debate acerca do campesinato tem inflamado vários fóruns sobre a questão camponesa, sobre como ela se configura, visto que “a exclusão conceitual e política do camponês é tão marcante que importantes acontecimentos políticos da história brasileira são relegados a um plano secundário nas análises acadêmicas e partidárias” (MOURA, 1986, p. 51).

No entanto, o que se tem percebido é que, se os camponeses continuam existindo, “é provável que os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que levam à extinção” (MOURA, 1986, p. 17).

Essa parcela populacional da sociedade, denominada por vezes de “tradicional”, de “rústica” ou “camponesa”, possui sua própria história, que é composta, conforme Speyer (1981), por um conjunto de traços culturais de origens diversas, tais como os de origem africana, indígena e portuguesa. Esses traços culturais se apresentam como um modo de vida social, proveniente do meio exterior, material, intelectual e histórico que faz dos indivíduos o que eles se tornam, recriando-se.

A interpretação sobre as sociedades e as culturas não deve ser realizada apenas a partir das determinações gerais impostas pelo processo histórico no sentido de formas sucessórias, tomando como base os elementos determinantes de uma forma mais elaborada que se coloca como grau mais elevado desse desenvolvimento (OLIVEIRA, 2001b), mas considerar as descontinuidades decorrentes desse processo, que se contrapõe à linearidade e à homogeneidade do desenvolvimento.

Os grupos sociais, as práticas e o próprio conhecimento aparecem como elementos dinâmicos e complexos a fim de exprimir o caráter contraditório e heterogêneo do movimento da história, como expõe Oliveira (2001b).

Logo, resultantes tanto de sua história de vida como de seus costumes, principalmente quando atuam na organização do seu espaço, e através da sua ordenação temporal por vezes inversa àquela da conjuntura urbana, os camponeses, sujeitos essenciais para a compreensão das raízes civilizatórias (indígenas, portuguesas etc.), expressam suas formas de apropriação através das tradições culturais ou costumes camponeses.

Aprendemos que nessa discussão está envolta a compreensão da conjuntura histórica na qual o homem encontra-se inserido. Essa nada mais é que a transformação permanente da natureza do homem (SANTOS, 1979).

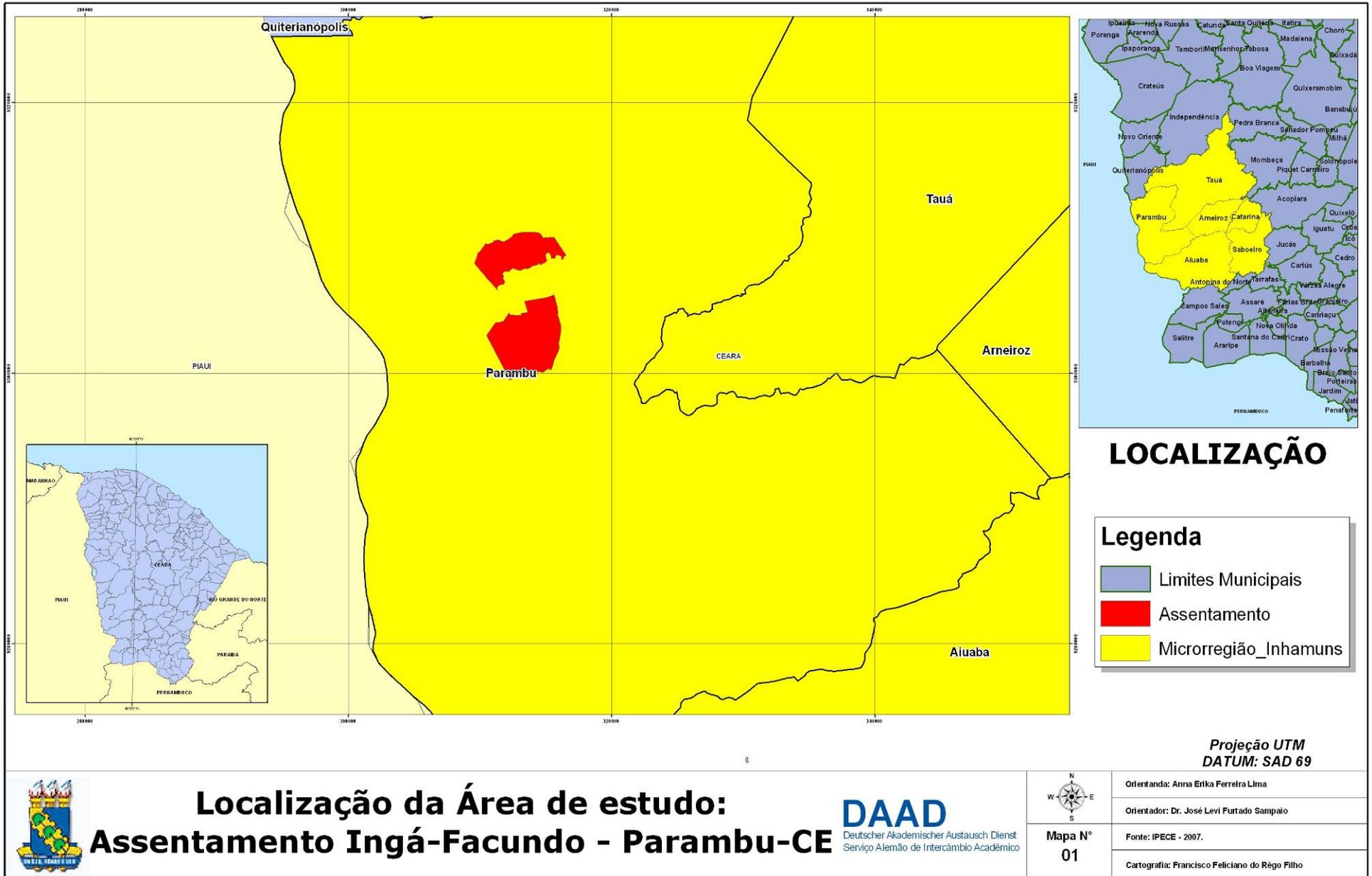
É no espaço agrário que será expresso o modo de vida camponês. Entretanto, o *espaço* em que esse viver se expressa possibilita múltiplas leituras e interpretações, sendo tido como *locus* habitacional; ambiente para convivência, onde se dão as relações sociais; espaço

físico; entre outras definições assumidas por diversos campos da Ciência, como a Geografia, a Física, a Ecologia, a Economia, a Sociologia e a Antropologia.

O estudo espacial consiste na análise do espaço e da sociedade, vistos como partes integrantes e responsáveis pela constituição de um território com todos os elementos complexos que podem formá-lo, como as relações de trabalho, os fatores político-econômicos e as questões de poder envolvidas. Os processos que compõem o espaço, construindo-o e transformando-o, necessitam estar conectados e não isolados, ou seja, sociedade e natureza interagem. Não diferentemente ocorreria no espaço agrário e, no caso da pesquisa, em um assentamento rural, como é o caso de Ingá/Facundo, localizado na Microrregião do Sertão dos Inhamuns, especificamente no município de Parambu (MAPA 1), o qual dista 371 km da cidade de Fortaleza, no Ceará, e tem como principal via de acesso a CE 277, que liga Parambu à BR 020.

A imissão de posse do assentamento foi concedida em 5 de fevereiro de 1981, na qual consta que o Projeto de Assentamento – PA possui uma área de 3.824,0 hectares e 102 parcelas² referentes às famílias beneficiárias (INCRA, 1981), em sua maioria antigos moradores e posseiros, hoje parceleiros, que são aqueles que adquiriram lotes ou parcelas em áreas destinadas à reforma agrária ou à colonização pública ou particular (art. 10 do Decreto nº. 59.428/66), de acordo com o Glossário de Termos Técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1981).

² 102 parcelas e 99 parceleiros, sendo que, das demais, duas foram vendidas e uma dividida por seus titulares em lotes.



Cabe, nesse momento, indicarmos como se deu a escolha da área de estudo. Tal fato se deveu, inicialmente, à exigência do primeiro Edital divulgado para seleção de 2006 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), o qual exigia que todos os pré-projetos submetidos deveriam deter-se à área do Vale do Jaguaribe (FIGURA 1), que possui uma área de 24.538 km², tendo como divisão as sub-bacias do Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Salgado e Banabuiú.

Com relação a essas regiões, percebemos que havia uma quantidade consubstancial de estudos referentes ao Baixo Jaguaribe. Sobre o Médio Jaguaribe, observamos que não havia assentamentos com histórias de luta que marcassem essa área. Já acerca do Alto Jaguaribe, concluímos que diversas questões, como luta pela terra, escassez de água e trabalho escravo, faziam-se presentes por parte de movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e a Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), devido a essa área ser detentora da maior bacia hidrográfica das cinco sub-bacias existentes (24.538 km²), além de instigar o aprofundamento das pesquisas do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT) sobre o Sertão, que toma a maior parte do Alto Jaguaribe, e, principalmente, no que tange ao debate a respeito do campesinato.



Este assentamento se caracteriza como um marco nessa Microrregião por ter sido a primeira área desapropriada por interesse social (TABELA 1) e por apresentar os primeiros registros³ de conflitos entre latifundiários e camponeses (posseiros⁴), assim intitulados, esses últimos, antes de se tornarem ‘assentados parceiros’, ou seja, sua origem se deu a partir da tensão na luta gerada pela posse da terra, tendo esse problema se agravado no final da década de 1970, visto que persistiam dúvidas sobre a autenticidade dos títulos dominais dos imóveis Ingá e Facundo.

TABELA 1
Imóveis comprados, desapropriados e doados antes do I PNRA/ PRRA – CE – INCRA - CE – 1980 a 1985

Município	Imóvel	Área (ha.)	Nº. de Famílias (capacidade)	Origem	Data
Aracoiaba	L. da Capivara	740,0	24	Desapropriação	23/04/1980
Canindé	Japuaara	1.863,0	51	Desapropriação	1972
Caridade	Carneiro	3.827,0	57	Doação	27/10/1983
Choró	Monte Castelo	3.469,0	87	Desapropriação	23/04/1984
Icapuí	Redonda	3.949,0	233	Desapropriação	23/04/1983
Ipueiras	Matriz	2.087,0	130	Doação	1985
Itapipoca	Maceió	5.844,0	354	Desapropriação Negociada	05/03/1985
Mombaça	Massapé	1.822,0	53	Desapropriação	19/08/1983
Parambu	Ingá/Facundo	3.824,0	100	Desapropriação	05/02/1981
Santana do Acaraú	L. do Girau	2.103,0	45	Compra/POLONORDESTE	06/08/1984
S.G. do Amarante	Siupé	3.694,0	498	Desapropriação	28/08/1980
Santa Quitéria	Saco do Belém	20.010,0	220	Desapropriação	23/04/1980
Viçosa do Ceará	Santo Antônio	2.151,0	20	Compra/POLONORDESTE	-
Total	13	55.383,0	1.782,0		

Fonte: INCRA – Ce. Reforma Agrária no Ceará. Síntese, 1970-1990. ALENCAR, F.A. G. de. (Org.), 2005.

Alencar apresenta em sua Tese “Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará” (2005) um quadro dos imóveis comprados, desapropriados e doados antes do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e do Plano Regional de Reforma Agrária – CE (PRRA), à luz de dados do INCRA – CE do período de 1980 a 1985 (TABELA 1). Nesse período, foram desapropriados 13 assentamentos no Estado, caracterizados como marcos no que diz respeito ao acesso à terra, onde se pode constatar a presença de Ingá/Facundo.

³ Registros esses que datam do período da Ditadura Militar (1964).

⁴ Possesiro é aquele que adquire ou ocupa terras com a intenção de dono, sem título legítimo de propriedade, como afirma Nunes (1979).

Assim, o Alto Jaguaribe caracteriza-se por ser palco ideal para estudos agrários referentes à citada temática. Esta Sub-bacia é a maior região hidrográfica dentre as cinco existentes. É nela que se localizam as nascentes do rio Jaguaribe. Possui, ainda, uma área de 11.747,30 km². Seus principais afluentes são os rios Carrapateiras, Trici, Puiu, Jucás, Condado, Cariús e Trussu. (PROJETO MARCA D' ÁGUA, 2001, p. 7).

Além do mais, vislumbramos atender ao primeiro quesito de cientificidade posto por Eco (1993) em seu livro “*Como fazer uma Tese*”, no qual o autor coloca que o estudo debruça-se sobre um “[...] objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros” (p. 21), independentemente da formação do leitor.

É nessa lógica que se apóia a *originalidade* do tema, visto que existem poucos estudos científicos sobre o Município de Parambu e, praticamente, inexistem registros sobre o Projeto de Assentamento Ingá/Facundo, ou seja, a pesquisa trata-se de uma discussão nova na área escolhida para investigação, principalmente no que se refere aos aspectos teóricos. O apoio da CPT e da FETRAECE, nas figuras de Maria Alves Lima (Secretária da CPT – Fortaleza) e Antônia Alves de Souza (Dita – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parambu - STTR – Parambu), possibilitou o intercâmbio com o STTR – Parambu, a Prefeitura do Município, a Igreja Católica e, principalmente, com os camponeses parceiros.

Nesse sentido, diversas questões surgiram acerca da temática. Dentre elas: *Como se dá a apropriação dos recursos por esses atores sociais e como esses refletem seus costumes nessas práticas? De que maneira os parceiros têm lidado com as condições adversas da região? Como as famílias dos camponeses parceiros têm garantido a sobrevivência econômica dos seus familiares?*

Dentro desses questionamentos, refletimos que quando se trata de discutir a questão ambiental, existe uma tendência a que se exceda à esfera da visão disciplinar na perspectiva de acatar estes pré-requisitos canônicos do conhecimento científico. Nessa pesquisa, há duas razões para que seja superada essa tendência disciplinar.

A primeira refere-se à discussão dos costumes camponeses, essencial para compreender a organização do espaço agrário, bem como da questão agrária, e a segunda diz respeito aos reflexos dessas práticas no assentamento, *locus* habitacional desses atores.

Destarte, pode-se afirmar que a Geografia Agrária não desconsidera a utilização da visão interdisciplinar, a qual foi relevante para a concretização da pesquisa, visto que esta se configura como um ponto de partida, não sendo processada por regras, modelos ou mesmo fórmulas. Ela é construída por múltiplos olhares em uma área geográfica comum, possuindo um tempo de trabalho e um processo dinâmico diferenciado da pesquisa disciplinar. Dessa

maneira, a interdisciplinaridade, conforme Nicolescu (1999), “[...] diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra” (p. 2) que auxiliará na construção do conhecimento e na resolução da problemática levantada.

Assim, o objeto da pesquisa visa: *Realizar um estudo sociocultural sobre os camponeses do assentamento Ingá/Facundo desde 1981 até 2008, considerando as formas de apropriação dos recursos e a influência dos costumes sobre essas práticas, levando em conta as transformações sociais ocorridas nesse espaço.* Como objetivos específicos, temos o intuito de: *Entender a ocupação da microrregião do Sertão dos Inhamuns – Parambu; compreender como se deu a desapropriação da Fazenda e seus efeitos para o espaço em análise; apreender como se dá a apropriação dos recursos pelos camponeses, ou seja, as estratégias de convivência com o Semi-Árido; e identificar como as famílias têm garantido a sua sobrevivência.*

Para se alcançar os objetivos, apreendemos o estudo do campesinato dentro do viés sociocultural, que remete à compreensão da cultura sob a ótica do materialismo histórico; tal elemento possibilitará, nessa lógica, uma leitura da cultura camponesa de Ingá/Facundo. Daí o motivo de se estudar autores da Geografia, da Antropologia e das Ciências Ambientais, pois permitirá um descortinar dos *segredos íntimos*⁵ da vida camponesa sertaneja, não sob a égide da tão profanada idéia de que o sertanejo é um homem sofrido, mas sim de sujeitos sociais que se utilizam de exemplos de vida, ensinamentos, perdas e vitórias para irem “*Tocando em Frente*”. Pensamos que não haveria título melhor para evidenciar o viver camponês nos percursos da pesquisa; também pelo fato de essa música, cujos compositores são Almir Sater e Renato Teixeira, nos ter acompanhado em vários momentos em Ingá/Facundo, evidenciando que a vida é um eterno seguir.

Acreditamos que, após tal pesquisa, nem os camponeses, nem os pesquisadores que vos falam ou quem quer que leia o presente trabalho sairá incólume de tal leitura. Não se fala, evidentemente, de uma identidade integral de pontos de vista, mas de debates e sugestões de caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

É importante, ainda, considerar a relevância dessa discussão no cerne da Ciência Geográfica (pois esta permite uma visão reflexiva sobre os processos de organização e estruturação do território) e no contexto da Ecologia (um saber relacionado às relações, interconexões, interdependências e intercâmbios entre o meio e os indivíduos que habitam

⁵ Termo utilizado por Alencar (1997) em sua dissertação intitulada **Segredos Íntimos: A Gestão nos Assentamentos de Reforma Agrária.**

nele); além de tomar como foco trabalhos da Antropologia e das Ciências Sociais, referentes ao comportamento, ao cotidiano, aos costumes e às relações sociais.

Foi no sentido de subsidiar avaliações e pesquisas e nortear ações de conservação ambiental, que elaboramos esta pesquisa, visando atingir os diversos segmentos da sociedade, principalmente os envolvidos com a questão da terra. Essa reflexão será uma contribuição de uma geógrafa que, sem omitir certas análises das características sociais, técnicas e de produção das unidades camponesas, debruçou-se sobre as diferenciações espaciais e temporais existentes entre estas e sobre sua relação com o espaço social do assentamento parcelar Ingá/Facundo, que se encontra no município de Parambu, localizado a oeste da sub-bacia do Alto Jaguaribe.

Segundo o IBGE (2000), a população de Parambu perfazia um total de 32.302 habitantes, dos quais 12.550 residem na zona urbana e 19.752 na zona rural. Esta última perfaz um total de 61,14%, sendo mais expressiva no contexto parambuense. No entanto, em 5 de outubro de 2007, o IBGE divulgou o resultado preliminar da Contagem da População 2007. Conforme essa pesquisa, houve uma diminuição de habitantes no Município, que passou a ser de 30.756, distribuída em seis municípios: Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis e Oiticica, além da Sede Municipal, onde se encontra o assentamento.

A economia da região baseia-se na agropecuária, tendo como principais produtos explorados na agricultura: o milho, o feijão, a mandioca e a castanha de caju, além de manga, banana e coco nas áreas da serra, no Platô Serra Grande e nos Baixios. Com relação à pecuária, são exploradas as atividades de ovinocaprinocultura e bovinocultura.

Existem em Parambu, além de Ingá/Facundo, mais dois assentamentos com origem na desapropriação por interesse social – INCRA – CE (área total de 9.544,80 ha), sendo que se pode acrescentar a essa cifra de Projetos de Assentamento – PA's cerca de 24 projetos por compra e venda (PROTERRA/FUNTERRA, entre os anos de 1973 e 1984), compondo uma área de 36.826, 71 ha.

Fazendo uma analogia com o Estado do Ceará, o qual possui uma mancha de assentamentos com cerca de 344 PA's Federais, somente três estão localizados em Parambu. Tal fato, conforme entrevistas com técnicos do INCRA, responsáveis pelo Território dos Sertões dos Inhamuns, se deve às concentrações de terras e às condições climáticas e pedológicas adversas, posto que a maior parte do Município está na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja.

Mais um ponto a ser considerado é que, atualmente, a maioria dos assentamentos do Ceará são caracterizados como PA's coletivos, sendo os mais antigos os que foram

instituídos antes do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA – 1980 a 1985), que apresentam como característica marcante o parcelamento.

Vale destacar que, para se facilitar a aquisição de projetos pelo Governo do Estado e Prefeitura, os camponeses parceleiros decidiram dividir o assentamento em partes, assim intituladas: Facundo I, II e III; Ingá de Cima e Ingá de Baixo; Baixo; Citola e Extrema. Tal divisão territorial foi estabelecida a partir de critérios físicos e, especificamente, hídricos. Ou seja, a partir dos riachos existentes na área, como: o Riacho dos Balsos; dos Paios; Santo Antônio; dos Currais; Cacimba Velha e o João da Costa. Entretanto, escolhemos trabalhar com a divisão oficial do Incra, ou seja, Ingá (de Cima e de Baixo) e Facundo (I, II e III).

Destacamos que esta Dissertação ainda poderá contribuir para a concretização de estudos subseqüentes e fomentar o desejo de outros pesquisadores de aprofundar suas pesquisas em torno do Município de Parambu, que necessita, conforme a CPT, de estudos acadêmicos sobre a realidade da população campesina.

Ademais, acreditamos que se trata de um tema que gera esperanças e aspirações de mudanças sociais entre os que vivem nas áreas rurais, em que são essenciais questões sobre o significado da terra para os camponeses, a origem camponesa, a influência das estratégias de luta no cotidiano dos assentamentos, a utilização dos recursos, assim como a construção da autonomia política desses assentamentos.

Como sempre, uma dissertação acaba por se tornar uma espécie de produção familiar. Nesse caso, apesar do tempo despendido e da tensão apresentada, não foi sob o signo do sacrifício que o presente trabalho foi escrito. Fez-se necessário considerarmos que o compromisso social, a responsabilidade em adentrar ou se aproximar da realidade dos sujeitos sociais não se deu somente baseada no objetivo de construir um produto acadêmico, mas sim de ser gerado um registro de vida e luta dos camponeses parceleiros que ali vivem.

Além desses aspectos, a ciência de que, ao se iniciar um processo de aproximação com quem quer que seja, estão sendo promovidas mudanças em si (pesquisador) e em quem consente essa aproximação (pesquisados) foi um fato que sempre esteve presente desde o momento de idealização do Projeto de Dissertação e que, agora, se consubstancia com os resultados e reflexões. Há uma troca. Um pouco do pesquisar fica e cremos que, nesse caso, muito dos pesquisados se leva.

Outro detalhe importante é que a concepção central que permeia esta pesquisa defende que nenhum processo social pode ser analisado isoladamente, ou seja, abordar esse assentamento rural implica na compreensão de um contexto mais amplo no qual eles estão envolvidos atualmente, é dizer, os camponeses configuram-se como objeto de estudo da

presente investigação. Nesse sentido, afirma-se que um assentamento rural contém o contexto geral e também o explica (PINHEIRO, 2004). É nessa perspectiva de melhor compreender as posições valorativas dos camponeses e de buscar respostas para as questões levantadas neste estudo que se justifica a escolha pela pesquisa participativa, por meio da objetivação e da interdisciplinaridade.

Com o intuito de atingir os objetivos traçados, necessitamos delinear um percurso metodológico. Buscamos, assim, trabalhar dentro de uma perspectiva compreensiva acerca das redes de relações, da memória camponesa e dos costumes que influenciam a apropriação dos recursos existentes na área.

Dessa forma, na pesquisa, destacamos um intenso trabalho de campo no qual privilegamos a observação direta e as entrevistas para coleta de depoimentos, bem como permanentes e exaustivas leituras acerca da problemática e do objeto investigado, como se poderá apreender no “Capítulo 2 - *Aspectos Metodológicos – O Caminho se faz ao caminhar*”, que consistiu, fundamentalmente, na valorização da ação de pesquisar. Nele, esclarecemos os procedimentos metodológicos utilizados, bem como as idiosincrasias específicas dos percursos trilhados em um trabalho de pesquisa social empírica. Vale destacar que os processos que levaram à constituição da realidade do assentamento estudado são os fios de Ariadne que guiarão a pesquisa. É na análise da organização espacial, expressa pelos costumes, que se acredita estar esse ‘fio guia’.

No capítulo seguinte, denominado “*O Campesinato e os Costumes – A discussão que os permeia*”, optamos por dividi-lo em partes que tratam da discussão da Questão Agrária, os elementos que caracterizam o ser camponês e o debate sobre a categoria de análise espaço, cultura e costumes, importantes na fundamentação teórica da Dissertação.

Com o intuito de trilhar tais percursos, houve a inabalável necessidade de amadurecimento e de fundamentação do empírico pelo teórico. Assim, o quarto capítulo, intitulado “*Dos Inhamuns ao projeto de assentamento Ingá/Facundo – os meandros de um processo*”, caracterizou-se como o início do descortinar dos segredos íntimos dos Sertões do Inhamuns, posto que o mesmo traz, essencialmente, o histórico da Microrregião, do município de Parambu e do Assentamento Ingá/Facundo; este último construído através de relatos orais. Tal levantamento auxiliou na compreensão da inserção do camponês no tempo e no espaço pesquisado, não o dissociando dos aspectos físicos e sociais inerentes à sua realidade. Ao considerarmos essa inter-relação, levantamos as características geoambientais e os aspectos sócio-econômicos da área.

O quinto capítulo, cujo título é “*Entre memórias e Fatos: a propriedade e a apropriação dos recursos no assentamento*”, além de considerar a influência direta dos costumes do homem do campo na apropriação dos recursos, permite-nos apreender os resultados dos trabalhos de campo a partir da articulação dos conceitos trabalhados com os relatos orais (memórias camponesas) de antigos parceleiros e demais sujeitos que participaram do processo de desapropriação do assentamento, os familiares desses sujeitos sociais, os profissionais ligados à Prefeitura, s entidades e a instituições que atuam junto a essas parcelas e alguns agregados, sendo que o foco da pesquisa são as famílias de parceleiros.

Por último, constam as “*Considerações Finais*”, em que se dão as reflexões sobre os resultados alcançados sob uma análise crítica, considerando a totalidade e não tomando os aspectos culturais camponeses como estanques, ou seja, na ótica do determinismo cultural, mas sim tendo a ciência de que esses sofrem influências e se modificam, mas não se extinguem.

Perceber-se-á que a concepção do presente trabalho dissertativo ocorreu a partir não apenas da égide de apanhados teóricos e informações referentes ao objeto, mas também de práticas que requereram esforços, dias em campo, no intuito de nos aproximar do que ocorre no espaço agrário sertanejo.

Evidentemente, consideramos o fato de que cada objeto possui suas especificidades e, ao conhecê-las, outros espaços podem se utilizar, quando divulgadas as experiências efetivadas junto ao meio ambiente.



2 ASPECTOS METODOLÓGICOS – O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Karl Marx

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia; mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (KARL MARX)

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS – O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR

Pode-se dizer que a metodologia é a forma de orientação que levará o pesquisador a andar pelo *caminho das pedras* a fim de atingir os objetivos da pesquisa, ajudando-o “a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 9). Essa lógica metodológica que coligou de forma sistemática teoria e técnica possibilitou a operacionalização do trabalho científico, considerado aqui como pragmático, porquanto é um conjunto de ações com vistas a atingir os objetivos traçados, assim como uma “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade” (MINAYO, 1993, p. 23).

Os pressupostos teóricos são os norteadores da problematização, sendo em função destes que se dá a escolha dos procedimentos operacionais a serem adotados, para que, assim, o pesquisador possa aproximar-se da realidade considerando o conhecimento *popular* e o *científico*.

O *conhecimento científico* não deve ser tomado como certo e definitivo, pois esse avança em contínuo processo de investigação, que supõe alterações à medida que surgem fatos novos (USARSKI, 2002). Ele é elemento indispensável para a construção da pesquisa e dos caminhos para se alcançar os objetivos, mas não pode ser considerado dissociado do *conhecimento popular*, principalmente nas ciências humanas e ambientais, quando trabalhadas conjuntamente, como é o caso da presente Dissertação.

O *conhecimento popular*, por vezes denominado senso comum, como afirma Lakatos (1986), não se distingue do *conhecimento científico*; nem pela veracidade, nem pela natureza do objeto conhecido. O que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do "conhecer". Seria, pois, a Metodologia o processo fundamental para se compreender tal conhecimento e perceber a sua utilização nos construtos da pesquisa.

Assim, afirmamos que a leitura do objeto foi possível desde o seu pré-conhecimento, sendo por essa razão que ele se mostra significativo para ser estudado. O fato é que, se nada soubessemos do objeto, provavelmente nada se perguntaria sobre ele, ou seja, não seriam levantados os questionamentos que são fios condutores da pesquisa. No entanto, é preciso destacar que o pré-conhecimento, mesmo sendo fundamental nesse processo, não pode ser tomado como uma máxima, porque muito é construído e desconstruído nos meandros de um trabalho de pesquisa.

Para Bourdieu (2000), por mais claro que seja um objeto de pesquisa, este só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica, que se configura como o primeiro passo da estrutura da pesquisa ora apresentada, posto que permite submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade em relação entre si pela questão que lhes é formulada (BOURDIEU, 2000).

Parafraseando Carlos Drummond de Andrade: “o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente⁶”. Assim, buscamos compreender o camponês parceleiro em seu tempo presente e, desse modo, efetivar um estudo sociocultural das condições do campesinato em Ingá/Facundo – Parambu – Ceará, cujo intuito foi realizar uma discussão nova no meio científico no que tange ao recorte espacial adotado, partindo-se do geral (Ceará) para o específico (o Assentamento), além de termos tido a convicção da necessidade de nos aproximar do objeto, desejar conhecê-lo, mesmo sabendo que dificilmente o pesquisador estará à sua altura.

Por conseguinte, não houve a presunção “[...] de falar pela boca do outro, ‘dando voz aos esquecidos’; fundamentalmente porque eles têm voz, mas de fazer chegar a outros ‘círculos’ essa voz, assumindo os equívocos que essa ‘tradução’ impõe” (ALMEIDA, 2006, p. 23).

Logo, a escolha do objeto não foi eventual, mas sim um exercício que exigiu o rompimento com algumas certezas ou com aquilo que se gostaria de encontrar no objeto, a exemplo do fato da cultura camponesa caracterizar-se como semelhante entre assentamentos coletivos e assentamentos parcelares, caso de Ingá/Facundo, conforme pensávamos nas atividades de campo realizadas na Graduação em Geografia. Essa quebra ocorreu durante o empenho para realizar a “[...] conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído” (BOURDIEU, 2000, p. 49) e assim uma “aproximação” da realidade.

⁶Poema: Mãos Dadas (Carlos Drummond de Andrade)

Para Geertz (1989), a realidade seria uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Para Colares (2006), nesse percurso é necessário compreender a relação dos sujeitos com essa realidade, o que pressupõe, em outras palavras, uma melhor percepção sobre o significado das ações desses sujeitos, de suas condições de vida, de seus conflitos e modelos de resistência.

Nesse sentido, a realidade deve ser entendida como algo complexo e infinito e que pode ser apreendida a partir de inúmeros ângulos. Cada conhecimento desses se dá a começar do recorte específico da realidade empírica, ou seja, o recorte espacial, além do temporal, o qual se optou pelo período de 1981 – quando se deu a imissão de posse aos posseiros que ali viviam – a 2007.

Evidentemente, houve momentos em que, para se registrar a história dos Sertões dos Inhamuns, de Parambu e, especificamente do Assentamento, bem como a luta pela desapropriação da área, as influências camponesas e as transformações ocorridas nesse espaço social, foram destacados fatos históricos que, por vezes, remontam ao século XIX.

Para se tentar uma aproximação da realidade, não basta apenas falar de campesinato, cultura e meio ambiente, buscando compreender a dinâmica de certos processos naturais, mas sim relacionar essa dinâmica com a ação humana que modifica um conjunto de processos que devem ser lidos de maneira minuciosa e dinâmica. Esta modificação, por sua vez, incide freqüentemente de maneira nefasta sobre as próprias condições da vida humana.

Tais colocações remetem às idéias de Abramovay em seu texto “*Construindo a ciência ambiental*”, no qual o pesquisador ressalta que a noção de meio ambiente coloca a ação humana e seus efeitos no centro do processo de conhecimento (ABRAMOVAY, 2002, p. 9).

Ao considerarmos os processos tanto de aproximação do objeto como de conhecimento, falaremos no seguinte ponto sobre os caminhos seguidos durante a pesquisa. Vale, no entanto, abrir um parêntese nessa questão, porque consideramos também que a metodologia pode ser re-construída e aprimorada no decorrer do processo de apreensão e de desvendamento do objeto. Ela não foi tomada por nós como um percurso definitivo ou estanque, como poderá ser percebido posteriormente.

Nessa perspectiva, afirmamos que foi sob o signo dessas compreensões que a metodologia constou da construção do referencial bibliográfico, e, posteriormente, dos procedimentos operacionais que envolveram a pesquisa documental, a coleta de dados e os trabalhos de campo.

[...] não existe nada fixo, nada absoluto (LOWY, 2002).

2.1 O caminho das pedras – entre escolhas, acertos e equívocos no percurso.

Um caminho pode ser tranqüilo ou caudaloso como as águas de um rio. Não obstante a esse fato, materializou-se nossa pesquisa. E foi seguindo essa assertiva, bem como, após uma tarde muito difícil, quando a pesquisadora se deparou com uma situação inusitada, que passamos a pensar nesses percalços que se caracterizaram como pequenas pedras. Não intituladas dessa forma pela dificuldade, mas sim por serem acontecimentos que estavam no caminho. Poderiam essas pedras ser chamadas de pétalas ou migalhas de pão, mas o chão pedregoso do sertão, repleto de rochas expostas, proporcionou tal analogia. Por essa razão, o nome do tópico – *O caminho das pedras – entre escolhas, acertos e equívocos no percurso* – e os seus sub-tópicos expressam seu objetivo por si só, como se poderá constatar mais à frente. Ou seja, foram as escolhas realizadas, ou ainda, as que deram certo e as que nem tanto, que nos ajudaram nessa jornada em busca do amadurecimento da pesquisa.

Assim, a Dissertação hora apresentada versa sobre a categoria de análise ‘campesinato’, como colocado na Introdução, cuja construção tem considerado que a pesquisa, conforme Matos e Vieira (2001), é a atividade principal da ciência que permite a aproximação e o “entendimento” da realidade investigada. Desse modo, o método de interpretação encontra-se fundamentado na idéia de que “[...] se a realidade é interpretada à base do conceito de processo, conseqüentemente a Ciência também o será e a metodologia estará intimada a conceber um instrumento processual de captação” (DEMO, 1995, p. 21-2). Neste caso, tal fato foi realizado através de uma pesquisa dedutiva, que consiste na observação de casos gerais para o estabelecimento de hipóteses de caráter particular.

Durante a construção e concretização do caminho relacionado ao pensamento e a ação instrumental exercida na abordagem da realidade, como colocado inicialmente, a metodologia envolveu as teorias, as técnicas e o potencial criativo do pesquisador.

As escolhas metodológicas mais apropriadas para um determinado tipo de estudo se constituem como o maior entrave ou a parte mais complexa do trabalho. O medo de ser reducionista, tradicional, conservador, radical ou inovador em demasia encontrou-se no cerne da escolha da operacionalização metodológica. Por isso, os desafios são inúmeros, não sendo diferente nos meandros da presente pesquisa, posto que se trata de um tema relativamente novo dentro da ciência geográfica, por valer-se de outras ciências para sua constituição.

2.1.1 Sobre o referencial teórico e os autores escolhidos

Nesse quadro, foi efetivada, primeiramente, a revisão teórica e, posteriormente, os procedimentos operacionais que envolveram a pesquisa documental, a coleta de dados e os trabalhos de campo.

O Referencial Teórico apresentou a discussão do problema, na perspectiva de fundamentá-lo nas categorias de análise existentes. Assim configuraram-se os construtos estudados durante a elaboração da Dissertação. Tais construtos, nesse caso referentes à questão ambiental, ao campesinato, aos assentamentos rurais, à cultura, aos costumes, à resistência e a superação camponesa, serão apresentados de forma sucinta na primeira etapa da Pesquisa.

A escolha de um estudo sociocultural para se analisar o objeto de pesquisa, ou seja, os camponeses do assentamento Ingá/Facundo, requer algumas explicações. A existência da discussão camponesa sob o viés sociocultural agrega aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, ecológicos etc., posto que o camponês interage diretamente com o espaço no qual está inserido, sendo esse o seu *locus* habitacional, meio em que se processa a reprodução da sua família e a apropriação dos recursos; onde se dá a gênese campesina, ou seja, as inter-relações sociais que, unidas à natureza, formarão o *espaço social*, sendo necessário compreendê-lo segundo uma concepção de totalidade, como trabalhou Milton Santos (1985) e L. R. da Silva (1989).

Nesse cenário, foi indispensável o trabalho com obras seminais de estudiosos clássicos da questão camponesa, como Chayanov (1974), Lênin (1980; 1982) e Kautsky

(1986); além de Wolf (1976), Moura (1986), Alencar (2000; 2005), Abramovay (1998), J. G. da Silva (2001), Stédile (2005) e Medeiros (2003). Para debatermos as categorias “costumes e cultura”, remetemo-nos à Thompson (1998), Geertz (1989; 2006) e a autores como Laraia (2001), Bogo (2000) e Barroso (2005).

Vale frisar que, durante toda a discussão estabelecida, percebemos que a cultura é tomada sob uma visão dialética da análise processual histórica, sendo relevantes as contradições existentes no espaço do assentamento Ingá/Facundo, ao invés de uma abordagem fenomenológica ou estruturalista.

Sobre o raciocínio dos métodos estruturalista e dialético, Silva (1985) coloca que estes dois “[...] partem de concepções diferentes. O estruturalismo é mais restrito, trabalha com articulações entre semelhanças; a dialética é muito mais profunda e abrangente, procura relacionar semelhanças com diferenças e vice-versa. Do ponto de vista filosófico marxista, a dialética tanto é a lei do desenvolvimento da natureza como da história das sociedades humanas. Ao mesmo tempo, a dialética é um método para interpretação do desenvolvimento das forças naturais e das lutas de classes. O estruturalismo se manifesta enquanto uma tendência do pensamento contemporâneo em esclarecer todas as formas da cultura humana a partir da noção de estrutura” (SILVA, 1985, p. 11).

Já o projeto fenomenológico, para Spósito (2004, p. 35), define-se “como uma ‘volta às coisas mesmas’, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência que se dá como objeto intencional”, ou seja, essa consiste numa maneira de pensar, na qual a ‘intencionalidade da consciência’ é tomada como chave, posto que “[...] a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica e fundamental” (LECIONI, 1999, *apud* SPÓSITO, 2004, p. 37).

Assim, os processos são fundamentais nesse debate, é afirmar, não se assemelha com a visão cristalizada do determinismo cultural, no qual a concepção de que a cultura de um grupo explica o desempenho econômico e o progresso das instituições democráticas do mesmo designa um crescimento regular da cultura ou mesmo um condicionamento cultural.

Sobre a Microrregião do Sertão dos Inhamuns, foram estudadas obras de Macêdo (1965), Pinto (1980), Chandler (1980) e Sousa (1999). No que tange às unidades geoambientais, principalmente a Depressão Sertaneja e demais aspectos físicos do Sertão, obras de Marcos José Nogueira Souza (1988; 2002) foram essenciais.

Ademais, pesquisadores como Santos (1979; 1985; 2005), Martins (1991; 1995), Raffestin (1993), Godoi (1998), Bergamasso e Norder (2001), Diegues (2002), Godard (2002), Moreira (2007), entre outros, auxiliaram na fundamentação teórica da pesquisa.

Assim, afirmamos que parte dos autores acima citados são encontrados nos capítulos seqüentes, principalmente no terceiro, intitulado “*O campesinato e os costumes – a discussão que os permeia*”, capítulo essencialmente teórico do trabalho dissertativo.

Dessa forma, consubstanciou-se a primeira etapa da pesquisa: a construção da fundamentação teórica para que fosse possível associar o empírico e efetivar a pesquisa, alcançando-se os objetivos traçados. Ao que se refere à operacionalização metodológica, segundo momento da pesquisa, esta será discutida no ponto seguinte.

2.1.2 Entre documentos, atas, relatórios e registros

À medida que o pesquisador se interessa pela temática trabalhada, bem como pelo objeto de pesquisa, ocorre uma familiarização com a literatura existente, havendo o estabelecimento entre a reflexão proposta e o tratamento já emitido ao assunto por outros estudiosos. Assim, o segundo momento foi efetivado tendo como base a pesquisa documental, considerando-se como fontes: tabelas estatísticas do INCRA e IBGE; jornais como “O Povo”, “Diário do Nordeste” e “Folha dos Inhamuns”; relatórios de nossas pesquisas junto ao Sertão de Canindé e Encontros de movimentos sociais; documentos adquiridos em escolas municipais; atas da Igreja de São Pedro; hospitais como o de Parambu; documentos oficiais de registros de propriedades em cartórios da cidade (Cartório São Francisco - 1º Ofício e Cartório Cavalcante - 2º Ofício); cartas de camponeses; diários de campo de técnicos que colaboraram para a produção do PDRA de Ingá/Facundo; filmes como “Lua Cambará”, que nos ajudaram a compreender um pouco das histórias contadas sobre o município; além de fotografias dos pesquisadores, das famílias de assentados e do acervo da Secretaria de Cultura, entre outros materiais.

Esta fase foi iniciada ainda em 2005, momento de construção do projeto de pesquisa, e se focou, basicamente, no levantamento de informações secundárias junto a instituições, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE); Organizações Não-Governamentais (ONGs), como a Cáritas Diocesana; Bibliotecas Públicas e acervos particulares.

Durante esse processo, foram conseguidos documentos do STTR – Parambu; da Prefeitura, Secretaria de Educação e Secretaria de Agricultura do Município de Parambu; atas contendo registros do conflito de Ingá/Facundo obtidos junto à Igreja de São Pedro em Parambu (tais apontamentos datam do período de 1940 a 1996); e registros sobre atividades da Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo (APPIF), realizadas no assentamento.

Como se referem aos dados que ainda não receberam tratamento analítico e também não foram publicados, esses foram analisados através de leituras sistemáticas e catalogados para melhor utilização durante a Dissertação.

Evidentemente que alguns materiais se configuraram como desnecessários após as análises, por não se apresentarem como uma base confiável ou terem gerado dúvidas quando foram associados ao objeto. A realidade é que mesmo estes instigaram a busca por outros materiais que tratassem de temas semelhantes ou que trouxessem respostas para os questionamentos que surgiram.

Foi o caso de documentos que apresentam o tamanho da área do assentamento, como o da Imissão de Posse do INCRA e do registro de Imóvel Ingá/Facundo. No primeiro, consta que esse assentamento apresenta 3.824,0 hectares, enquanto o Cartório Cavalcante, registrou a área com a cifra de 4.478,40 hectares. Por conta dessas controvérsias, optamos trabalhar com documentos oficiais do INCRA que datam do período da desapropriação, início dos anos de 1980.

Vale destacar algumas das nossas participações em eventos que corroboraram para a leitura do objeto. Foi o caso da participação no Curso de Formação da Comissão Pastoral da Terra - **Sustentabilidade numa perspectiva Agroecológica e no âmbito da Agricultura Camponesa – CPT – Ceará (2005-2007)** (FIGURA 2), que foi dividido em três módulos. Nos dois primeiros, a nossa atuação perpassou pela produção dos relatórios “**I Etapa - Agricultura Familiar Camponesa**” e “**II Etapa do Curso de Formação anual da CPT-CE sobre campesinato**”, que foram essenciais na compreensão do ser camponês e das suas relações de trabalho. O Curso de Formação em 2007, intitulado “**III Etapa do Curso de Formação anual da CPT-CE**”, possibilitou a compreensão das novas configurações do espaço agrário cearense no que se refere à reestruturação produtiva que tem ocorrido no Estado do Ceará, tendo como resultado o relatório “**Agronegócio e Relações com o Campesinato – CPT – Ceará**”.



FIGURA 1: Atividade de campo durante o Curso de Formação da CPT - 2007
Fonte: Lima, 2007.

Tais materiais serão evidenciados durante os Capítulos, bem como os resultados das entrevistas (APÊNDICE A) realizadas junto a cinco membros da CPT.

2.1.3 O caminho se faz ao caminhar

O terceiro momento materializou-se como a fase de maior resignação para a sua efetivação, em que foram realizados cinco consideráveis trabalhos de campo. Para tanto, foi adotada a técnica da pesquisa participante que “[...] caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas pesquisadas” (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 46).

Assim, antes de iniciar propriamente a *pesquisa participante*, buscamos uma aproximação com os camponeses do assentamento Ingá/Facundo, que contou primeiramente com um planejamento prévio, ou seja, a construção do plano de campo (APÊNDICE B), que a cada viagem (QUADRO 1) poderiam sofrer alterações de acordo com as atividades dos camponeses e sua disponibilidade para nos atender.

Nº de trabalhos	Período	Ano
1º	16 a 23 de maio	2006
2º	11 a 16 de março	2007
3º	12 a 26 de setembro	2007
4º	26 a 31 de dezembro	2007
5º	24 de janeiro a 12 de fevereiro	2008

QUADRO 1 – Calendário dos trabalhos de campo
 Fonte: Pesquisa de campo, Lima, 2006-2008

Compreendendo o exposto, afirmamos que o segredo da utilização dessa metodologia residiu na flexibilidade, em sua adaptação aos mais diversos contextos e situações, que podem mudar a ordem das etapas, eliminar algumas delas, etc. Vale destacar que utilizamos técnicas como a da *observação direta*⁷, que consiste em observar o que os sujeitos fazem para descrever, analisar e interpretar o que foi perceptível; a da *observação participante*, em que o pesquisador ou já é membro do grupo sobre o qual desenvolve a pesquisa ou passa a fazer parte para melhor coletar os dados, a qual foi essencial para ponderarmos o que cada um afirmava e o que seria tomado como opinião da maioria do grupo; a das *entrevistas informais*⁸, que se caracterizam como uma conversa entre pesquisador e respondente, de maneira descontraída e em momentos não planejados previamente; e a das *entrevistas semi-orientadas (ou semi-estruturadas)*, cujo “[...] entrevistado fala sobre tópicos relacionados a um tema específico, definido previamente pelo pesquisador” (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 63).

Os primeiros trabalhos de campo ocorridos em maio de 2006 e março de 2007⁹, cada qual tendo duração de uma semana, visaram, essencialmente, a referida aproximação. Através da CPT e do STTR – Parambu, conhecemos o ex-presidente da APPIG, Sr. Francisco Davi Sampaio, e a delegada sindical do assentamento, a Sr^a Maria Alexandrina de Oliveira, além de parceiros que participaram do processo de desapropriação da área. Nessas primeiras

⁷ A observação direta apresenta dois extremos: a observação participante (qualitativa), que vem sendo utilizada nesse processo, e a observação estruturada (quantitativa). Ainda sobre a observação participante, vale ressaltar que essa não só envolve a presença física, o compartilhamento de experiências de sua vida, mas também o ingresso no mundo dos sujeitos observados. Além disso, há um cunho político do observador, buscando compreender as convenções sociais do grupo, seus hábitos e costumes, sua linguagem (verbal e não-verbal) etc. Para tanto, é essencial adquirir a confiança dos sujeitos observados.

⁸ Têm por finalidade coletar dados iniciais, que permitirão uma aproximação com mais qualidade do objeto pesquisado. (MATOS; VIEIRA, 2001, p.62).

⁹ Entre os dois primeiros trabalhos de campo, houve um considerável período em que a pesquisadora não foi a Parambu devido às atividades do Mestrado (disciplinas). Foi nessa fase que a pesquisa documental e a análise desses dados foram realizadas.

atividades, utilizamos a observação direta da área, a coleta de dados secundários junto a órgãos do Município (Secretarias de Cultura, Agricultura, Meio Ambiente e Educação) e da efetivação de entrevistas semi-estruturadas com informantes chaves (APÊNDICE C).

Os dados da observação foram sugestivos por terem sido reunidos sob a inspiração de uma hipótese orientadora de toda a investigação científica, ou seja, o campesinato é tido como uma organização social em constante reprodução, que mantém costumes herdados de pais para filhos. Tais aspectos culturais influenciam, inclusive, na apropriação dos recursos existentes na área. Assim, foi preponderante a preocupação em dominar a qualidade das informações e os processos utilizados para obtenção dos resultados, posto que, ao final de cada trabalho de campo, foram sistematizadas as informações e produzidos relatórios de campo que se caracterizaram como subsídios essenciais para a Dissertação.

Não só o que se observa é essencial, mas a interpretação dos sujeitos que compõem esse espaço constitui o quadro ideal de análise da “realidade” através da leitura sobre a transmissão oral. É o que Thompson (1998) destaca ao afirmar que “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral” (p. 18). Evidentemente que se “[...] recorrer às fontes orais não é obter objetivamente do entrevistado ‘sua verdade’, como se a memória fosse um depósito de acontecimentos, mas saber que o narrador tem papel ativo no processo de memorização” (ALMEIDA, 2006, p. 40) que auxilia diretamente na construção de estudos em ciências humanas e ambientais, uma vez que o sentido humano das fontes orais é uma expressiva fonte diferenciadora em uma pesquisa (THOMPSON, 1998).

As apreensões por trabalharmos com fontes orais foram diversas, principalmente, devido à não-objetividade nas falas e às subjetividades dos narradores. Mas, ao passo que foram sendo decifrados os *segredos íntimos* dos camponeses em seus depoimentos, por diversas vezes pudemos nos admirar com a riqueza de informações e surpresas encontradas a cada entrevista. São admiráveis os caminhos que uma conversa pode seguir¹⁰. Sobre essa afirmação, Almeida (2006, p. 41) destaca: “[...] o trabalho com fontes orais é sempre uma

¹⁰ Durante o segundo trabalho de campo, realizado em março de 2007, conversávamos com o Sr. Otávio Torquato (parceleiro de Ingá de Cima) em sua residência, seguindo as indicações do esquema de entrevista pré-estabelecido. No entanto, em determinados momentos, o depoente retornava a temporalidades passadas e contava histórias sobre o período de seca, como de quê a sua família se alimentava nos períodos de estiagem e como lidavam com a falta de comida. Antes dessa entrevista, não havíamos pensado em efetivar questões sobre esse assunto, mas os depoimentos do Sr. Otávio possibilitaram a inclusão de novos questionamentos aos entrevistados.

pesquisa em andamento”; permite transformar aquilo que a priori era uma limitação e um motivo de insegurança, pois outros pontos passam a ser considerados, surgem novos nortes e outros sujeitos passam a ser peças importantes na construção do processo de pesquisa. Um exemplo foram os camponeses parceleiros que se tornaram pontos de apoio para tirar nossas dúvidas e corrigir depoimentos que pareciam, em um primeiro momento, incoerentes.

Outro ponto a ser refletido é que não se consegue explorar toda a memória do entrevistado, “prova disso é que um testemunho nunca é o mesmo duas vezes, nasceu uma certeza esclarecedora: nenhuma pesquisa é completa” (ALMEIDA, 2006, p. 42).

Exemplo ilustrativo de tal fato foi o que ocorreu durante uma entrevista com uma camponesa em Facundo I, no decorrer do primeiro trabalho de campo (maio/2006): devido a velocidade do gravador estar com problema, perdeu-se uma entrevista importante; a única possibilidade que se pensou para remediar tal perda foi retornar à parcela da referida senhora. No entanto, o depoimento não foi o mesmo, inevitavelmente. Ademais, nessa ocasião, a mesma solicitou que seu nome não fosse utilizado na pesquisa, somente suas declarações. Foi o que fizemos.

Consideramos que a melhor forma de se identificar os costumes de uma população é compreender o processo histórico no qual está inserida. Assim, optamos pela construção da história do assentamento a partir dos relatos dos camponeses parceleiros, ou seja, suas memórias. Para Godoi (1998), a memória “envolve o indivíduo e se confunde com o tempo, fazendo com que esses sertanejos não só vivam em um tempo, mas em uma memória” (p.101). É o que um dos entrevistados explicita ao dizer: “*Desde que meus pais vieram para cá e os pais dos meus pais também e eu me compreendo como gente que as histórias daqui são contadas, mas eu falo tudinho pra você de novo, me lembro muito bem*” (Otávio Torquato Ferreira, 85 anos, parceleiro de Ingá de Baixo, setembro de 2007).

Dessa forma, buscamos entender de que maneira são apropriados os recursos (técnicas utilizadas, relações parentais, apego a terra), para, assim, compreendermos os períodos de broca, coivara, plantio, limpa, festividades, atividades artesanais, experiências, entre outras. Há, no entanto, muitas formas de se abordar a história.

Para Estes (1994, p. 34), “[...] o estudioso profissional do folclore, o analista freudiano, junguiano ou de outra corrente, o etnólogo, o antropólogo, o teólogo, o arqueólogo, cada um tem um método diferente, tanto na compilação das histórias quanto na aplicação a elas atribuída”.

Há que ter muito cuidado para não confundir o que se chama de história oral com trabalhos ligados à memória. O fato da história oral derivar de um método, que inclui desde a

preparação do projeto até o tratamento dos depoimentos coletados com a elaboração de textos visando à publicação, é um dos fatores decisivos na sua diferenciação em relação à memória, já que as entrevistas podem ser, no máximo, um meio para analisá-la. Assim a história oral é muito mais que o registro da memória individual ou coletiva, é “um ramo da história pública, gênero que se compromete com a comunidade que gera e consome a própria história” (ALMEIDA, 2006, p. 48-49).

Nesse contexto, no presente estudo, a análise histórica a partir de eixos temáticos como “*A Luta pela terra; costumes camponeses; convivência e apropriação dos recursos no/do semi-árido*”, ao invés da história de vida ou história oral, foi essencial para a compreensão da organização do espaço no qual vivem os camponeses parceiros de Ingá/Facundo.

Sendo a pesquisa de cunho qualitativo, em que foram priorizadas as entrevistas, optamos pelo ‘Grupo Focal’ durante o primeiro trabalho, ao invés de apenas serem realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais para construir a história do assentamento (FIGURA 3).



FIGURA 3: Grupo Focal realizado em Facundo.
Fonte: Silva, 2006

Conforme as orientações de Matos e Vieira (2001, p. 64),

[...] a realização do grupo focal, devemos contar com um coordenador, um ou mais observadores os participantes e uma local adequado para a reunião e equipamento para gravação. [...]. Pode ser necessária apenas uma sessão por grupo, dependendo da temática ou da utilização concomitante de outras técnicas de pesquisa, como as entrevistas individuais, a observação participante, as pesquisas bibliográfica e documental.

O Grupo Focal, realizado em 18 de maio de 2006 (FIGURA 3) foi organizado com cinco pessoas que apresentam em comum o fato de serem os mais antigos moradores do assentamento. Como tais, vivem na área desde antes da desapropriação¹¹. Foram eles: Antônio Valdir de Oliveira; Francisco Davi Sampaio; Antônio Henrique da Silva; José Gomes de Andrade (Zé Inácio); além da presença de Terezinha Maria dos Santos¹².

O uso de tal procedimento operacional visou a construção da história a partir de relatos mais coerentes e “seguros”, pois ali estabeleceu-se uma conversa com cinco personagens fundamentais para a efetivação da desapropriação do assentamento. Evidentemente que em trabalhos de campo posteriores levamos os manuscritos da história de Ingá-Facundo construída a partir dos depoimentos desse encontro para serem revisados pelos que participaram desse Grupo. O Sr. Antônio Henrique da Silva (Facundo II) e o Sr. Francisco Davi Sampaio (Facundo III) foram essenciais nesse momento.

A partir do segundo trabalho de campo (Março/2007), devido à intensidade de atividades programadas, e também por conta da marcação dos pontos com Sistema de Posicionamento Global (GPS) para a produção do mapa de uso e ocupação do assentamento (o qual não foi produzido por conta da dificuldade em se conseguir imagens de satélite com qualidade suficiente para a observação e a própria marcação dos pontos para demarcação da área estudada); passamos a realizar somente entrevistas semi-estruturadas individuais com jovens, antigos posseiros e mulheres.

Vale salientar que o critério para a seleção dos entrevistados foi o envolvimento desses sujeitos com a realidade da área pesquisada, além desses fazerem parte da família de parceiros de Facundo¹³ (I, II, III) ou Ingá (de Cima e de Baixo). Realizamos um total de 27 entrevistas (APÊNDICE D), além de conversas com alguns agregados e pessoas ligadas a instituições, à Prefeitura de Parambu e ao STTR - Parambu, sendo essas entrevistas transcritas e analisadas qualitativamente.

O critério para a seleção dos entrevistados do assentamento consistiu em sua participação no processo de desapropriação ou por fazer parte de famílias que tiveram papel relevante nesse período; por serem representantes da comunidade e por seu envolvimento com os movimentos sociais, como a CPT ou o STTR – Parambu.

¹¹ Muitos chegaram entre as décadas de 1940 e 1950.

¹² A Sr^a Terezinha Maria dos Santos era esposa do Sr. Antônio Henrique da Silva e faleceu em fevereiro de 2007.

¹³ Ingá/Facundo possui um total de 99 famílias de parceiros. Dessas, 63 são de Facundo e 36 vivem em Ingá.

Segundo Minayo (1989, p. 81), a pesquisa qualitativa é “[...] aquela que trabalha não apenas com dados mais visíveis da realidade, mas que abrange o conjunto de crenças, valores e opiniões dos sujeitos sociais”.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, esta

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. [...]. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2001, p.20)

Outro desafio que se configurou durante as transcrições das entrevistas foi o de tornar o texto mais conciso. Como Almeida (2006, p. 44),

[...] optou-se pela transcrição do relato e por sua recriação no intuito de retirar as deficiências e os vícios de linguagem, assumindo que por um lado, ganhamos maior fluidez, por outro, ao transcriá-lo, perdemos as diversas possibilidades de entendimento da linguagem oral (entonação, pausa, choro, risos, etc).

No entanto, fizemos o possível para preservar a forma de falar camponesa, as palavras regionais e, sempre que possível e necessário, explicar as reações dos depoentes diante dos questionamentos levantados por nós, posto que é bastante complexo transformar elementos auditivos em visuais. As alterações do documento oral para o escrito são inevitáveis, visto que as normas desses documentos são distintas. Sem falar que a palavra escrita já é uma reinterpretação do relato oral (GONÇALVES, 2005).

É inevitável desconsiderarmos que algumas regras do documento escrito são indispensáveis, como é o caso da inclusão de sinais de pontuação. Esse se firmou como mais um motivo que nos fez preferir a modificação do texto transcrito, ou seja, leituras anteriores de materiais que trabalharam com transcrições de entrevistas na íntegra fizeram-nos atentar sobre o fato da leitura ter ficado de difícil compreensão, além de enfadonha devido às repetições. É o que Gonçalves (2005, p. 29) destaca: “A falta de cronologia e de lógica do texto atrapalharam na apreensão das idéias dos narradores. Torna-se, inclusive, necessário colocar um glossário no final do trabalho, para facilitar a leitura das narrativas pelos leitores”.

Foi nessa perspectiva que optamos por “alterar” as transcrições com o objetivo de tornar a leitura mais leve e aprazível, independentemente de o leitor ser alguém letrado ou apenas alfabetizado. Mesmo assim, sabendo que a linguagem regional não é de conhecimento de todas as pessoas, produzimos um Glossário, construído durante os trabalhos de campo.

Para apreendermos os costumes camponeses, a estada no assentamento foi indispensável, pois, conforme dizia um dos professores de Barbosa (2000), cujo nome não é citado pela autora, e que se intitulava como um “arruaceiro intelectual”, “era preciso vivenciar um local, usar o ‘arquivo dos pés’ (BARBOSA, 2000, p.13). Ou seja, tal afirmação ressalta a importância de viver o campo; a pesquisa de campo, para ser mais objetivo.

Entretanto, tal fato, em nosso trabalho, só foi possível a partir do terceiro momento que estivemos em Ingá/Facundo, em setembro de 2007, visto que foi fundamental adquirir a confiança das famílias, mesmo não tendo sido complicada ou traumática a aceitação da nossa presença entre eles. Contudo, tivemos ciência, desde o início da pesquisa, que para ser possível observar seus modos de vida; estar presente em suas rodas de conversa nos fins de tarde; em seus momentos familiares quando estão todos sentados à mesa tomando café, almoçando ou jantando; em suas épocas de plantio ou limpa de lavouras, entre os jovens em rodas, próximos à Igreja do assentamento; os camponeses necessitavam de um tempo para se acostumarem conosco.

Nessa lógica, Sider (1986, p. 940, *apud* THOMPSON, 1998), que defende o fato de os costumes não se tratarem de formulações abstratas, mas sim arraigados às realidades sociais e materiais da vida e do trabalho, fornecendo, geralmente, o contexto em que os sujeitos sociais vivem, sendo resultante da suas próprias histórias. Esse modo de vida, influenciado pela realidade que circunda o indivíduo historicamente, será refletido no meio em que o campesino, nosso objeto de estudo, vive e estabelece suas relações sociais que levam à organização do espaço.

Levantou-se, assim, o maior desafio como pesquisadora. Falo agora em primeira pessoa, pois foi uma situação que me acometeu diante da proposta de uma pesquisa participante, ou seja, eu teria que me adaptar a um ritmo, a atividades e a um modo de falar diferentes do que estava acostumada, mesmo sendo minha família materna natural do interior cearense (Cariri). Foi aí que pude constatar *in locu* que cada lugar é um lugar; tem suas especificidades, seu tempo, e, por se tratar de um interior do Ceará, não quer dizer que os modos de vida, considerados como *costumes*, são os mesmos.

A nossa preocupação também perpassava em como eles iriam se comportar com uma presença diferente em suas casas, mas logo percebemos que com o processo da pesquisa as ações deles se naturalizaram. Por essa razão, afirmamos que só a partir de setembro de 2007 passamos a apreender e, antes de tudo, sentir a vivência camponesa em Ingá/Facundo.

Registros fotográficos apresentam-se como fundamentais para o leitor poder conseguir se transpor ao espaço social estudado. Acrescentamos que as imagens de pessoas

que utilizamos na Dissertação foram autorizadas pelos camponeses. Essas imagens caracterizam-se como documentos que revelam uma realidade captada em um momento, as quais serão comparadas entre si conforme os períodos que foram realizados os trabalhos de campo. Por exemplo, as atividades realizadas em janeiro a março são, geralmente, diferentes daquelas realizadas entre setembro e dezembro, principalmente devido às condições paisagísticas e climáticas da região (FIGURAS 4 e 5).

Ademais, para analisarmos as informações e fazermos os dados falarem, como Matos e Vieira (2001) colocam, a análise de conteúdo foi efetiva na presente pesquisa, conforme se tem percebido, ou seja, documentos escritos, orais, atividades que pudessem ser descritas e analisadas, entrevistas e discussões transcritas, nas quais se considerou o emissor, o que diz, como diz, qual o resultado, e o receptor (MATOS; VIEIRA, 2001, p. 67), buscando uma leitura crítica das/nas comunicações durante todo o percurso do trabalho.



FIGURA 4: Propriedade do Sr. Henrique Martins (Facundo II) – roça consorciada de milho e feijão.
Fonte: Lima, março de 2007.



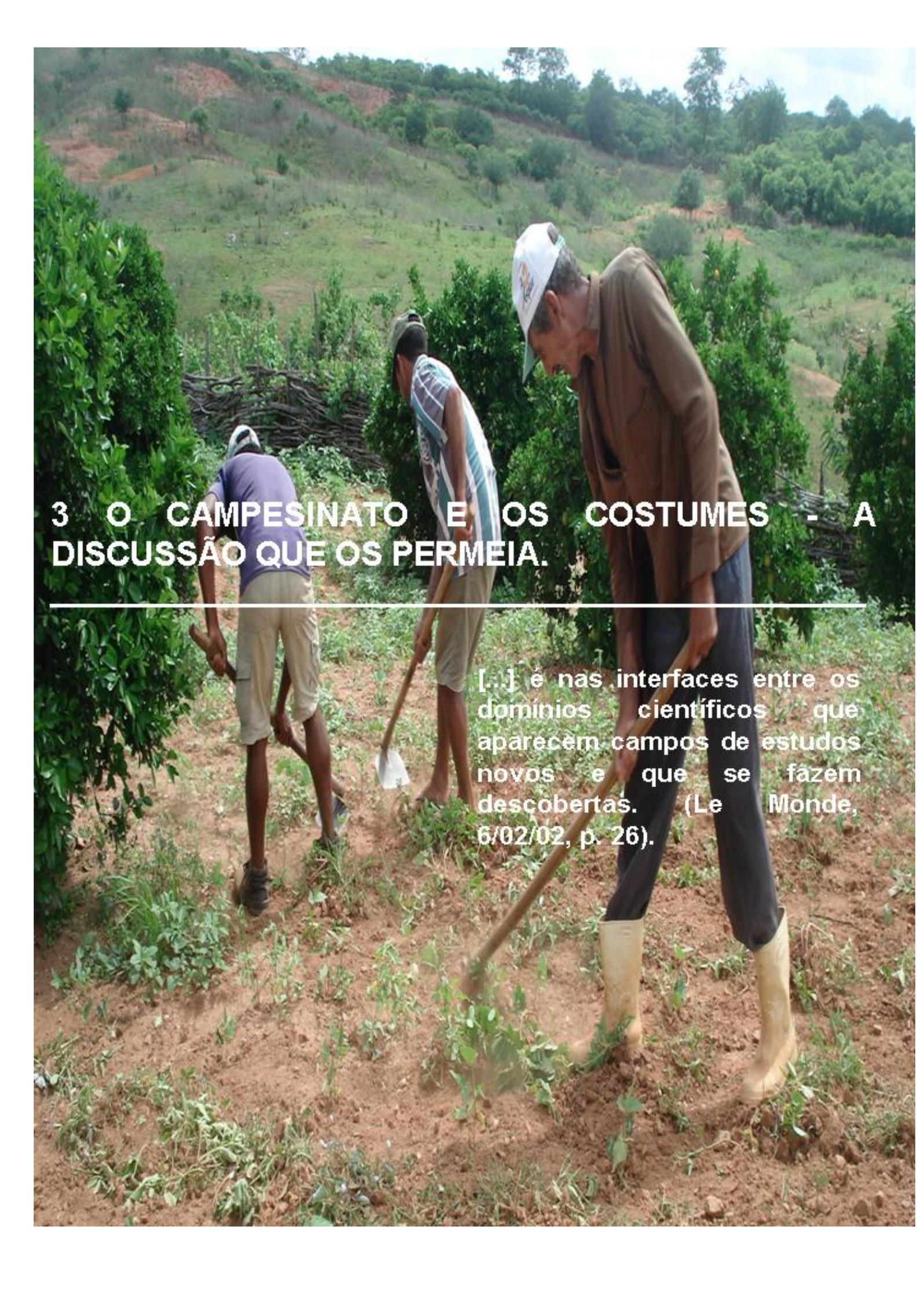
FIGURA 5: Propriedade do Sr. Henrique Martins (Facundo II) – preparação do solo para o próximo plantio.
Fonte: Lima, dezembro de 2007.

Podemos afirmar que nessa caminhada, outros desafios foram enfrentados. Posto que, para decifrar a realidade que se apresentava nesse assentamento tivemos que fazer uso do conhecimento adquirido durante os anos de estudo na Universidade referentes a Graduação (Geografia) e ao Mestrado (Desenvolvimento e Meio Ambiente).

No entanto, muito além do conhecimento teórico, necessitamos também de certas habilidades e faculdades do entendimento que R. de Oliveira (1998) coloca como etapas para o exercício da pesquisa e da produção do conhecimento: o olhar, o ouvir, o escrever e, principalmente, o aprender a desenvolver todos esses sentidos, os quais buscamos colocar em prática durante os momentos de campo, sobretudo os que a pesquisadora ficou essencialmente

no assentamento, ou seja, os três últimos trabalhos que ocorreram em setembro e dezembro de 2007 e janeiro de 2008.

Foi nesse caminhar que se configuraram os meandros da construção do processo de pesquisa. Entretanto, durante os capítulos seqüentes, perceber-se-ão também descrições desses aspectos metodológicos de uma forma mais diluída no texto.



3 O CAMPESINATO E OS COSTUMES - A DISCUSSÃO QUE OS PERMEIA.

[...] é nas interfaces entre os domínios científicos que aparecem campos de estudos novos e que se fazem descobertas. (Le Monde, 6/02/02, p. 26).

[...] é nas interfaces entre os domínios científicos que aparecem campos de estudos novos e que se fazem descobertas. (Le Monde, 6/02/02, p. 26).

3 O CAMPESINATO E OS COSTUMES: a discussão que os permeia

A questão agrária materializa-se ainda como um debate em foco no início do Século XXI. Mesmo passando por consideráveis transformações econômicas, sociais e políticas, apesar de todas as profecias em torno da resolução dessa questão, o que se percebe ainda hoje no Brasil e no mundo é uma “extraordinária vitalidade da luta por terra e da demanda por reforma agrária” (MEDEIROS, 2003, p. 7), via ação de resistência e superação das adversidades postas aos camponeses que aqui sobrevivem, como a exclusão do direito ao acesso à terra, mesmo antes da criação da Lei de Terras no Século XIX.

Durante muito tempo a questão agrária foi discutida. É certo que algumas vezes esquecida, não por aqueles que dependem dela para sobreviver, mas por aqueles que tinham e têm interesse em deixá-la no esquecimento. Na década de 1980, com o fim do regime militar¹⁴, o debate foi retomado, trazendo esperança ao futuro de diversos camponeses. De fato, o que se pretende nesse primeiro momento é realizar um debate sobre a questão agrária, inserindo a esse o aspecto cultural dos costumes camponeses dentro de uma visão histórica.

3.1 A discussão da Questão Agrária: inserindo o objeto no debate

Remetendo-nos a Stédile (2005), em seu livro “A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960”, o autor inicia a obra fazendo uma breve discussão sobre a categoria ‘questão agrária’. Essa categoria é entendida por ele como “[...] conjunto de

¹⁴ Um pressuposto teórico importante a ser ressaltado refere-se ao caráter rentista do capitalismo no Brasil. Conforme A. U. de Oliveira (2001a, p. 186), “[...] isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram consolidar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votou a legislação sobre a Reforma Agrária.

interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005, p.15-16). Tal abordagem considera as transformações sociais, econômicas e políticas que o espaço agrário tem atravessado desde a colonização até o advento da modernização, adentrando aos dias atuais, bem como os conflitos por terra, acesso a essa e à tão almejada, pelos camponeses, Reforma Agrária.

Para J. G. da Silva (2001), a questão agrária diz respeito “às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz” (p. 11), vindo essa se agravando na atualidade “[...] pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo” (p. 11).

O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropoeuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outros milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (SILVA, J., 2001, p. 12).

Nesse sentido, vale refletir sobre o seguinte questionamento: Não seria o objeto de estudo da presente pesquisa, parte integrante desse debate? Acreditamos que sim, posto que a ‘questão agrária’, enquanto categoria de análise, pode ser estudada em diversos focos. Entre estes, destacamos o fato político, o geográfico, o histórico e o sociológico.

Não seria essa discussão interdisciplinar? O campesinato, sob o viés político, “[...] esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político” (STÉDILE, 2005, p. 15). Na **História** é “[...] usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra” (p. 15). Na **Sociologia**, o conceito visa explicar “[...] a formas como se desenvolvem as relações sociais, a organização da produção agrícola” (p. 15).

No entanto, afirma-se que o enfoque remetido à pesquisa se aproxima mais do enfoque **Geográfico**. Nesse, o uso do termo caracteriza-se como sendo “[...] comum para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização da terra e de que maneira vai se dando a ocupação humana no território” (STÉDILE, 2005, p. 15).

Sob essa perspectiva é que se consubstanciou a análise sobre as condições socioculturais dos camponeses no Assentamento estudado. Ressaltamos que o camponês tem despertado considerável interesse no meio acadêmico e entre os movimentos sociais nos quais

já percebemos expressivas contribuições analíticas de cunho teórico e empírico sobre esse debate.

Assim, apesar dos progressos verificados quanto à compreensão da natureza de sua economia e sua subordinação formal ao capital, bem como a sua (re) criação por este mesmo capital, entendendo esta relação não como resquício feudal, mas com uma suposta autonomia estrutural, lamenta-se o fato da discussão camponesa ainda se manter, na maioria das vezes, limitada aos aspectos econômicos, políticos e históricos, secundarizando-se a análise cultural das formas de apropriação¹⁵ dos recursos.

Seria inevitável desconsiderar a necessidade de inicialmente promover uma historicização do debate teórico - conceitual de campesinato, considerando o paradigma que o cerceia, antes de adentrarmos a discussão dos aspectos culturais da categoria, bem como, os aspectos que embasam o modo de vida dessa classe social, que seriam: terra, trabalho e família, ou seja, essas

[...] são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e, mais, delas é que valores como moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única, que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa *habitus* não como tradição, mas como manutenção, renovação e inovação (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Para Pereira (2004, p. 8), as características essenciais para a existência do camponês são: 1 - A unidade familiar de produção; 2 - A produção voltada para subsistência com vínculos mercantis; 3 - Algum controle do processo produtivo; 4 - O acesso à terra sobre as formas de propriedade e a influência da matriz tecnológica na sua reprodução.

3.2 Breve historicização: a discussão teórica em torno do campesinato

As leituras que respaldam este estudo são as obras seminais de autores clássicos como Kautsky, Lênin, Weber e Chayanov, cujo centro de suas preocupações (a problemática camponesa no decurso do desenvolvimento do capitalismo) ainda hoje continua influenciando muitos pensadores, a exemplo Abramovay (1998), tendo sido difundido no País e no mundo o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

¹⁵ Do latim proprius –a –uma **apropriação**. (CUNHA, 1982, p. 640). Consiste em um apossamento ou ato de ocupação (tornando própria) de algo abandonado pelo proprietário inicial ou que não tenha proprietário. Consistindo em uma forma de aquisição de propriedade (p. 640)

O Paradigma da Questão Agrária é defendido pelos teóricos do Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), vinculados à VIA Campesina, os quais entendem que a luta pela terra e pela reforma agrária é a melhor forma da (re) criação e do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra, ou seja, sem a luta este deixa de existir. Essas ações se caracterizam como resistências que possibilitam a sua permanência e fortalecimento da unidade familiar, sendo relacionado à categoria Agricultura Camponesa/Familiar para a qual o campo é lugar de vida/alimentos, identidades, culturas e não meramente para a produção de mercadorias.

Diferentemente se processa o Paradigma do Capitalismo Agrário, defendido pelos teóricos do Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, vinculado ao Banco Mundial, os quais defendem a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade para sua sobrevivência consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção (Feliciano, 2006b). Tal ideário, como será apresentado mais adiante, fora defendido por autores como Kautsky, Lênin e Weber.

Exposto os indicativos desses paradigmas, afirma-se que a pesquisa apresentada se baseia no Paradigma da Questão Agrária, mesmo que as Ciências Humanas não tenham conseguido delinear ainda, de forma satisfatória, as diferenças entre o agricultor familiar e o camponês, como afirma Feliciano (2006b). Entretanto, o problema que se coloca não é só a diferença entre esses dois sujeitos (se é que existe), visto que se esses agentes se encontram indissociados, a sua existência pode ser entendida dentro da sociedade capitalista. Mas é imprescindível ter

[...] a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Sendo assim,

[...] no interesse renovado e crescente de conhecer o que é camponês, existe algo especialmente atraente e capaz de suscitar a afeição de respostas que às vezes originam grandes incógnitas, trata-se da questão do desaparecimento do campesinato (MOURA, 1986, p.17).

Ressaltamos que não objetivamos aprofundar essa questão, mas consideramos necessário historicizar tal discussão, visando compreender como o campesinato se materializou no espaço agrário estudado, ou seja, o assentamento Ingá/Facundo.

Ao se estudar o campesinato pode-se elencar cinco direções, conforme o Grupo de Estudo da História Social Camponesa no Brasil – HSC (2006). A primeira direção teórica considera o campesinato como modo de produção específico e/ou como classe social em crise no sistema capitalista. Destacam-se a obra de Marx, autores que se inspiraram nele (Engels, Kautsky e Lênin) e, por outro lado, autores não marxistas (Weber).

A segunda toma o campesinato como um exemplo de um sistema econômico não capitalista, não organizado sobre a base da relação direta entre capital e trabalho. Estaria entre os principais teóricos Chayanov, sobre o qual já se enumeram diversas análises.

Uma terceira matriz aborda as sociedades camponesas como sociedades parciais, estando essa leitura presente nas obras de sociólogos e antropólogos, como Robert Redfield, Eric Wolf e Henri Mendras, e no Brasil representadas por Wanderley e H. M. de Carvalho.

A quarta matriz consubstancia-se por autores que enfatizam o modo de vida específico das sociedades camponesas e a economia moral que inspira os valores e as práticas sociais dos camponeses. Sendo citados, particularmente, Hobsbawn e Thompson.

A quinta corrente teórica diz respeito à presença do camponês como ator social na cena política e nos movimentos sociais. Tendo como representantes Franz Fanon, e de Ho Chi Minh e Mão Tse Tung.

Por hora, a presente pesquisa deteve-se, principalmente, às segunda e terceira correntes, por mais que a primeira matriz tenha sido considerada para se iniciar a discussão sobre o campesinato.

3.2.1 Campesinato – o debate sobre seu desaparecimento ou transformação

Como exposto anteriormente, entre os estudos clássicos destacam-se autores como Marx, Lênin e Kautsky, para os quais o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. Esses, conforme Feliciano (2006a, p. 8),

[...] defendem a hipótese de que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de

sobrevivência do camponês consiste na sua transformação em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção.

Ao que tange o marxismo, faz-se necessário destacar que a questão agrária se apresenta de duas maneiras: uma no *sentido estrito* - análise das relações de propriedade e de produção existente no campo; e a questão camponesa como *investigação das estruturas sociais*, em que os camponeses se mostram como uma classe de transição, tanto no sentido histórico como no estrutural da transitoriedade, ou seja, apresentando-se como formação econômico-social do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo, ou como classe social de transição entre a burguesia e o proletariado, as duas classes fundamentais do capitalismo.

Na realidade, Marx (1974) não efetivou debate sobre o campesinato. Ele trouxe à tona apenas passagens sobre a questão agrária e a agricultura familiar em seus livros “O Capital” e “Teoria da Mais-Valia”. Em “O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte” e “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”, ambas obras carregadas de ceticismo,

[...] o autor se refere ao campesinato parcelar francês como o ‘barbarismo na civilização’, tem levado estudiosos a uma absolutização a-histórica desses termos, retirando-os da conjuntura em que foram acionados e canonizando-os como labéus de uma classe, em aberto conflito com o método de interpretação que dizem adotar (MOURA, 1986, p. 46).

No “Dicionário do Pensamento Marxista”, Bottomore (1988), ao falar de Marx, coloca que este, ao definir a acumulação primitiva na Sétima parte do primeiro livro de ‘O Capital (1974)’, afirma que

[...] uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de suas terras [...] A separação entre os camponeses e suas terras é o manacial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto do capital agrícola, como para a indústria (BOTTOMORE, 1988, p. 2).

A visão marxista acaba remetendo à contradição do capital, onde a relação capitalista supõe a separação entre os operários e a propriedade, nas condições de realização do seu trabalho.

Quando se procura perceber a inserção social do campesinato, enquanto ator de processos agrários, depara-se com a problemática proveniente do fato de que ele não constitui uma categoria no/do sistema capitalista. Não há sítio, em uma arena de teorização sobre as relações capitalistas no campo, arquitetadas no Marxismo, para essa classe social.

Para Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), contradições no interior do campesinato seriam responsáveis por sua desintegração, permitindo que o modo de produção capitalista, de forma lenta e variada, se expandisse sobre a agricultura, por meio da criação de um mercado interno, gerado pela separação do produtor direto dos meios de produção, que se convertem em capital na mão de novos proprietários. Teria-se uma burguesia e uma massa de trabalhadores (proletários) que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Segundo Lênin (1980), o progressivo desenvolvimento do mercado interno para o capitalismo efetivava-se com a transformação em mercadoria do produto e do crescimento da demandada por artigos de consumo. Sobre esse último, revela que os produtos industriais desarticulam os mercados comunais rurais. Assim, Lênin (1992, p. 114) destaca que

[...] o campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído pôr novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.

Estaria, assim, o camponês enquanto classe, fadado ao desaparecimento.

Karl Kautsky (1986), teórico político alemão, em suas análises referentes à questão agrária na Alemanha, da segunda metade do século XIX, destaca que essa só teria jeito com o socialismo e ainda considerava o campesinato como uma classe intermediária da sociedade capitalista.

Kautsky (1986) entende que a reprodução do campesinato era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie. Seria, então, a presença do camponês no campo a constituição do retrocesso econômico e social presente neste meio.

Sendo proprietário dos seus meios de produção, senhor por sua própria terra, o camponês, nesse sentido, apresenta resquícios de um modo de trabalho atrasado, mesmo livre dos tributos e da corvéia¹⁶. Assim, entende Kautsky (1986) que o fim do camponês está próximo, pois a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo consiste na produção de duas classes sociais que se contrapõem. Seriam elas: burguesia e proletariado.

O processo de proletarianização se daria com a criação de novas necessidades de consumo e o conseqüente aumento da demanda por renda entre os camponeses. Com a produção para o mercado surgiria a concorrência e o camponês já não produziria tudo o que necessita para uso próprio.

¹⁶ Obrigação do servo, que deveria prestar trabalho gratuito ao senhor feudal. Vale destacar que a sociedade feudal era composta por três classes básicas: Clero, Nobres e Servos. Tal estrutura social praticamente não aceitava mobilidade, posto que a condição de um indivíduo era determinada desde o nascimento.

O camponês e sua família estariam condenados a um trabalho coagido e a condições de vida adversas. Tal fato seria resultado da miséria e da inclinação ao mínimo que possui (LÊNIN, 1982). A sua sobrevivência seria sinônimo da superexploração a que está sujeito. A convergência é a dominação do campo pela cidade, do desenvolvimento agrícola pelo industrial.

É bem verdade que, para Lênin (1982), o campo se industrializa e, nessa dinâmica, é a grande propriedade quem apresentará maior resistência, inclusive ascendentes condições de se industrializar.

Para Abramovay (1998), não existiria debate específico referente ao campesinato e à questão agrária nas obras de Marx, Lênin e Kautsky, uma vez que por elas não se poderia definir claramente a natureza e a origem dos rendimentos campesinos, posto que “a atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx” (ABRAMOVAY, 1998, p. 36), ou ainda, ele é a melhor definição de resto feudal, um resquício, classe que representa a barbárie.

Percebe-se, no entanto, que esse debate, na lógica das obras basilares de Marx, Lênin, Kautsky e do próprio Abramovay, explicita essencialmente, uma preocupação: a busca por uma compreensão da economia camponesa sob uma leitura fundamentalmente econômica do seu modo de vida. Assim, os aspectos culturais são secundarizados, mas existe um outro lado nesse debate. Um lado que pode não ser o correto na lógica capitalista, ou nos estudos apresentados anteriormente, mesmo que se refira à economia campesina, mas que deve ser considerado nesse estudo.

3.2.2 Campesinato – “O outro lado da moeda”

Por outro lado, destacam-se os estudos de Chayanov (1974), que mostra a produção camponesa, não como uma forma de produção em extinção, mas em processo de reprodução, centrada na relação entre o trabalho e o consumo familiar.

Tal abordagem materializa-se em seu livro “La Organización de la Unidad Económica Campesina” (1974), no qual a unidade de exploração camponesa é fonte criadora de seu próprio modo de vida, fato perceptível no assentamento Ingá/Facundo, principalmente

nos relatos dos camponeses durante as entrevistas, o que nos permite concordar-se com Castells (1979) e Bernardes (1996) quando afirmam que “a riqueza da teoria reside na sua constatação prática” (BERNARDES, 1996, p. 325-326).

Em sua continuidade, o campesinato realiza-se na relação trabalho-consumo, sendo necessário que haja, conforme o autor, um equilíbrio entre o consumo da família e a auto-exploração do trabalho realizável no período de um ano, participando das atividades produtivas todos os membros da família (pais, crianças, primos, sobrinhos, avós...). O camponês teria por objetivo geral atender a demanda de sua família, sendo que cada integrante contribuiria com sua força de trabalho para garantir a sua própria sobrevivência, sem receber remuneração.

Chayanov (1974) parte da análise de um modo de produção camponês não capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de trabalhadores, no qual a sua produção é destinada principalmente à auto-subsistência da família, sendo voltada ao comércio apenas uma parte desses produtos. Percebemos, assim, que o pequeno produtor camponês não é um empresário capitalista, não procura maximizar os lucros, mas sim viver na e da terra. Evidentemente que não se pode tomar tal assertiva como uma generalização nesse início de Século XXI.

O que se apreende no campo, com as novas gerações, é que os agentes sociais têm desenvolvido novas “necessidades”, impostas ou não pelo sistema capitalista, mas que são fatos em áreas rurais e como tais promovem uma perspectiva de vida diferente da idílica que fora defendida por Chayanov (1974) ou mesmo por Wanderley (2000; 2006). Pois a “bela” equalização da ‘aldeia global’, citada anteriormente, não se realiza num mundo cada vez mais dividido pelo acesso diferenciado aos ‘benefícios’ da modernidade (MORAES, 2005), mas possibilita reflexos nas classes sociais inevitavelmente, inclusive no espaço agrário.

O viver na e da terra essencialmente materializa-se por meio de ocupações, acampamentos, embates, resistências na terra, seja tentando garantir tanto sua permanência nela, quanto o acesso aos que já foram expulsos ou se encontravam na iminência de expulsão. Também se destacam os pequenos proprietários que lutam por sua sobrevivência, que é ameaçada por contratos de integração com as agroindústrias, pelas dívidas com bancos e pela falta de apoio das políticas públicas, condenando-os a uma concorrência, sempre desvantajosa, com os produtores capitalizados.

Nessa perspectiva, a composição familiar determinaria a quantidade de trabalho necessário à sua sobrevivência e manutenção da propriedade no transcorrer do período que antecede a próxima colheita.

Mas é preciso destacar que a insuficiência de terras e meios de produção, na unidade de exploração camponesa, pode levar a família camponesa a empregar parte de seus trabalhos em atividades não agrícolas.

Vemos aquí que cuando la tierra es insuficiente y se convierte en un factor mínimo, el volumen de la actividad agrícola para todos los elementos de la unidad de exploración se reduce proporcionalmente, en grado variable pero inexorablemente. Mas la mano de obra de la familia que explota la unidad, al no encontrar empleo en la explotación se vuelca...a actividades artesanales comerciales y a otras actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico con las necesidades de la familia...(CHAYANOV, 1974, p.101).

Todavía, uma questão essencial que deve ser extraída sobre a organização da economia camponesa, à luz de Chayanov (1974), é o padrão de vida tradicional estabelecido pelos costumes e hábitos do homem do campo, refletindo esses na dimensão das exigências de consumo à aplicação da força de trabalho.

Chayanov (1974) parte de uma perspectiva microeconômica para explicar a lógica camponesa. O inverso ocorre com Marx e os que lhe sucederam, cuja perspectiva parte do sistema econômico para a análise da relação campesinato/capitalismo. É assim formulada a teoria do investimento camponês.

Para Chayanov a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é [que] o de garantir a própria existência da unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que ‘(...) a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados (CHAYANOV, 1923, p. 9, *apud* CARVALHO, H., 2005, p. 18)

Ao analisar a obra de Chayanov (1974), apreende-se que este busca explicar o que os marxistas não conseguiam ver ou não tinham visto, ou mesmo, uma definição de camponês que apresenta como base a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico.

O que se percebe, ao analisar os estudos dos clássicos, é que o sistema capitalista não destruiu a unidade camponesa. Os processos sociais que determinam suas existência são mais contundentes do que aqueles que proporcionam a sua extinção. Evidentemente, que as

mudanças sobre essa classe social devem ser consideradas historicamente, posto que tais mudanças caracterizam-se por processos contínuos intencionais ou não do capitalismo.

Nessa ocasião, remetemo-nos às palavras de Teodor Shanin, que friza o seguinte: “Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo” (SHANIN, 1980 *apud* MOURA, 1986, p. 17).

Moura (1986, p. 17) complementa tal afirmação colocando que

A importância dessa afirmação reside no fato de que se o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formas sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês. Em outras palavras, os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção.

Assim, torna-se mais fácil falar em (re) criação e mesmo redefinição do campesinato do que afirmar terminantemente que o camponês está próximo de ser extinto.

Esperamos, assim que a Dissertação contribua para o conhecimento de uma questão ainda não resolvida na sociedade brasileira: a questão agrária discutida sob os aspectos socioculturais.

3.3 Conceitos e características do camponês: seus elementos constitutivos, seu espaço e seu tempo.

Geralmente intitulados por terminologias depreciativas, a raiz etimológica carrega consigo diversos significados que foram sendo deturpados historicamente. Assim, proveniente de *paganus*, do latim; *payan*, no francês e *peasant*, em inglês, esses vêm tomando sentidos diversos: “[...] *paganus* se tornou paisano, em português – o que não é militar. Mas também resultou em pagão, que quer dizer não - cristão – aquele que precisa ser convertido” (MOURA, 1986, p. 16). Na Alemanha do século XIII a definição de camponês perpassava por “vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido, saqueador” (MOURA, 1986, p. 16).

José de Sousa Martins (1995) trata das diferentes formas do campesinato na sociedade brasileira, particularmente daquelas destituídas da propriedade da terra não incluindo o trabalhador assalariado do campo. Para o autor, a palavra ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes do vocabulário brasileiro, ou seja, há pouco mais de 50 anos que se fazem presentes. Antes, esses agentes sociais eram denominados como caipiras

(São Paulo, Minas Gerais, Goiás...), caiçaras (litoral paulista), tabaréus (nordeste), caboclos, etc.

Nesse sentido, a palavra *camponês* não designa apenas o seu novo nome na sociedade, mas o seu lugar social na estrutura do espaço geográfico dentro do contexto histórico do campesinato. Conforme Bottomore (1988), esta designa o conjunto daqueles agentes que trabalham na terra e possuem seus meios de produção como ferramentas e a terra. H. M. de Carvalho (2005) afirma que esses agentes sociais “[...] são produtores livres de dependência pessoal direta” (p. 94), esse elemento os distingue do assalariado. Tal autonomia está relacionada com a força de trabalho familiar, com a detenção dos meios de produção, ferramentas próprias e suas necessidades primordiais que são, conforme Wolf (1976), “seu mínimo calórico e seu fundo de manutenção serão primordiais juntamente com os gastos de seu pequeno mundo” (p. 28).

[...] Com seu controle de terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto sua autonomia como sua capacidade de sobreviver, enquanto outros, mais sutilmente dependentes da sociedade, têm essa sobrevivência bastante dificultada (WOLF, 1976, p. 33)

Como bem destaca Moura (1986), o conceito de camponês vai além da “[...] materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político” (MOURA, 1986, p. 69). Pensamos na construção da Dissertação que seria pretensão trabalhar com um conceito fechado de camponês. Por essa razão, é preferível falar de características que possam defini-los, pois esses agentes sociais têm se reproduzido cada vez mais, mesmo que sua essência - do campo - tenha se mantido.

Acrescentamos às características camponesas,

[...] os laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em ‘comunidade’; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma ‘terra’ [...], traduzidas pelo apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: A migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável (CARVALHO, H., 2005, p. 94).

Assim, a unidade camponesa se firma, fundamentalmente, na tríade terra-trabalho-família expressa no espaço do assentamento rural, no caso do presente estudo.

O termo assentamento, datado de meados da década de 1979, surgiu na Venezuela, em ocasião de sua reforma agrária. Tal elemento designava a transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural.

Vale colocar que para Milton Santos (1985) a sociedade só pode ser definida através do espaço, soma dos resultados da intervenção humana. Esse é tido mesmo como uma instância social que deve ser analisada conjuntamente com o tempo, sendo ele também um espaço social, como é o caso dos assentamentos rurais. Nesses ambientes de vivência se processam as relações de trabalho, as festas, as práticas agrícolas específicas a cada tipo de solo, as atividades de conservação da terra, além dos ensinamentos transmitidos de pais para filhos, onde se expressa o real, sendo que é imprescindível considerar que “espaços externos e internos se fundem e se confundem, porque se lêem mutuamente, identificando a unidade objetivo-subjetiva das contradições da existência” (MOREIRA, 2007, p. 145). Afirmamos que ainda hoje o Sertão é visto como uma realidade (des) humana, por vezes sendo desconsiderada a realidade espaço-tempo na qual se processam as relações sociais e emergem criativas especificidades de convivência com as limitações e potencialidades do lócus habitacional do espaço rural sertanejo, cujo Bioma principal é a Caatinga.

O ‘espaço rural’, como fala Alencar (2000), e a esse termo adicionamos a nomenclatura ‘sertanejo’, “é o lugar de produção, da distribuição, da circulação, do consumo” (p. 52) e ademais das relações familiares. Ou seja, o autor refere-se a uma área que é uma parte da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Essa área é um espaço por estar ocupado pelo homem em ação (ALENCAR, 2000).

Alencar (2000) toma o assentamento como um espaço de vivência, que não deixa de ser um espaço social, onde as famílias constroem sua história, transcendendo a condição de sobrevivência material, ou seja,

[...] representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia-a-dia, tem seu modo de vida, como vaivém da labuta no roçados, cuidados com os animais, o pegar da água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa ‘fiada’ do compadre e da comadre à ‘boquinha’ da noite. Enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação (ALENCAR, 2000, p. 50).

Essa apropriação do espaço pelos sujeitos origina os lugares, com os quais os indivíduos estabelecem relações de afetividade. Alencar (2000), dentro dessa lógica, defendeu o fato de ser essencial discutir o conceito de lugar, uma vez que é neste que percebemos influencias como as formas de apropriação do espaço.

São nesses ambientes onde se materializam os conhecimentos dos camponeses. Esses saberes não são meramente pragmáticos, embora possam alcançar resultados práticos (produção de alimentos). Eles também não se restringem a uma conexão de ações técnicas, “[...] cujos pressupostos são dominados pelos camponeses, como sujeitos” (PINHEIRO, 2004,

p. 98). Conseguir efetivar essa leitura é essencial para se compreender a função da cultura e dos costumes camponeses no espaço do assentamento rural, posto que,

[...] o universo de saberes construídos pelos camponeses, na cotidianidade, se manifesta no trabalho [...] e nas práticas sociais, quando são necessários conhecimentos herdados de gerações anteriores e conhecimentos (re)elaborados em consequência de novas experiências (PINHEIRO, 2004, p. 98)

Nessa lógica, desde a ocupação e formação social, o Brasil vem sendo marcado por uma estrutura agrária problemática, do ponto de vista da concentração de terras e exclusão do homem do campo diante do quadro desenvolvimentista que vem sendo incentivado pelo Estado e pelo setor privado, que vêm no camponês a mão-de-obra barata para a efetivação do trabalho, secundarizando seus saberes adquiridos historicamente. É o que Wolf (1976) coloca ao afirmar que “para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder” (WOLF, 1976, p. 28). Durante o processo de pesquisa, buscamos ver além dessa lógica, ou seja, procuramos as raízes culturais de onde emergem os valores campesinos expressos por meio da cultura e dos costumes.

Para tanto, é conveniente esclarecer alguns aspectos do que vem a ser ‘cultura’, para se chegar à compreensão dos costumes desses agentes, evidentemente que considerando que o costume cria cultura e a cultura trabalhada cria costumes, esses dois elementos nascem das nossas relações sociais.

3.4 Caracterização de uma cultura e seus costumes: o ‘ser’ camponês

Parafrazeando Bosi (1992, p. 11), “[...] começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”. O autor, então, coloca que palavras como cultura, culto e colonização são derivadas do verbo em latim ‘*colo*¹⁷’, na língua romana, que significa eu moro, eu ocupo a terra, ou ainda, eu trabalho, eu cultivo o campo. Percebe-se então, que “em sua origem, a cultura está vinculada ao cultivo da terra e por decorrência, ao trabalho” (BOGO, 2000, p. 8).

¹⁷ “Um herdeiro antigo de ‘*colo*’ é ‘*incola*’, o habitante, outro é ‘*inquilinus*’, aquele que reside em terra alheia. Quanto a ‘*agrícola*’, já pertence a um segundo plano semântico vinculado a idéia de trabalho” (BOSI, 1992, p. 11).

O processo de trabalho humano modifica a natureza ao mesmo instante que altera sua própria natureza, aperfeiçoando as qualidades humanas como afirma, Bogo (2000). Além desse aspecto, a cultura também está vinculada a existência do ser, das comunidades desde as primitivas. Logo, chega-se “a uma conclusão muito simples, que cultura, trabalho e existência estão interligados. Por isso definimos que cultura é tudo o que fazemos para produzir nossa existência” (BOGO, 2000, p. 8), em que as especificidades formam o caráter de cada local, fazendo-os singulares, inexistindo adjetivações como culturas melhores, piores, boas ou ruins, elas puramente diferem umas das outras.

Para Laraia (2001, p. 25),

[...] no final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico ‘Kultur’ era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto que a palavra francesa ‘Civilization’ referia-se principalmente às realizações materiais de um povo.

Esses termos foram sintetizados por Tylor (1932 - 1917), primeiro autor a definir o conceito de cultura na perspectiva utilizada na atualidade, que ressalta que cultura é todo comportamento apreendido. Para ele, “no vocábulo inglês ‘Culture’, tomado em seu amplo sentido etnográfico se caracteriza como ‘[...] um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR *apud* LARAIA, 2001, p. 25).

Vale destacar que alguns estudos utilizaram tal definição de Tylor, como é o caso da autora Anne Marie Speyer (1981). Entretanto, esses desconsideraram o fato de Tylor se preocupar mais com a igualdade existente na humanidade e menos com a diversidade cultural, ou seja, não apreende o relativismo cultural, minimizando, assim, os múltiplos caminhos da cultura, conforme bem destaca Laraia (2001).

O que se sabe, na atualidade, é que a cultura não se desenvolve de maneira uniforme. É na diversidade cultural que a espécie humana pode ser explicada, considerando a dinamicidade dos diversos elementos naturais e sociais que se inter-relacionam e se fazem presentes no processo histórico que compõe a sociedade.

Tal fato não se distancia da realidade do camponês parceleiro que vive no sertão, do assentado rural, do pequeno proprietário que teve como herança familiar a aquisição de conhecimentos voltados ao lidar com a terra e logo com a natureza, com vistas à soberania alimentar. Tais práticas podem ser consideradas como um tipo de Cultura.

Seria, nesse contexto, a cultura camponesa, considerada sob um olhar geográfico, uma forma de cultura popular, como se pôde apreender em trabalhos de Wolf (1976), Moura

(1986) e Bosi (1992). É fato a dificuldade de se determinar o que é culto e o que é popular. Sobre a cultura popular, Bosi (1992, p. 55) destaca que:

[...] a cultura popular está generosamente aberta a múltiplas influências e sugestões, sem preconceito de cor, classe ou nação. E, o que é rico de conseqüências, sem preconceito de tempo. A cultura do povo é localista por fatalidade ecológica, mas na sua dialética humilde é virtualmente universal: nada refuga por princípio, tudo refaz por necessidade.

Caldart (1987 *apud* BARROSO, 2005) aponta que a cultura popular em áreas de assentamento de reforma agrária, por ser e ter uma abrangência ampla do campo cultural, não se restringe às práticas artísticas, mas abarca o conjunto da atividade humana.

Mais do que práticas especificamente econômicas ou mesmo políticas, o êxito de uma reforma agrária parece ligado às formas como as coletividades dão significado a vida, às suas visões de mundo. Cosmovisões que estão inscritas não apenas nos objetos, ou seja, no conjunto dos bens materiais produzidos e manipulados pelo ser humano, no caso pela comunidade, mas também nas formas de comportamento, nas atitudes, nos jogos, nas brincadeiras, na culinária, nos rituais cotidianos, nas manifestações artísticas, nos cultos religiosos, nas festas e folguetos, nos procedimentos de trabalho, na maneira de transmitir os saberes e de renovar a memória, enfim, no que se chama hoje de bens imateriais (CALDART, 1987 *apud* BARROSO, 2005, p. 11).

Ou seja, a cultura é a interação de saberes e práticas sociais das quais uma coletividade se utiliza para estabelecer relações com o mundo, para lidar com a natureza e com a sociedade com vistas a tornar possível a convivência em seu interior e com o exterior, logo, para viver e se reproduzir. É a maneira de ser de um povo, considerando a subjetividade, respondendo aos desafios a ele apresentados pela natureza e pela história (BARROSO, 2005).

Evidentemente que a cultura não é algo que funciona somente via seres humanos, para alcançar fins sobre os quais esses devam estar vagamente cientes, como destaca Cosgrove (2004): “pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana” (p. 101).

A cultura ainda abrange a totalidade da vida de um povo. Milton Santos (2005) afirma que a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘debaixo’, sendo como portador do próprio movimento da sociedade “[...] pondo em relevo o cotidiano dos pobres, da minoria, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, M., 2005, p. 144). Obviamente, não se poderia desconsiderar as influências que interferem, direta ou indiretamente, sobre os chamados por Milton Santos (2005) aspectos da existência. Seriam eles: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade.

Tais influências advêm de processos históricos da sociedade, do surgimento e adesão de novas técnicas, da televisão, do rádio e mesmo da migração.

Os costumes que resistem diante das culturas diferentes da vida no campo indicam as características do campesinato. Comungamos com a idéia de Guzmán (2004 *apud* CARVALHO, H., 2005), em que o mesmo afirma que se “[...] atreveria a definir o campesinato como uma forma de manejar os recursos naturais que permite a reprodução do homem e a natureza (que são um todo) conservando a biodiversidade ecológica e sociocultural” (p. 190), é o lidar com a terra e o apego a essa, com vistas à sobrevivência familiar e o trabalho voltado a esse fim que o caracteriza.

Dessa forma, afirmamos que “[...] os costumes, comportamentos, valores, ensinamentos são heranças culturais que recebemos de nossos antepassados” (BOGO, 2000, p. 10), caracteriza, assim, os aspectos culturais transmitidos de pais para filho, por gerações e, por vezes, adaptados à chegada da tecnologia, mudanças nos sistemas de produção, sem, no entanto, perder a essência da sua autonomia e seus significados.

Ao se colocar em foco conceitos como estes, o pesquisador pode deparar-se com o equívoco de tomá-los como cristalizados diante da realidade social. Por conta desta possibilidade, afirmamos que cultura e costumes são aspectos peculiares e específicos de pessoas, grupos sociais e ambientes que possuem significados que podem não ser compreendidos em uma escala geral, ou seja, por todas as pessoas, mas são bastante claros e naturais para os que fazem parte do meio que esses se evidenciam.

Para Lewis (2000), é exatamente no meio ambiente onde que a cultura, e nesse *locus* se originam as comunidades onde cada ser humano vive e se reproduz. No entorno são encontradas as formas de vida e seus significados nas expressões mais originais. “No entanto, são cada vez mais raras as comunidades que mantêm essas características vivas” (VIEIRA, 2006, p. 28).

Segundo Vieira (2006), deve-se considerar que mesmo as condições externas influenciando a vida do local, como é o caso da globalização com a sua ideologização de ‘aldeia global’, “a cultura é dinâmica e não só pode como deve mudar e, principalmente para evitar maiores prejuízos sociais, pode ajustar suas dimensões as novas realidades” (VIEIRA, 2006, p. 43), dessa forma se expressarão os significados nas e das comunidades.

Para se interpretar os significados culturais, apreendendo como os mesmos são transmitidos e perpetuados, a tarefa essencial não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições não generalizadoras dos casos, considerar a diversidade de cada situação, o movimento histórico que explica sua existência dialeticamente. Os costumes são

provas desses processos históricos, os quais sofrem adaptações, modificações, (re) produzindo-se conforme a conjuntura, mas não perdendo sua essência, posto que, como falado anteriormente, uma das características principais dos sujeitos camponeses é sua resistência e superação (GEERTZ, 1989).

O fato é que a cultura, vista como complexos padrões de comportamento, pode ser considerada sob várias linhas de discussão. Seriam elas: *habitus*, costumes, tradições. Entre essas, escolhemos os costumes como a linha para explicar a apropriação dos recursos na área pesquisa.

No século XVIII, “[...] o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado” (THOMPSON, 1998, p.16). Sider (1986, p.940 *apud* THOMPSON, 1998, p. 22) destaca que

[...] os costumes realizam algo – não são formulações abstratas dos significados nem a busca de significados, embora possam transmitir um significado. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...], eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam.

Assim, defende-se o fato de o camponês ser resultante tanto de sua história de vida como de seus costumes, em que esse reflete tais fatos no ambiente no qual vive, quando atua na organização do seu espaço e através da sua ordenação temporal.

Percebemos que essa discussão está envolta a compreensão na história na qual o homem encontra-se inserido. Essa “[...] nada mais é que a transformação permanente da natureza do homem” como escreveu Marx (1963, p. 147 *apud* SANTOS, 1978, p. 3). Nesse sentido, é impossível visualizar e verbalizar a natureza desassociada de qualquer associação cultural (MATTOS, 2006) e vice e versa.

Não obstante a essa realidade, estão as estratégias de convivência com o Semi-árido, que expressam os saberes e o modo de vida camponeses no espaço do Sertão.

3.5 (Con) viver com o Semi-árido: A indissociação dos aspectos culturais do camponês.

Para Mattos (2004),

A estreita ligação entre as práticas econômica e as explicações místicas e religiosas revela, a existência de um complexo conhecimento herdado pela tradição que ultrapassa os objetivos de exploração econômica do meio natural, que levam a essas sociedades a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas naturais. [...]. Existe assim um conjunto de responsabilidades de ordem ética para manter o equilíbrio geral dos ecossistemas. (MATTOS, 2004, p. 79).

O sertão, palavra que, conforme Barbosa (2000), guarda considerável poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínio e sentidos, além de referir-se a um determinado espaço geográfico – o interior, as terras distantes do litoral, sendo esta, provavelmente, a sua articulação mais imediata e linear –, é o local onde as atividades produtivas campesinas, especificamente em Ingá/Facundo, são conduzidas e reguladas pela natureza, como o preparo da área, o plantio, os tratos culturais (adubagem, utilização de fertilizantes naturais) e a colheita. Vale ressaltar que, por vezes, perceber-se-á durante o trabalho que utilizamos o termo *cultura* referente às lavouras e práticas agrícolas, sendo justificável tal referência, porque a palavra está ligada à cultivação da terra, a sua ocupação e ao seu trabalho.

Estas atividades são fundamentadas em períodos do ano considerados essenciais para se conseguir plantar na fase mais propícia ao desenvolvimento da cultura agrícola.

O camponês tem como uma das suas características a apropriação dos recursos existentes no campo, pois é a partir deles que se retira a alimentação e se evidenciam as condições de trabalho que garantem a reprodução da família.

Para Ramos (2005), o ritmo de trabalho está ligado aos “ciclos da natureza”, estes são marcados pelo tempo cíclico de sucessão das estações do ano, sendo esta a única segurança de produtividade das roças, no caso do Nordeste, na região semi-árida, que abrange os oito Estados nordestinos, ou seja, 86,48% da Região.

Admitimos o fato das terras semi-áridas serem determinantes da vulnerabilidade econômica regional, especialmente na região do Sertão (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p. 208). Aliam-se às condições climáticas e às condições pedológicas, as secas, que podem ser periódicas ou estacionais. A seca periódica “não tem ano certo para ocorrer e são caracterizadas pela falta ou irregularidade das chuvas durante a estação chuvosa da região” (MENDES, 1995, p. 4) e a seca estacional “vai de julho a janeiro e verifica-se como um evento normal do regime climático local” (MENDES, 1995, p. 4).

Para tanto, estratégias de convivência com o semi-árido são essenciais, pois na unidade geoambiental onde se materializam as práticas dos costumes camponeses em estudo, ou seja, na Depressão Sertaneja, a adversidade ambiental é uma constante, como se pode perceber sinteticamente no parágrafo anterior, em virtude dos fatores climáticos, pedológicos e biogeográficos que assolam a região. Contudo, entre esses fatores emergem potencialidades que foram sendo utilizadas com o passar do tempo, a exemplo da caatinga. Então, esses elementos estão associados, e interagem com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas que permeiam as sociedades camponesas, como no caso dos camponeses que vivem no Sertão, assunto discutido no Capítulo 4.

O fato é que o Sertão semi-árido brasileiro não pode ser visto somente como o *locus* da seca, da fome e da miséria, como se caracterizou historicamente. Este território precisa ser visto como um espaço vivencial de diversas e significativas experiências educativas, que evidenciam e afirmam suas potencialidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, modificando a visão equivocada e ideologicamente instituída pelas elites que historicamente tiveram o controle do poder político e econômico da região. Segundo Braga (2004), existem centenas de experimentos educativos pautados

[...] numa lógica que está apontando para uma nova relação com os ecossistemas da região; uma lógica que está re-significando a história, o espaço e a cultura locais. Trata-se da lógica da *convivência com o Semi-árido* ou, como se convencionou chamar, com a seca (BRAGA, 2004, p. 25).

Vale dizer que, sobre convivência com o semi-árido, segundo Nascimento (2006), o debate só vem ganhando corpo nessa última década, na qual são percebidas as efetivações de Encontros científicos como a Conferência Internacional sobre Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido (ICID), em 1992, que foi essencial para debater esse tema, mesmo tendo se detido, essencialmente, à desertificação e à seca, secundarizando o semi-árido.

Para Nascimento (2006), com a elaboração da Agenda 21 Global¹⁸, no seu Capítulo 12.2 - *Manejo de ecossistemas frágeis*¹⁹: *a luta contra a desertificação e a seca*, foi defendida

¹⁸ "Agenda 21" é um programa de ação que tem por objetivo viabilizar a adoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. Nesse sentido, o documento da agenda constitui um roteiro para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento que se quer sustentável quanto ao manejo dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, equânime e justo tanto nas relações econômicas entre os países como na distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais, economicamente eficiente e politicamente participativo e democrático. A Agenda foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por Rio 92. (BRASIL, 2007).

a idéia de que podem ocorrer relações problemáticas entre natureza e sociedade, necessitando haver o estímulo e promoção da participação popular e da educação sobre a questão do meio ambiente, centradas no controle da desertificação e no manejo dos efeitos da seca²⁰ (AGENDA 21 GLOBAL, 1996), sendo preciso considerar os aspectos culturais das comunidades locais.

Não obstante a esta questão, está a Declaração do Semi-árido (DSA) que levantou propostas norteadoras para ações das comunidades organizadas e das ONG's, reconhecendo a importância e valores do semi-árido brasileiro (SAB) para a implantação do desenvolvimento sustentável (DS), fundado nos ideais de quebra do monopólio da terra, água e meios de produção; manejo sustentável dos ecossistemas; atuação da sociedade civil; educação, recuperação da identidade cultural do SAB; e informação, como afirmara Duque (1980, p. 254-255):

O sucesso de uma civilização depende dos conhecimentos úteis dos pensamentos sábios e dos sentimentos nobres dos habitantes (...). A nossa redenção resultará mais da nossa própria ação do que dos planos dos nossos governos e da perfeição das nossas leis.

Para Mattos (2004) e Ramos (2005), a convivência com o Semi-Árido se dará em conhecer, aprender e reaprender a conviver com intempéries deste clima. Os camponeses estão envolvidos no seu cotidiano com as características naturais do semi-árido, como: desertificação, salinização dos solos, esgotamento e a poluição dos recursos hídricos, conforme será debatido ao analisar a realidade dos camponeses de Ingá/Facundo, no Capítulo 4.

Esses debates implicam num desafio para os movimentos sociais em promover mudanças substanciais nos padrões de reprodução, nos valores de consumo e na identidade coletiva em busca de direitos e deveres. O espaço social, no qual há a inter-relação entre os camponeses e a natureza, é o meio onde se procedem as formas de viver e se encontram as condições que possibilitarão a sobrevivência dos núcleos populacionais camponeses, neste caso, as áreas do Semi-Árido ou do Sertões cearenses. Visto que, conforme Nascimento (2006), à luz do “Tratado sobre as Zonas Áridas e Semi-Áridas”, um dos 46 documentos elaborados por ONG's dos cinco continentes, reunidas no Fórum Paralelo à Eco-92, é imperativo que seja seguida a afirmação que

¹⁹ Os ecossistemas frágeis incluem os desertos, as terras semi-áridas, as montanhas, as terras úmidas, as ilhotas e determinadas áreas costeiras (BRASIL, 2007)

²⁰ Essa é apenas uma das áreas do Programa Agenda 21 incluída para o Capítulo 12.

[...] as zonas áridas e semi-áridas são ecossistemas complexos, com potencial natural suficiente para propiciar uma boa qualidade de vida para as suas populações, desde que se adote uma concepção de desenvolvimento que seja socialmente justo, ecologicamente sustentável, culturalmente apropriado (NASCIMENTO, 2006, p. 307).

Assim, *como podemos entender o semi-árido cearense sem considerar que este está envolto à discussão de Sertão no assentamento Ingá/Facundo?* Tal questão apresenta-se porque em nenhuma entrevista estabelecida com os camponeses parcelares eles nomeiam seu espaço social como semi-árido.

O que apreendemos é o uso do termo Sertão, até na diferenciação de onde se vive. Ou seja, as pessoas vivem no Sertão ou vivem na Serra, sendo melhor habitar no primeiro, conforme os que ali vivem, devido às condições de acesso à água serem melhores dos que se deleitam em uma área com um clima mais ameno, mas envolta a toda a conjuntura de escassez de recursos hídricos existente. Evidentemente que a nomenclatura convivência com o Semi-Árido não está errada, simplesmente acreditamos que também poder-se-ia falar em convivência com o Sertão, à luz da denominação própria dos camponeses pesquisados.

É sobre as práticas culturais, ou mesmo, de convivência com o semi-árido no Sertão dos Inhamuns no assentamento que o Capítulo 5 se fundamentará, sendo que, para se chegar a esse momento, o Capítulo 4 irá debater o termo sertão, além de identificar os aspectos geoambientais e geohistóricos que compõem a natureza da área pesquisada.



4 DOS INHAMUNS AO PROJETO DE ASSENTAMENTO INGA/FACUNDO – OS MEANDROS DE UM PROCESSO.

INHAMUNS

Sol, quem não secou foi só mandacaru
Uirapuru nunca viveu no meu sertão
Meu coração com a terra se rachou
Foi, nenhuma flor nasceu nesse torrão
Não há mais campo em que floresça a
plantação
E a asa branca, há muito tempo se
mudou
Meu rebanho não apareceu
No cercado o pasto se acabou
Severino ontem padeceu
E também João não agüentou
Meu Deus do céu, mas que destino
Nesse menino também bate um coração
Já que não chove nessa terra
A minha lágrima é quem vai molhar o
chão
Tanta saudade, tinha quermesse e
bumba-meu-boi
Cresce a cidade, mas retirante vai voltar
depois
Quando nuvem entornar, meu sertão
Será verde de alegria

(Ramon Moreira & Renato Feitosa)

Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo. Dia da lua. O luar que põe a noite inchada [...] (Rosa, 1976).

4 DOS INHAMUNS AO PROJETO DE ASSENTAMENTO INGA/FACUNDO – os meandros de um processo

O lugar ocupado pelo sertão – com suas paisagens, seus costumes e tradições, as formas de organização social e produção econômica familiar ou não – é indicador da importância desse espaço na realidade estudada. O fato é que o Sertão, antítese da civilização, elemento estéril, terrível, até mesmo sinistro, não “tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat natural” (SMITH, 1988, p. 37), não é mais tomado nessa perspectiva, como parafraseou Smith (1988) ao falar que o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização.

É lugar de apego aos que vivem nele e que se ressentem da falta de recursos suficientes para mantê-los na terra, fato que evitaria a expressiva migração que vem se processando nas últimas décadas. No entanto, programas de ONGs e entidades têm valorizado as potencialidades desses ambientes, considerando-os locais onde se pode conviver, sobreviver e se gostar de viver. Não é à toa que surgiu o termo “convivência com o Semi-árido”, complementado por nós, à luz das falas dos camponeses de Ingá/Facundo, como “Convivência com o Sertão”, relacionado ao desenvolvimento de estratégias que auxiliam na superação das adversidades climáticas e pedológicas locais a partir dos saberes locais camponeses. Então como ver a cultura distante da natureza? Nesse contexto, retomamos a assertiva de Barroso (2005), quando o autor coloca que a cultura é a interação de saberes e práticas sociais das quais um conjunto se utiliza para lidar com a natureza e com a sociedade objetivando possibilitar a convivência em seu interior, na área onde vivem, e com o exterior, a área imediata a esses atores sociais, que pode ser a sede municipal, algum distrito, um município, entre outros.

Enquanto categoria analítica, o sertão remete a uma relação imediata com “calor”, “quintura” e “pobreza” por conta das associações feitas historicamente com as condições adversas, a população flagelada e a seca. Mas Euclides da Cunha foi o primeiro a dizer-nos o nome do “sertão”, que, conforme Geraldo Mello Mourão (s/d), antes dele era uma lenda, uma história vaga sem contigüidades. Com este autor nos demos conta de que o Brasil inteiro era um “sertão” - o sertão, o deserto grande dos conquistadores.

Nesse contexto, podemos afirmar, à luz de Mourão (s/d), que os lugares, tanto como as coisas, só passam a ter evidência para os homens depois que alguém lhes diga o nome.

Inevitavelmente, surgiu em nós a curiosidade sobre o sentido da palavra “Sertão”, que é utilizada por “todo o interior do Ceará para denominar boa parte do seu território, exceção feita para as regiões litorâneas e de serra” (FIGUEIREDO, 2003, p. 82). Para Ferreira (2001), sertão é uma “zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga” (p. 633).

Segundo Barbosa (2000), o sertão não se resume aos aspectos físicos, ou às condições ambientais, ele é um espaço territorializado, “podendo ser resgatado a partir de referências e designações várias, como ‘sertão de dentro’ e ‘sertão de fora’, ‘sertão de cima’ e ‘sertão de baixo’, ‘sertão bruto’ e ‘sertão aberto’, ‘sertão da Bahia’, ‘sertão do Ceará’” (p. 55). Não é, por menos, que Guimarães Rosa, em seu livro *Grande Sertão Veredas*, coloca que “o sertão aceita todos os nomes”. O fato é que esse ambiente apresenta também uma grande carga simbólica, sendo-lhe atribuídos valores “referidos à experiência rural e campesina” (BARBOSA, 2000, p. 55).

O que é preciso se considerar dentro dos debates sobre uma definição do que seja sertão é que essa

[...] categoria não guarda nenhuma essencialidade fora das experiências sociais dos sujeitos que o nomeiam, seus sentidos são o amálgama de experiências históricas variadas, muitas vezes e quase sempre ambíguas, contraditórias e antagônicas (BARBOSA, 2000, p. 33).

Como todos os espaços, os sertões possuem especificidades sociais, culturais e geográficas. É, pois, considerando essa afirmação, que se analisa o Sertão dos Inhamuns, em especial o município de Parambu.

No caso de Parambu, podemos perceber uma distinção clara sobre a localização dos núcleos habitacionais, como destacado no Tópico 3.5. *(Con) viver com o Semi-árido - A indissociação dos aspectos culturais do homem do campo*, ou seja, pessoas moram no Sertão e outras vivem na Serra, sendo que viver na área Sertaneja é melhor para os camponeses porque a possibilidade de recursos hídricos para soberania alimentar é melhor do que na área serrana. Assim, destacamos que tal distinção é utilizada pelos próprios moradores da Região.

Destacamos, ainda, o fato de que hoje, pouco se tem falado em Sertão e em Seca, a não ser na área de pesquisa no contexto de diferenciação de áreas. O destaque atualmente

está em se refletir sobre o Semi-Árido com o qual se deve conviver criativamente junto à natureza. Estudos minuciosos e trabalhos consistentes suscitaram essa visão que privilegia o auto-conhecimento dos sujeitos e o melhor uso dos recursos conforme as potencialidades da área.

Sobre uma escala geográfica a pesquisa fundamentou-se, com relação aos aspectos naturais (físicos e sociais, bem como sua inter-relação), a porção do Município alocada na Unidade Geoambiental da Depressão Sertaneja. Entretanto, ao que tange os elementos históricos, será efetivado um apanhado geral da Microrregião dos Sertões dos Inhamuns, com maior detalhamento em Parambu, especificamente, no assentamento Ingá/Facundo. É o que será discutido nos próximos Tópicos.

4.1 Natureza – a interação entre os aspectos físicos e sociais da área estudada

Apesar da fundamentação comum existente sobre a utilização do termo Natureza ter se popularizado sob a concepção dos aspectos físicos, ou seja, exatamente o que está presente no dia-a-dia do homem, como se fosse algo cristalizado, o qual se encontra paralelo ao mundo da humanidade. Entretanto, uma análise mais aprofundada dessa concepção poderá desvendar questões que esse senso comum não dá conta de explicar. O fato é que a “natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória”, como afirmou Smith (1988) em *Desenvolvimento Desigual - Natureza, Capital e Produção de Espaço*, posto que mesmo em sua complexidade, a natureza secular, vital, dom divino, entre outras adjetivações, apresenta uma dualidade que domina sua concepção. Seria a dualidade pautada na natureza interna, interior dos seres humanos, e na natureza externa, própria do ambiente físico no qual os seres humanos viviam, como trabalhou Kant.

A concepção de natureza universal, a qual se fundamenta, essencialmente, na relação sociedade – natureza surge com a ciência moderna, no século XVI. Na qual, sejam naturais ou sociais, todos os fenômenos têm sua essência, sendo esta a natureza universal (SMITH, 1988). A ciência contemporânea também emprega o conceito universal de natureza, mas não apresenta mais, conforme o autor, um tom religioso. Na verdade, a sociedade torna-se um artefato biológico ou subconjunto da natureza biológica.

Seja da Psicologia a Antropologia, da Ciência Política à Geografia, onde a natureza foi sendo considerada, o conceito dualista foi repercutido (SMITH, 1988). E mesmo em meados do século XIX, com Karl Marx, que tentou uma reconciliação analítica da

natureza e da história e estava claramente consciente da significação ideológica da natureza universal, além de insistir sobre a unidade da natureza e da história, ainda percebemos em artigos, livros, dissertações, a incorrência de uma separação entre a natureza física e a social.

Atualmente, a relação existente entre sociedade e natureza é aquela pautada na dominação, em que o homem vê nela uma fonte de recursos de onde se extrai riquezas que servirão tanto para a sobrevivência, como para a aquisição do excedente. Esse fato teve origem no século XIX com a Revolução Industrial, ganhando força a ideologia da burguesia sobre a natureza, com a idéia de apropriação e natureza humana, na qual “[...] o capitalismo é tratado não como historicamente contingente, mas como um produto inevitável e universal da natureza. “[...] o capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana” (SMITH, 1988, p. 46).

Mas nem sempre foi assim. Algumas tribos indígenas são exemplificações desse fato, pois, para esses índios, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em ‘mundos’ distintos, tal como fazemos hoje: de um lado o mundo natural, de outro, o social, cada um com sua própria alteridade (CARVALHO, M., 1991, p. 25).

Na pesquisa, buscamos explicitar a relação que há entre os elementos físicos e os sociais, culturais e econômicos no espaço social de Ingá/Facundo, considerando o lugar ocupado pelo Sertão, não sob a ótica pejorativa que circundou esse termo por muitos séculos, mas sim, tomamos a máxima, baseada nos resultados alcançados, que o espaço do Sertão não é tomado pelos que nele vivem, como algo inóspito, bucólico e estático. Para os camponeses parceiros que ali habitam a paisagem que é percebida de setembro a dezembro, período de estiagem, tem tanta vida quanto a que surge entre janeiro e julho, quadra invernal. A caatinga, com seus troncos tortuosos, espinhos evidenciados e folhas que caem sazonalmente é viva em qualquer período, porque durante todo o ano, inclusive nos períodos de seca ou estiagem, são utilizadas e servem de alimento e remédio para o homem e sua família, como bem destaca Maria Alexandrina de Oliveira (Líder sindical de Ingá/Facundo): “É dessa mata seca, que você como vê aqui²¹, que eu tiro tudo que preciso para minhas garrafadas, meus remédios, meus filhos. Aqui tem muita coisa boa, muita mesmo!” (22 de setembro de 2007).

Para fazer essa relação entre o social e o natural, foi necessário levantarmos os aspectos geoambientais da área de pesquisa, considerando a importância cultural desses elementos para o camponês parceiro.

²¹ Dona Alexandrina de Oliveira apontava nesse momento para o seu quintal que apresentava diversas plantas secas, mas que suas raízes são essenciais para produção dos remédios caseiros.

4.1.1 A natureza imediata – o visível

Para Costa (2005), adquirir a consciência de que o homem não existe separado do natural; que ambos são um e a transformação da natureza é decorrente da própria transformação da humanidade, uma vez que a mesma não é parte separada dela e que esse divórcio, como o entendemos hoje, foi fruto dessas próprias transformações; é fundamental para se compreender a relação sociedade-natureza. No entanto, evidentemente, é imprescindível identificar os aspectos diretos e indiretos que irão compor esse cenário relacional. Assim, nesse momento do Capítulo, identificaremos as características da natureza imediata, a que percebemos ao olhar, o que nos auxiliará a estabelecer a relação direta entre o social e o natural durante os demais tópicos e no Capítulo 5.

É o caso do semi-árido que agrega mais de 51% da superfície do Nordeste e cerca de 92% do território cearense. Para Mendes (1995), “na prática, diz-se que uma área é semi-árida quando chove abaixo de 800 mm por ano, ocorre seca, tem caatinga e solos pobres em matéria orgânica, com tendência a salinização, e rios intermitentes” (p. 3). Mas é só a partir desses aspectos que se define tal região? Afirma-se que não, visto que a concentração populacional é expressiva dentro do contexto brasileiro.

O Censo do IBGE de 1980 apontou uma distribuição equitativa da população do Nordeste, em que 50,46% viviam na zona urbana e 49,54% na rural. No entanto, entre 1980 e 1991, houve uma redução na população rural, que emigrou para as grandes cidades, devido às secas ocorridas neste período. De acordo com o censo de 1980, a população do semi-árido era de 19.338.192 habitantes. No entanto, em 1996, mais de 18 milhões de pessoas viviam no Semi-Árido. Tal fato deveu-se ao processo de migração que ocorreu em todo o Nordeste, principalmente na década de 1980, por conta das secas que se deram nesse período.

Sobre o Semi-árido brasileiro, esse se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os Estados da Região Nordeste (86,48%), além do Sudeste (13,52%) também, ocupando uma área total de 895.931,30 km². No contexto do Ceará, mais de 90% do território está incluído no domínio semi-árido, também conhecido como sertão, sendo esta área mais susceptível ao problema das secas. Representa, ainda, 51% da superfície regional e caracteriza-se pela irregularidade de chuvas (SOUZA, 1988).

A “[...] irregularidade de chuvas, aliada às altas taxas de evaporação²², justifica elevados déficits de balanço hídrico e configura insuficiência de água para as lavouras” (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p. 208). No clima semi-árido, somente as condições de temperaturas chegam a manter certa regularidade, ou seja, que variam entre 24° C e 26° C.

Para Alencar (2005), as áreas de concentração dos assentamentos do Ceará, os sertões, “[...] em termos de Unidades Geoambientais, são denominadas de depressão sertaneja” (p. 215).

Alencar (2005) destaca que “[...] são solos que apresentam limitações de uso em virtude de serem rasos, pedregosos, susceptíveis a erosão e deficiência d’água. Em razão dessas características e da ocupação de uso dessa unidade ambiental ao longo dos séculos, é uma região ambiental instável, com tendência a processos de desertificação, portanto, requer para ser explorada que as condições ambientais sejam respeitadas” (ALENCAR, 2005, p. 215-216).

Conforme a Convenção de Combate à Desertificação, concluída em junho de 1994 e assinada pelo Brasil, por zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas entende-se todas as áreas, com exceção das polares e das subpolares, nas quais a razão de precipitação anual e evapotranspiração potencial está compreendida entre 0,05 e 0,65 (BRASIL, 1998). Com base nestes pressupostos, segundo Leite *et al.* (2003), estudos já realizados demonstram que o Estado do Ceará apresenta extensas áreas com problemas relativos à degradação ambiental e à desertificação, ou seja, sob condições climáticas adversas, no que concerne à semi-aridez, com 75% de sua área total incluída na isoietas abaixo de 800 mm anuais (SOARES *et al.*, 1995; LEITE *et al.*, 1993; FERREIRA *et al.*, 1994).

O Sertão dos Inhamuns, que possui uma área total de 11.692,761 km², apresenta várias causas que contribuem para a intensificação do processo de desertificação, dentre elas, de acordo com a Funceme (1994), o fato de ter a maior parte de seu território enquadrado no Semi-Árido, além de haver a predominância tanto de solos susceptíveis à erosão, como de um embasamento constituído por rochas cristalinas que dificultam o acúmulo de água subterrânea, contribuindo para uma maior aridez do ambiente, além da densidade demográfica expressiva (IBGE, 2000).

Neste cenário, pode-se perceber uma distinção clara sobre a localização dos núcleos habitacionais. Ou seja, pessoas moram no Sertão - Região Natural da Depressão Sertaneja²³, unidade geoambiental de maior expressividade no Sertão dos Inhamuns

²² 2000 mm para 2.800 h de insolação e médias de 50% de umidade relativa do ar.

²³ Parte dos Municípios de Aiuaba e Parambu; e os Municípios de Arneiroz, Catarina, Saboeiro e Tauá.

(FIGURA 6), e outras vivem na Serra - Região Natural do Planalto Sedimentar da Ibiapaba - especificamente, na Unidade Geoambiental do planalto sedimentar semi-árido (FIGURA 7), como pudemos explicar anteriormente. Os próprios camponeses fazem essa distinção que não é algo apreendido somente durante os dois anos de pesquisa, mas sim um fato que se procede há décadas. Perceba:

O meu pai vinha comprar farinha aqui na Serra, nos anos de 1940, chamada Serra do Rumo. Ela é aqui vizinha. Aí soube a notícia dessas terras aqui no Sertão, que era terra muito boa e que a pessoa chegava e comprava uma possezinha e se arranchava. (Francisco Davi Sampaio, camponês de Parambu, 60 anos – maio de 2006).



FIGURA 6: Vista da Planície Sertaneja – Parambu - Ceará.
Fonte: Lima, março de 2007.

FIGURA 7: Formação Serra Grande – Parambu - Ceará.
Fonte: Lima, setembro de 2007.

Mesmo não sendo o foco da pesquisa, faz-se necessário destacar algumas características da Formação Serra Grande. Esta é identificada em parte dos municípios de Arneiroz e Parambu, além de alguns municípios dos Sertões de Crateús, como o município de Crateús, Novo Oriente e Quiterianópolis, apresentando uma área de 1.428,9 km². Sua superfície apresenta altitudes médias entre 650 – 700 m nessa porção do Alto Jaguaribe (SOUZA, 1998).

No Município de Parambu, diversas comunidades estão alocadas na Serra, como os moradores da área costumam denominar. Entre essas, destacamos os dois assentamentos rurais, desapropriados pelo INCRA. São eles: O Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos (FIGURA 8) e o Assentamento Serra do Meio.



FIGURA 8: Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos.
Fonte: Lima, abril de 2006.

Entre os maiores problemas dessas áreas está a escassez de água, sendo esse problema remediado através de Programas como “Programa 1 Milhão de Cisternas” (P1MC), os créditos de infra-estrutura concedidos via INCRA aos assentamentos instituídos pelo Governo Federal; e, nos períodos de estiagem, principalmente no segundo semestre do ano, a solução se limita a apoios via Defesa Civil, como carros pipas que não atendem a todas as famílias. Registra-se o fato da maioria dos núcleos populacionais dessas áreas terem que comprar água. “Nós temos que pagar uns R\$ 80,00 por pipa” (Assentada, 36 anos - Agente de Saúde do Assentamento Serra das Moças e dos Caboclos, setembro de 2007).

No que se refere ao Domínio da Depressão Sertaneja²⁴, esta apresenta “[...] níveis altimétricos inferiores a 400 m, englobando cerca de 100.00 km², quase 70% do território estadual” (SOUZA; LIMA; PAIVA, 1988, p. 89).

Vale destacar que, nas proximidades da área pesquisada, pode-se perceber a presença de formações geomorfológicas chamadas de Serrotes. É o caso do Serrote Santo Antônio²⁵ (FIGURA 9). Podemos perceber que sua formação é composta por um pequeno alinhamento de inselbergs, com uma relativa formação de solos nas vertentes, que são côncavas e, portanto, apresentam um contato suave com a depressão sertaneja. Há uma significativa formação de vegetação por quase todo o relevo composto de litologia cristalina.

²⁴ Partindo do geral para o específico, ou seja, Nordeste → Ceará → Inhamuns → Parambu → Ingá/Facundo.

²⁵ Destaca-se que existem outros serrotes no município de Parambu, como: Serrote de São Pedro, Serrote Caetano, Serrote São Lourenço, entre outros.

Antônio Teixeira Guerra (1987) cita que o “Prof. Wilhelm Kegel ao estudar os serrotes, na região da serra dos Cariris Novos (Ceará-Piauí) diz que os mesmos formam, em certos casos, inselbergues” (p. 236). Concebendo-os como elevações pouco alongadas, e relativamente ilhadas, cuja evolução se deu em função de um sistema de erosão, com o clima semi-árido.



FIGURA 9: Serrote de Santo Antônio e alinhamento de mais dois inselbergs ao norte.

Fonte: Lima, janeiro de 2008 (Org. Moura Fé).

Considerando a Figura 8, o topo do Serrote está situado a mais de 600 metros de altitude (604 no cume), tendo alguns pequenos riachos drenados a partir dele, inclusive um chamado de riacho Santo Antônio. Estes inselbergs existiam antes da deposição dos sedimentos que, posteriormente, originaram as rochas sedimentares do paleozóico que constituíram a Serra Grande, que é o substrato geológico predominante do Planalto da Ibiapaba, embora, nessa região mais ao sul, os populares também a denominem como: Serra dos Cariris - Novos. Vale ressaltar que a deposição dessas rochas sedimentares em um grande volume fizeram esses pequenos inselbergs serem soterrados (inundados).

Por conta de algumas mudanças topográficas, altimétricas, nova estruturação da rede de drenagem (importante fator na modelagem dos relevos), o Planalto da Ibiapaba foi sendo erodido por um processo que chamamos de "erosão regressiva", ou seja, as vertentes vão sendo erodidas e recuando na direção do centro da bacia hidrográfica. Com esse recuo das vertentes, que no caso do Ceará, se deu de leste para oeste (a bacia se estende pelos Estados

do Ceará, Piauí e Maranhão), esses inselbergs, que um dia estavam inumados, foram sendo exumados (desenterrados, expostos), aparecendo mais uma vez na paisagem.

Por fim, exposta a paisagem à ação do clima, tendo sofrido, como afirmara Kegel (apud GUERRA, 1987), um processo de erosão, enfim, por força das condições atuais, mais recentes, esses relevos foram sendo modelados, ganhando as feições atuais.

Em suma, a erosão atuou em diversos momentos da história evolutiva desses relevos, inclusive indiretamente, até porque todos os elementos da paisagem encontram-se, de forma maior ou menor, interligados (MOURA FÉ, 2008).

Culturalmente, esse Serrote esteve ligado às crenças religiosas dos populares do Município, inclusive do assentamento Ingá/Facundo, que conforme uma camponesa (48 anos, Facundo I, fevereiro de 2008) “até 91 [...] 92 as pessoas subiam ali em procissão e quando chegavam lá no alto, rezavam o terço e soltavam fogos pra pagar promessas por ter casado, para pedir casamento, ou para chover [...], mas isso acabou [...] as pessoas deixaram de ir pra lá”. Afirmou a senhora, dizendo que era evangélica e não acreditava nesses tipos de sacrifício para conseguir algo que deseja.

Conforme o INCRA (2005), no assentamento, especificamente no que tange aos aspectos pedológicos, há predominância de solos rasos a medianamente profundos e com frequência de afloramentos rochosos e de chão pedregoso (FIGURA 10), toposequências mais comuns com ARGISSOLOS (ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO) nos topos de relevos colinosos e altas vertentes, como se pode ver em trechos do assentamento, além de apresentarem fertilidade natural média e alta, ou seja, estes solos podem ser solos bons para a agricultura, do ponto de vista físico, sendo que não apresentam problemas, exceto se possuírem alguma outra característica estrutural, como excesso de sais, que dificulte o cultivo.

Outro tipo de solo encontrado são os NEOSSOLOS LITÓLICOS, nos setores de maior declividade, estes são muito rasos, logo, pouco férteis (FIGURA 11).



FIGURA 10: Área com afloramentos rochosos e chão pedregoso. Facundo I – Parambu - CE.
Fonte: Lima, março de 2007.



FIGURA 11: Área degradada com solos mais rasos
Fonte: Lima, setembro de 2007.

Alguns trechos do assentamento possuem VERTISSOLOS nas baixas vertentes que apresentam problemas de caráter químico, mas que podem ser corrigidos com um manejo adequado e NEOSSOLOS FLÚVICOS nos fundos de vales com fertilidade natural média e alta possuindo boas condições químicas e tendo limitações relacionadas aos atributos físicos. (INCRA, 2005).

Para o Sr. Antônio Henrique da Silva (Parceleiro de Facundo II),

[...] num existe solo ruim não... o que tem é que nem todo mundo acredita na recuperação de um solo de quebrada, porque é um negócio demorado. Por exemplo, esse solo aqui que eu to plantando nim e braúna pra fortalecer é pros meus netos, bisnetos [...] num é pra agora não. E o povo quer tudo é pra já. Leva tempo... num sabe (Antônio Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro, Facundo II, janeiro de 2008).

Percebemos durante as pesquisas de campo que é através das plantas da caatinga que alguns parceleiros têm procurado recuperar os solos degradados como o falado pelo parceleiro.

No Semi – Árido do Ceará a vegetação é composta, basicamente, pela caatinga arbustiva aberta e carrasco, Floresta caducifolia espinhosa e Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial. Nesse panorama, afirma-se que, por ser submetida durante a maior parte do ano às deficiências hídricas, na depressão sertaneja acaba havendo uma dispersão das caatingas. Estas possuem diversificações quanto aos padrões fisionômicos e composições florísticas (SOUZA, 1988). Mas o grande potencial do sertão semi-árido é a biodiversidade da caatinga. No caso do município de Parambu, há evidência, principalmente, da caatinga arbustiva aberta.

Para João Suassuna (2002), as espécies desse Bioma são consideradas como uma riqueza expressiva de plantas adaptadas ao meio ambiente seco que poderiam ser exploradas economicamente. Ou ainda, são plantas produtoras de óleo (catolé, faveleira, marmeleiro e oiticica); de látex (pinhão, maniçoba); de cera (carnaúba); de fibras (bromeliáceas); medicinais (babosa, juazeiro); frutíferas (umbuzeiro) e outras. Percebemos que essa e outras riquezas (animal, mineral) de nosso semi-árido ainda estão por ser conhecidas e valorizadas (SUASSUNA, 2002).

Segundo o INCRA (2005), essa realidade não destoa dos Sertões dos Inhamuns, nem do Município de Parambu, como se pode perceber na paisagem do Assentamento Ingá-Facundo no primeiro e no segundo semestre do ano de 2007 (FIGURA 12 e FIGURA 13).



FIGURA 12: Braúna – árvore centenária, típica da caatinga, no topo da ladeira na estrada de Facundo III.
Fonte: Lima, março de 2007.

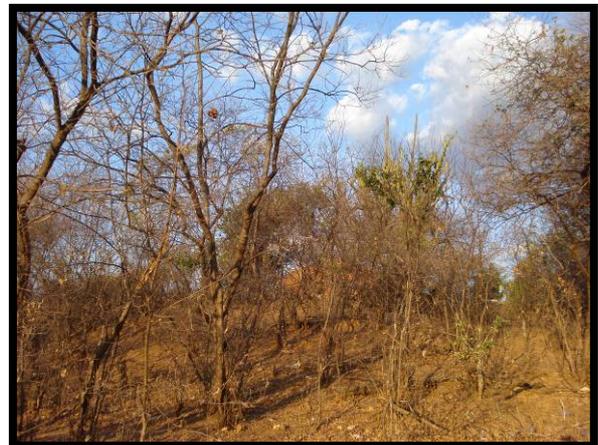


FIGURA 13: Catingueiras, Marmeleiros e Mandacarus em Facundo II.
Fonte: Lima, setembro de 2007.

O que constatamos durante as leituras sobre o Semi-árido foi que sempre se admitiu o fato das terras semi-áridas serem determinantes da vulnerabilidade econômica regional, especialmente na região do Sertão, e aliadas às condições climáticas e às condições pedológicas adversas podem ocorrer secas periódicas ou estacionais, como falamos no Capítulo 3. Por muitos séculos, a seca (TABELA 2) foi o principal e maior impacto negativo sobre o contexto social, econômico e ambiental.

TABELA 2 - Secas ocorridas no Ceará (XVI – XX)

Séculos	Anos secos	Duração (anos)	Total de Secas
XVI	1552	1	5
	1559	1	
	1564	1	
	1587	1	
	1592	1	
Séculos	Anos secos	Duração (anos)	Total de Secas
XVII	1603	1	6
	1606	1	
	1614	1	
	1645	1	
	1652	1	
	1692	1	
XVIII	1710-1711	2	7
	1722	1	
	1723-1728	6	
	1744-1746	3	
	1766	1	
	1777-1778	2	
	1790-1793	4	
XIX	1803-1804	2	13
	1808-1810	3	
	1814	1	
	1817	1	
	1824-1825	2	
	1833	1	
	1844-1846	3	
	1860	1	
	1869	1	
	1877-1879	3	
	1888-1889	2	
	1891	1	
	1898	1	
XX	1900	1	18
	1903-1904	2	
	1915	1	
	1919	1	
	1931-1932	2	
	1942	1	
	1951-1953	3	
	1958	1	
	1966	1	
	1970	1	
	1976	1	
	1979-1982	4	
	1983	1	
	1987	1	
	1990-1992	3	
	1998-1999	2	
Total		76	47

Fonte: Chandler (1980); Souza; Filho (1983); Vieira (2001); Carvalho (2001) e depoimentos de Assentados de Parambu. Lima (Org.), 2007.

O que se faz necessário saber é que

A seca não resulta de modo simplista de condições pluviométricas adversas. Não é também oriunda simplesmente da perda da produção agrícola por escassez, ausência ou irregularidade de chuvas. Fundamentalmente, a seca tem conotação direta com crises periódicas que afetam a economia agropecuária por inaptações das lavouras produzidas às condições de potencialidade e delimitações dos recursos naturais disponíveis (SOUZA; OLIVEIRA, 2002, p. 208-209).

Segundo Chandler (1980), secas sérias assolaram o Ceará em 1877-1879, 1888-89, 1891, 1898, 1900, 1902-03, 1907, 1915 e 1919. Na década de 1920, a área foi coberta de fartas chuvas, mas no início da década de 1930 veio outra seca severa. “Embora todas tenham afetado os Inhamuns, as de 1888-89, 1898, 1900 e 1915, além da de 1932, foram mais prejudiciais” (CHANDLER, 1980, p. 202) [grifo nosso]. Segundo o Sr. Antônio Henrique da Silva, “[...] foi na década de 70 que houve a seca mais braba daqui da Região mesmo. O assentamento ficou tudo seco, seco. Absolutamente nada deu” (Sr. Antônio Henrique da Silva, parceleiro do assentamento Ingá/Facundo em Parambu – 68 anos – setembro de 2007).

Destacamos, conforme entrevistas, que parte dos parceleiros de Ingá/Facundo, após a desapropriação, construíram suas casas durante o período da noite, visto que de dia tinham que trabalhar na construção dos açudes, recebendo o que se chamava de “Bolsão” no período da seca de 1983. Foram construídos dois açudes no assentamento, os quais são conhecidos como: Bolsão - Facundo II - 1983 e Bolsão do Facundo III ou Açude do Chiquinho Pereira - Facundo III - 1989. Tal ajuda financeira, segundo os parceleiros, auxiliava na sobrevivência da maioria das famílias de parceleiros e agregados do assentamento, e nacionalmente eram conhecidas como “frentes de emergência” ou “frentes de trabalho”.

Havia também o outro lado dessa iniciativa do poder central, ou seja, a criação das frentes de emergência, bem como de outros mecanismos e políticas visavam não perder a mão-de-obra da população rural, tanto para o latifúndio como para a manutenção, a um nível inferior, do custo de reprodução da força de trabalho urbana, posto que o homem do campo era responsável pela produção de um excedente agrícola comercializável a um preço abaixo do valor (BURSZTYN, 1984).

Tais iniciativas têm seus primeiros registros no século XIX, quando foram criadas comissões de estudo sobre a seca. No final do século, a comissão propõe a construção de açudes, represas e canais de irrigação, cujas obras era utilizada mão-de-obra local. Ressaltamos que essas iniciativas se prolongaram até o século XX, dessa forma, como foi

percebido em Ingá/Facundo. Assim, os camponeses parceiros recebiam pequenas ajudas em dinheiro para poder manter suas famílias durante a seca.

Segundo Soares *et al.* (1995), as secas, geralmente, “correm em ciclos de oito a doze anos e, ainda, com elevadas temperaturas, sempre superiores a 23° C” (p. 306), levando ao aumento da fragilidade dos ecossistemas das terras secas e, em conseqüência, percebe-se a sua “vulnerabilidade ao desencadeamento dos processos de desertificação” (p. 306).

Vale destacar que, atualmente, fala-se menos de seca e mais de Semi-Árido com o qual se deve conviver criativamente (BOFF, 2007). Para o teólogo Leonardo Boff, o eixo central é entender o Semi-Árido como Bioma; e a estratégia consiste não em considerar uma convivência com a seca, mas sim com o sertão semi-árido, por este ter especificidades potenciais, como a caatinga, que proporciona a sobrevivência do homem do campo não apenas na seca ou em períodos de estiagem, mas sim durante todo o ano, por apresentar espécies que se adaptam às condições climáticas da região.

Seria usar os conhecimentos da forma mais estratégica para se utilizar os recursos a partir de experiências com o intuito de saber os períodos de “inverno”, o momento mais propício de plantar, de colher, a escolha das plantas da caatinga com vistas à produção de remédios caseiros e à alimentação nos períodos de estiagem, além das formas de armazenamento de água.

Boff (2007) confirma o exposto ao destacar algo emblemático para se compreender a dinâmica no Semi-Árido. Para ele, na época da seca, quase tudo hiberna. Mas basta chover, para, em alguns dias, tudo ressuscitar com um verdor deslumbrante. Não há falta de água.. É o Semi-Árido mais chuvoso do planeta. Mas pelo fato de o solo ser cristalino (70%), impedindo a penetração da água, acrescentando-se ainda a evaporação por insolação, é perdida anualmente cerca de mais 720 bilhões de litros de água. Recoletada, essa seria mais que suficiente para toda a região (BOFF, 2007)

Afirmamos que a situação ambiental do município de Parambu, bem como a do Assentamento Ingá-Facundo, ao que concerne a relação sociedade-natureza, não foge ao padrão do Estado do Ceará, onde diversas ações impactantes se processam. É o caso da exploração por vezes indiscriminada dos recursos que vêm causando um grave desequilíbrio ambiental, principalmente quando se trata da exploração agropecuária realizada sem o mínimo de técnicas de manejo do solo e flora. Tal situação tem levado o município a enquadrar-se no eixo das áreas em estado de desertificação no Estado do Ceará, conforme afirma Soares *et al.* (1995).

Nesse quadro, o camponês desenvolveu estratégias de convivência com seu ambiente, ou mesmo, formas de apropriação dos recursos disponíveis. As práticas conviviais passaram a se processar não por conta do agravamento das condições ambientais intensificadas pela ação impactante do homem sobre a natureza, mas sim devido às condições históricas que caracterizam o sertão semi-árido nordestino. Entre essas características estão: as chuvas irregulares e mal distribuídas no tempo e no espaço e a existência de solos cristalinos caracterizados pela existência de rochas que impedem a retenção da água.

Segundo Ramos (2005), é “[...] necessário construir de maneira crítica, junto às comunidades um processo de aprendizado social amplo com um convite de ação, abrindo um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais” (p. 11). Nessa perspectiva, Mattos (2004) afirma que saber conviver com o semi-árido é opção de vida, redefinição do sentido da existência e de qualidade de vida que se quer ter, assim se poderá redimensionar a relação sociedade – natureza que ocorre nessa área.

Tais estratégias também devem visar a conservação dos solos e a recuperação dos mesmos. São elas: Plantio de cercas vivas de nim e mandacarús para evitar a utilização indiscriminada de madeira proveniente de plantas do assentamento e recuperação do solo (FIGURA 14 e FIGURA 15); reúso da água de cisternas de placa para irrigação; períodos de pousio do solo; rotação de culturas; entre outras.



FIGURA 14: Cerca Viva de mandacarús – Facundo II.
Fonte: Lima, setembro de 2007.



FIGURA 15: Cerca Viva de Nim – Facundo II.
Fonte: Lima, setembro de 2007.

Mas não só áreas degradadas são encontradas nessa Microrregião. No caso de Parambu, especificamente no assentamento estudado, além das áreas onde o solo é raso e há presença de rochas expostas, como discutimos anteriormente, chamadas pelos parceiros de chapadas ou quebradas, pode-se identificar o que se denomina por áreas de Baixio (FIGURA

16). Onde, conforme o parceleiro Antonio Valdir de Oliveira (65 anos, parceleiro de Ingá de Baixo, abril de 2006), “[...] área de Baixo²⁶ o que plantar dá. Pode ter certeza. É aí que a gente pode plantar uma coisinha a mais”.

Estas áreas, conforme Guerra (1987), “[...] são depressões ou vazantes cercadas de serras e constituem-se em verdadeiros reservatórios d’ água” (p. 49), onde os parceleiros plantam, principalmente, árvores frutíferas como cajueiro, coqueiros, mangueiras, goiabeiras, além de plantarem fava e capim forrageira, tal é o caso de parceleiros como o Sr. Francisco Davi Sampaio (60 anos, Parceleiro de Facundo II), o Sr. Antonio Valdir de Oliveira (65 anos, parceleiro de Ingá de Baixo) e o Sr. Antônio Henrique da Silva (67 anos, Parceleiro de Facundo III).



FIGURA 16: Área de Baixo – Facundo III.
Fonte: Lima, março de 2007.

São nesses ambientes, *áreas de chapadas*, chamadas assim por serem mais rebaixadas, onde o solo praticamente inexistente e há rochas expostas, e *áreas de baixios*, onde também²⁷ se dão as apropriações dos recursos, sejam os referentes à flora como os da fauna, uso do solo e da água. Esses são os cenários que se procedem as estratégias de convivência com o Semi-Árido.

O termo apropriação se caracteriza como as formas de uso e propriedade da terra a partir da trajetória de vida dos assentados, em que a disponibilidade dos recursos reflete diretamente as condições geoambientais diversas que constituem a região.

²⁶ São os falados NEOSSOLOS FLÚVICOS (Ver p. 91)

²⁷ As outras áreas são aquelas que apresentam condições climáticas e pedológicas normais dentro do contexto Semi-árido para ser realizado o plantio de culturas como milho e feijão (Ver p.91).

As formas de apropriação desses recursos apresentam uma dinamicidade no tempo e no espaço que são expressas por técnicas aparentes ou não em uma paisagem, sendo “[...], todavia, um dos dados explicativos do espaço” (SANTOS, 1994, p. 30). Evidentemente que “o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, [...] mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço” (SANTOS, 1994, p. 30).

Destacamos que muitas dessas apropriações sofreram influência do sistema capitalista, permitindo aos camponeses substituírem técnicas mais rudimentares por outras que proporcionem um melhor aproveitamento do solo, da fauna e da flora. Um exemplo é a “roçadeira”, que era mais utilizada para o corte da mata alta em um terreno que ia receber o plantio do algodão e da cana-de-açúcar. Hoje, essa técnica é usada mais por aqueles que cultivam capim forrageira para alimentação do gado.

Vale ressaltar que,

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e o espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo (SANTOS, 1994, p. 5).

Prova disso é a busca por formas de reprodução da produção camponesa com vistas a diminuir aquele esforço construído sobre a imagem do homem do campo que sofre sob o sol causticante. Para Maria do Socorro Benedita da Silva (41 anos, agregada, Facundo III, abril de 2007): “Hoje num tem mais nem algodão e num tem quem agüente mais usar a roçadeira. Nós preferimos é usar outras coisas pro corte”. Percebemos, assim, que técnicas mais desgastantes fisicamente têm sido substituídas ou seu uso diminuído. Para o Sr. Antônio Henrique da Silva (janeiro de 2008), “as coisas andam de acordo com o tempo, de acordo com as modificações pra ver o melhor pra família”. Como afirmara Santos (1994), “*ontem*, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, *hoje*, a própria definição do que é esse entorno [...] é cheia de mistérios” (p. 7) e vem se buscando novos meios, instrumentos para facilitar a vida desses sujeitos sociais.

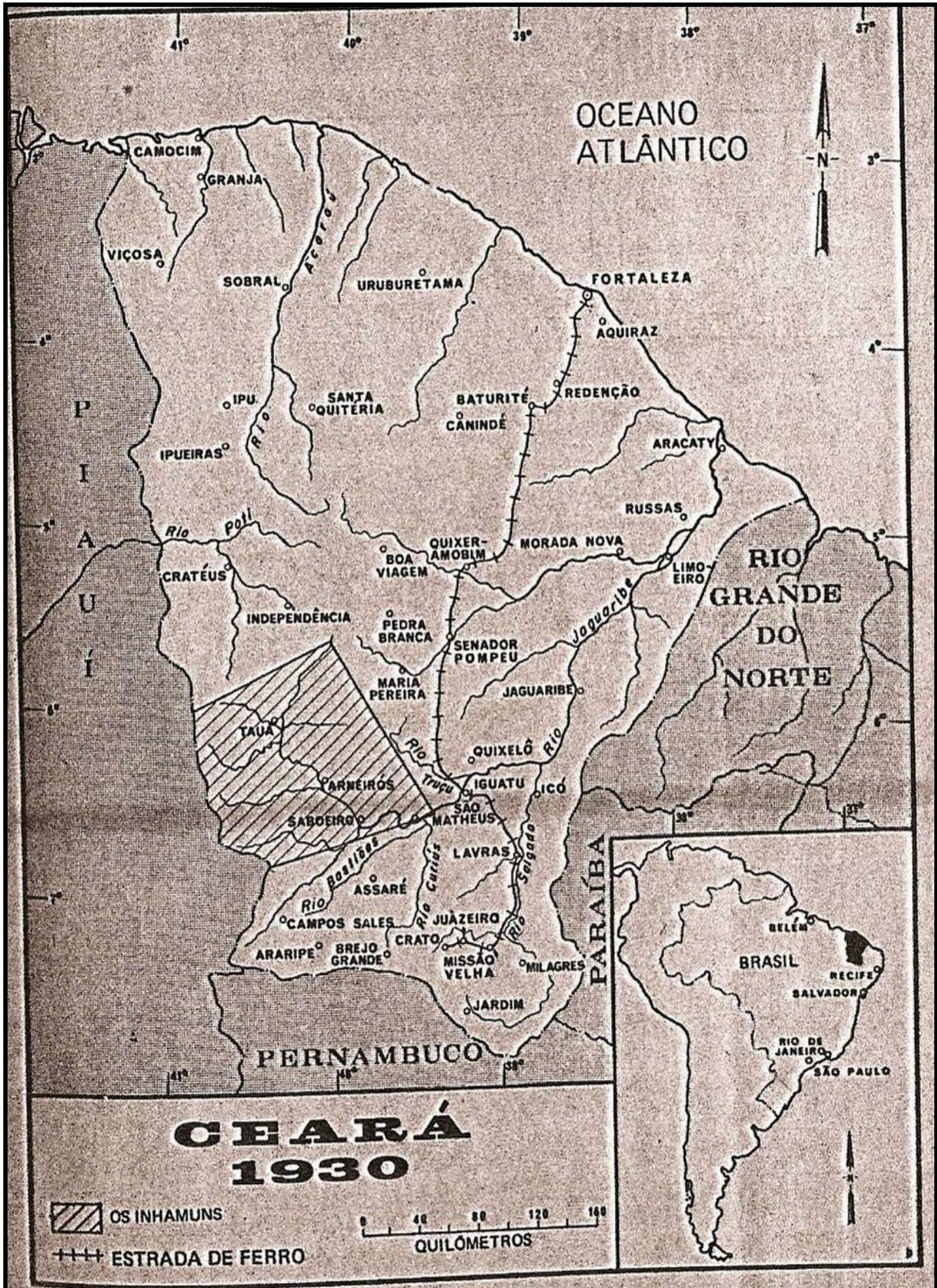
Dentro das falas dos camponeses percebe-se que é inevitável não concebê-los como um produtor cujo destino do que produz tem a função de abastecimento do núcleo familiar e sua reprodução. Ou seja, eles transcendem a materialidade econômica, o controle

dos meios de produção, a organização do processo produtivo, sugerindo “imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político” (MOURA, 1986, p. 69).

Ao que se refere às práticas de apropriação dos recursos pelos camponeses de Ingá/Facundo, é preciso localizá-los no tempo e no espaço. Para tanto, os relatos/narrativas apresentam-se como elementos indicadores de espaços (deslocamento direcional e temporal) que são por essência construtores de espaços sociais. Logo, podemos pensar que os limites do “espaço físico, geográfico e territorial, enquanto suporte de práticas sociais, revelam-se nos relatos como espaços de experiências que os qualificam e os historicizam” (BARBOSA, 2000, p. 34). É essa construção ‘histórico-geográfica’ que o Tópico 4.2 - *O Espaço e o Tempo – conquista e construção dos Inhamuns a Parambu* tratará, ou seja, ela será constituída através de livros, documentos e memórias resgatadas durante entrevistas semi-estruturadas e de lembranças campesinas em conversas aos fins de tarde e goles de café nas cozinhas com fornos à lenha.

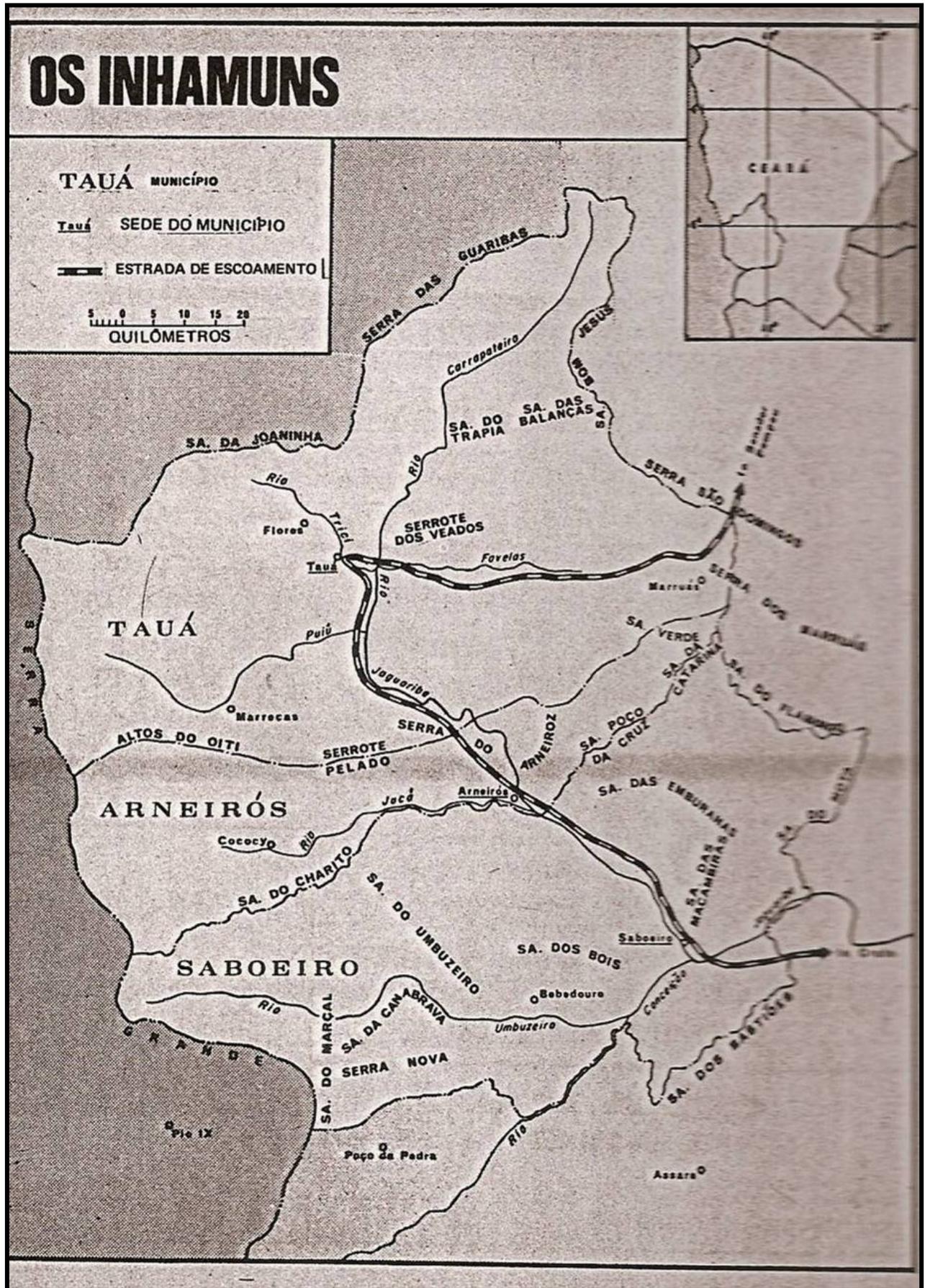
4.2 O Espaço e o Tempo – conquista e construção dos Inhamuns a Parambu

Utilizando-se de um tom poético, Nertan Macedo inicia o livro *O clã dos Inhamuns - uma família de guerreiros e pastores das cabeceiras do Jaguaribe* comparando o Ceará a uma ferradura cujo fundo arqueado é a Chapada do Araripe, ter-se-ia à esquerda a Chapada do Apodi e à direita a Ibiapaba, sendo que “a boca dessa ferradura está à pancada do mar azul [...] O mar engole o rio maior do Ceará, que também é o maior rio sêco do mundo, o Jaguaribe, de cujas ribeiras quentes nasce largamente a história da terra” (MACEDO, 1965, p. 19) (MAPA 2). O autor acrescenta que “no fundo da ferradura, um pouco à direita de quem entra no rio Jaguaribe, [...], lá onde se acham as cabeceiras dêsse rio selvagem, perto do Piauí, situam-se os campos dos Inhamuns” (MACEDO, 1965, p. 20) (MAPA 3).



MAPA 2: Estado do Ceará em 1930

Fonte: Chandler, 1980



MAPA 3: Sertão dos Inhamuns em 1930.
Fonte: Chandler, 1980.

Sobre o processo de colonização portuguesa no Estado do Ceará, esse começou somente em meados do século XVII, sendo que “tentativas de ocupação da área antes da chegada dos holandeses em 1620 se limitaram apenas ao litoral e não passaram de ações de natureza estratégica ou militar” (CHANDLER, 1980, p. 19), centros de irradiação. A colonização do sertão, no final do Século XVII e início do Século XVIII, foi resultado de incursões ao interior do Estado com o objetivo de formarem fazendas de criação de gado advindos de Pernambuco e da Bahia (CHANDLER,1980) (FIGURA 17).



FIGURA 17: Principal elemento na colonização dos Sertões dos Inhamuns
Fonte: Lima, março de 2007.

Apesar das condições ambientais adversas do semi-árido, “[...] as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas” (PRADO JR., 1994, p. 45). Acredita-se que o sertão se caracteriza ainda hoje como o lugar em que mais genuinamente estaria configurada uma cultura, devido uma conseqüência imediata da “[...] concepção de que os espaços que não participaram diretamente do esforço da colonização estariam menos ‘contaminados’, nos seus hábitos, costumes e valores, pelo contato com outras culturas” (BARBOSA, 2000, p. 55).

Conforme Marques (1999), o Ciclo do Gado, também chamado Civilização do Couro, ou seja, um período em que o gado *vacum* - introduzido no país em 1534 por Ana Pimentel, casada com Martim Afonso de Sousa - transforma-se em respeitável fator da economia colonial, tanto como mão-de-obra auxiliar dos escravos nos engenhos de açúcar, quanto como produtor de alimentos para as populações das fazendas e povoados, sendo

caracterizado como um propulsor fator de interiorização sertaneja, consagrando o ciclo produtivo desse período.

Esta economia prolongou-se da segunda metade do século XVII até a segunda metade do século XIX, quando ocorreu a lendária “Seca do Ceará”, em 1870/78, logo após três décadas de chuvas abundantes. Esta seca assolou os sertões compreendidos desde o Ceará até o território baiano, produzindo contingências socioambientais e agropecuárias, culminando com a morte de cerca de 1/3 do gado bovino, findando com a indústria saladeiril do Nordeste (NASCIMENTO, 2006).

Segundo o autor,

Por ocasião, as oficinas do litoral norte (Paraíba, Acaraú, Aracati etc.) tiveram seus processos produtivos de carne-do-sol ou do Ceará falido, além de irem a óbito aproximadamente 500 mil pessoas, de fome e sede (NASCIMENTO, 2006, p. 227-228).

Ainda sobre o processo de colonização cearense, o Sertão dos Inhamuns caracterizou-se, pois, como palco de um dos primeiros caminhos dos povoadores primitivos no Ceará, porém não o único para esses desbravadores do sertão adentro. Eles “entravam alguns vindos do mar²⁸, tangendo um gadinho para semente de currais, poucos pertences e as famílias” (CHANDLER, 1980), isso se os índios nativos permitissem. Entre esses se encontravam: os Icós, os Icózinhos, os Calabaças, os Quipipaus, os Cariris, os Cariús, os Jucás, os Quixelôs e os Inhamuns.

Os Cariús (viviam pelo Vale do Riacho Cariús) lutavam contra os Cariris (viviam no Vale do Cariri); os Jucás²⁹ (às margens do Riacho Jucás); Quixelôs; e os Inhamuns, que “se entendiam entre os Quixelôs e os Jucás, nas margens do Jaguaribe, aldeados na vila de São Mateus por frades carmelitas, eram os senhores primitivos do planalto do mesmo nome” (MACEDO, 1965, p. 32). Ainda hoje se encontram descendentes de índios Jucás com caboclos da Região dos Inhamuns, mesmo não havendo mais aldeias.

É o exemplo de Maria Alexandrina de Oliveira (FIGURA 18), Delegada Sindical de Ingá/Facundo (55 anos).

Eu sou do tipo caboclo brabo. Que o povo chamava de índio freixeiro. [...] Porque uma parte era caboclo e a outra era de índio...Aí as pessoas da família quais tudo é assim, da parte de ciências, trabalha com a medicina caseira só com raiz do mato e faz experiências (Maria Alexandrina de Oliveira, 55 anos, Delegada Sindical de Ingá/Facundo, parceleira, dezembro de 2007).

²⁸ Rota do Sertão de fora.

²⁹ Jucás quer dizer matadores (ARAGÃO, 1985).



FIGURA 18: Conversa com Dona Deuzinete em Facundo I.
Fonte: Rabelo, dezembro de 2007.

A parceira e militante do movimento sindical tem orgulho do sangue indígena e caboclo, porque “foi por conta de suas raízes e das de seus ancestrais que sua família possui a herança de curar as pessoas e ajudar os que necessitam”, afirma a Delegada Sindical ao fazer questão de ler a mão da pesquisadora com o intuito de explicar os caminhos do presente e do futuro.

Retomando o processo histórico, Macedo (1965) destaca que, com a chegada dos brancos, dois séculos foram suficientes para exterminar os índios e expulsar os sobreviventes de suas terras que foram pouco a pouco reduzidas por carta régia de Dom Pedro II, de 4 de junho de 1703. No entanto, nem mesmo essa repressão foi capaz de evitar que os costumes indígenas fossem “mantidos” pelos seus descendentes.

Para Castello Branco (1987), paralelamente, os portugueses começaram a impor ali o modelo de distribuição de terras Europeu, ou seja, o sesmarial. Este era calcado na concentração de terras nas mãos da classe dominante, inverso a utilização das terras pelos indígenas.

Vale destacar que foram realizadas algumas poucas concessões de terra: “[...] uma légua de terra em quadro para cada aldeia, moradia e lavouras; espaço suficiente para uma igreja e um adro; terreno para o padre missionário, sua casa, pertences, inclusive criações domésticas” (MACEDO, 1965, p. 33). Essa chegada deu-se da seguinte forma:

Espalhada a notícia do valor dos sertões do Ceará para a criação de gado, da Bahia e de Pernambuco partem famílias em busca de terras para o pastoreio, objetivando os

lucros que desses estabelecimentos poderiam auferir, naqueles tempos em que o criatório exercia na economia social uma importância incomparavelmente maior do que hoje (PINTO, 1980, p. 98).

A entrada e povoamento daquelas paragens, como coloca Pinto (1980), processou-se concomitante à criação de uma sociedade que se organizou tendo por centro o “privatismo do grupo de parentes”.

Assim, dos que chegaram ao sertão, vindos do litoral, duas famílias ganharam destaque: os Montes (Penedo) e os Feitosas (Pernambuco). Estas famílias travaram um conflito que ficou marcado, conforme Castello Branco (1987), como “uma das mais conhecidas histórias de rixas entre famílias no Brasil” (p. 46).

Várias suposições são levantadas sobre essa contenda, dentre elas:

a) desentendimentos pelo fato dos Feitosas terem recebido sesmarias que haviam sido, anteriormente, concedidas aos Monte; b) um problema de honra entre a família da primeira esposa de Francisco Feitosa; e c) uma rivalidade desde Pernambuco, quando as famílias viviam às margens do rio São Francisco.

Para Castello Branco (1987), o período de acirramento da disputa entre as famílias, principalmente, devido à questão da concentração de terras, “foi no interregno de 1717 a 1742. Por volta de 1724, os Monte estavam esgotados de forças e de meios depois de sucessivas contendas com os Feitosas” (p. 47). Assim, a família Feitosa, com o poder solidificado pela grande quantidade de terras e pelo prestígio adquirido, exerceu enorme influência na região até a República Velha, com a queda da Oligarquia Accioli em 1912; o enfraquecimento deles em relação a outras famílias locais que se dedicavam a atividades comerciais ao invés da pecuária; e o fortalecimento do poder do Estado que antes era descentralizado, no qual “o poder dos indivíduos, dos potentados eram maiores do que o poder governamental” (CASTELLO BRANCO, 1987, p. 47).

É importante frizar que esta família recebeu a primeira sesmaria dos Inhamuns, doada a Lourenço Alves Feitosa em 1707, sendo que a última foi concedida em 1821, dois anos antes do sistema de sesmarias ser extinto (CHANDLER, 1980).

Sobre a concessão de sesmarias, um aspecto básico de alocação era que a mesma “tivesse sua frente limitada a um rio ou riacho ou que lá existisse uma fonte, fator importante numa terra com escassez de água” (CHANDLER, 1980, p.21). E foi de 1707 a 1744 que diversas sesmarias foram doadas nas áreas dos Inhamuns.

Um branco donatário poderia agregar léguas e léguas quadradas, enquanto cem famílias de índios dispunham apenas de uma légua em quadro. Em 1708, os índios reagiram à

tal situação. Segundo Pinto (1980), “[...] o trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos índolos que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo” (p. 96).

Os índios não queriam mais habitar as aldeias missionárias, nem as fazendas de criar (fazendas de criação de gado), assim rebelaram-se contra os brancos colonos, “[...] arrasaram fazendas, trucidaram quem encontravam. [...] Nesse mesmo ano o Governador de Pernambuco deu ordem ao capitão-mor do Ceará que movesse guerra de extermínio aos índios, o que foi feito” (MACEDO, 1965, p. 35).

Diante das sucessivas rebeliões, fugas e represálias indígenas, os Feitosas, no final da década de 1770 a 1780, começaram a exterminar os indígenas (CHANDLER, 1980). Conforme Leonardo Feitosa, muitas histórias eram contadas por seus entes sobre as ações indígenas diante dos brancos. Sobre as ações exacerbadas dos Feitosas, os índios que sobreviveram, principalmente os que viviam em Arneiroz, foram retirados para o litoral.

Mas não foi só o extermínio a saída para solucionar o problema indígena, a emigração forçada caracterizou-se como outra possibilidade. Ademais, “[...] tentativas para reunir sobreviventes em aldeias, quer por razões religiosas ou na esperança de aproveitar sua mão-de-obra, ou simplesmente, para evitar que se tornassem incômodos, ou por todas essas razões reunidas” (CHANDLER, 1980, p. 25) se procederam nesse período.

O Capitão-Mor dos Inhamuns, autoridade portuguesa propriamente dita, representante do governador, foi instituído na área em 1719. Vale dizer que, antes dessa autoridade, a área dos Inhamuns dependia da vila de Aquiraz (fundada em 1700) e posteriormente ficaram dependentes da vila de Icó (fundada em 1738).

Com relação à organização eclesiástica, os Inhamuns pertenceram, inicialmente, à Paróquia de Aquiraz, posteriormente à de Icó (1720) e só em 1784 que esses limites foram modificados, com a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Paz em Arneiroz.

A fazenda de criar de Enéas de Castro Feitosa e de sua esposa Maria Madalena de Sousa Vale até o ano de 1938 pertencia ao Município de Tauá pelo Decreto Lei nº 378, anexada a parte do distrito de Marrecas. Devoto de São Pedro, o fazendeiro fez doação de 6,4 hectares de suas terras para a Igreja e construiu uma capela (FIGURA 19) (SOUSA, 1999).



FIGURA 19: Atual Igreja de São Pedro, no lugar da antiga capelinha.
Fonte: Lima, maio de 2006.

O crescimento da fazenda de criação de gado deu origem à sede do distrito de São Pedro de Cachoeirinha pela Lei nº 2.677, de 2 de agosto de 1929, passando a Cachoeirinha (1938) e cinco anos depois a Parambu que em tupi significa “pequena cachoeira”. A emancipação política deu-se em virtude da Lei n. 3.338, de 15 de setembro de 1956, e o recebimento da autonomia municipal ocorreu no dia 4 de agosto de 1957 (MARTINS FILHO; GIRÃO, 1966).

O primeiro prefeito de Parambu foi Francisco Alves Teixeira (SOUSA, 1999), eleito em 1957 pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA, fundada em 4 de abril de 1966, sendo caracterizado como um partido conservador. Os demais prefeitos e respectivos partidos podem ser vistos no APÊNDICE E. Atualmente, a liderança política de Parambu conta com a gestão “Construindo um Novo Tempo” de Genecias Mateus Noronha, que foi vice-prefeito da gestão anterior, e eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB em 2004.

Hoje, a população (TABELA 3) está distribuída em 06 distritos e a sede. Os distritos, como destacados na Introdução, são: Monte Sion (1964), Novo Assis (1964), Cococi (1968), Gavião (1990), Miranda (1990), e Oiticica (1991).

TABELA 3 - População residente por sexo e situação

Variável = População residente (Pessoas)					
Município e Distrito	Sexo	Situação do domicílio	Ano		
			1980	1991	2000
Parambu - CE	Total	Total	29.547	30.079	32.302
		Urbana	6.629	8.248	12.550
		Rural	22.918	21.831	19.752
	Homens	Total	14.490	14.779	15.846
		Urbana	3.149	3.837	5.879
		Rural	11.341	10.942	9.967
	Mulheres	Total	15.057	15.300	16.456
		Urbana	3.480	4.411	6.671
		Rural	11.577	10.889	9.785

Fonte: IBGE, 1980, 1991 e 2000.

A população de Parambu perfaz atualmente um total de 30.692 habitantes de acordo com o Censo preliminar de 2007. No entanto, como os dados referentes à população rural e urbana não foram divulgados, optou-se trabalhar com os resultados do Censo 2000. Conforme este, a população de 32.302 habitantes subiu em comparação com os resultados de 1980, que era de 29.547, e 1991, que perfazia um total de 30.079.

A diminuição populacional na última contagem deveu-se, sobretudo, à migração de parambuenses, essencialmente jovens do sexo masculino com menos de 21 anos, que têm buscado em outros Estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia), ou mesmo na capital cearense, melhores condições de vida e oportunidades para ajudarem suas famílias, conforme conversas com moradores da zona urbana e rural de Parambu.

Uma pequena amostra das famílias que se constituíram a partir desses jovens migrantes pôde ser percebida no encontro do final de ano em Facundo II, na propriedade do Sr. Antônio Henrique da Silva, quando foi organizada uma confraternização entre amigos e, principalmente, familiares com pessoas que viviam no assentamento e hoje moram em outros Estados. Segundo depoimentos, as pessoas que conseguiram estabilidade econômica fora de Parambu atuam nos ramos de crediários e cestas básicas para idosos, vindo visitar suas famílias durante as festas de fim de ano (FIGURAS 20 e 21).



FIGURAS 20 e 21: Confraternização na Parcela do Sr. Ant^o Henrique da Silva com familiares que hoje vivem na Bahia, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul – Facundo III.

Fonte: Lima, dezembro de 2007.

Ao que se refere à distribuição da população em Rural e Urbana, a primeira apresenta uma cifra de 19.752 habitantes e a segunda de 12.550 (IBGE, 2000). O que se pode perceber é um número superior da população rural sobre a urbana, mesmo porque a economia do município se fundamenta, essencialmente, na agropecuária desde as secas, que datam das décadas de 1888-89, 1898, 1900 e 1915, além da seca de 1932, ou seja, essa atividade substituiu a criação de gado, que foi o principal fator de colonização dos Inhamuns, como discutido anteriormente.

No entanto, a população rural vem diminuindo, pelo motivo já exposto, ou seja, devido à migração da população jovem masculina, principalmente. Tal fato justifica a diminuição da população masculina que vive no campo, que passou de 11.341 em 1980 para 9.967 em 2000, mesmo que em um contexto geral essa população tenha aumentado de 14.490 em 1980 para 15.846 em 2000, devido ao número de nascidos vivos no município.

No que se refere às mulheres, seu número total ainda se mantém superior ao de homens, ou seja, 16.456 indivíduos (IBGE, 2000), tanto porque somam a maior quantidade de nascidos vivos no município, porque não são a maioria que migra.

O Assentamento Ingá/Facundo, hoje, conforme dados conseguidos junto ao atual presidente da APPIF, Sr. José Gomes de Andrade (55 anos, dezembro de 2007) e através das agentes de saúde do PA (dezembro de 2007), nove mulheres exatamente, é formado por cerca de 368 famílias, das quais 102 são cadastradas e, aproximadamente, 265 são agregadas. Ressaltamos que as residências são distribuídas por parcelas que distam, uma da outra, entre 5 e 10 km.

Segundo o presidente da APPIF, 29 parceiros ainda se encontram irregulares, não tendo recebido o título da terra, mesmo com a consolidação deste núcleo de reforma agrária no dia 02 de junho de 2000.

Nesse mesmo período, foram consolidados 79 projetos de reforma agrária no país, sendo beneficiadas 8.960 famílias, além de 21 projetos de colonização, dos quais 12.028 foram contempladas a nível nacional. Tal deliberação teve como responsável o Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através do presidente do INCRA, o Dr. Francisco Orlando Costa Muniz (INCRA, s/d).

No Ceará, foram consolidados, nessa mesma época (2000), além de Ingá/Facundo, mais seis projetos de assentamento. Dentre eles: Lagoa da Capivara (Aracoiaba); Saco do Belém (Santa Quitéria); Siupé (São Gonçalo do Amarante); Redonda (Icapuí); Massapé (Mombaça) e Monte Castelo (Choró).

O que chama a atenção do presidente da associação é o fato do assentamento ter sido consolidado, mesmo não tendo recebido todos os créditos para que fosse emitido tal documento. Para o ex-presidente da associação, Sr. Francisco Davi Sampaio, “no assentamento nós tinha direito ao crédito de fomento, de infra-estrutura [...], inclusive tem parcela que ainda hoje não tem casa” (setembro de 2007). Muitas famílias só conseguiram construir casas com a ajuda dos filhos que não moram mais na área.

Segundo registros do PDRA de Ingá/Facundo (INCRA, 2005), o assentamento possui um total de 755 pessoas (TABELA 4 – Dados Populacionais de Ingá/Facundo). Esse dado é referente ao ano de 2005, quando foi realizada a pesquisa direta para a produção do documento.

TABELA 4 - Dados Populacionais de Ingá/Facundo

IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL GERAL
0-10	95	70	165
11-18	73	75	148
19-25	39	48	87
26-40	76	96	172
41-60	60	59	119
Acima de 60	38	26	64
Total	381	374	755

Fonte: pesquisa direta com 100% das famílias, feita pela equipe técnica e um grupo de pesquisadores do assentamento/ 2005.

A maior parte da população do assentamento encontra-se entre as idades de 26 e 40 anos, sendo estes adultos, os filhos de parceiros que ainda vivem na área. Apreendemos que a maioria dos camponeses entre essas idades são do sexo feminino, ou seja, 96 mulheres que permanecem no assentamento por razões culturais, pois ainda se mantêm, em diversos casos, a idéia de não deixar os pais sozinhos, visto que muitos irmãos migram em busca de melhores condições de vida fora do assentamento, como foi colocado anteriormente.

[...] não é a toa que, que a grande parte da juventude vive fora...eu mesmo, tenho oito a minha família,foi quase toda homem,oito filho homem,e parece que tem três aqui que mora aqui comigo, os outro tão tudo fora...e a maior parte da, das famílias é assim...a juventude é... (Antônio Henrique da Silva, 65 anos, maio de 2006).

Podemos, assim, afirmar, segundo Wanderley (2000), que “o que mais ameaça o dinamismo do meio rural é o êxodo de sua população, que se traduz pela perda direta e imediata da vitalidade social, representada pela saída em número expressivo de seus habitantes” (p. 31), como já se percebe em Ingá/Facundo, bem como em todo o Estado.

Os mais jovens, entre 19 e 25 anos, na maioria netos, segundo o INCRA (2005), no PDRA de Ingá/Facundo, “não conseguiram se incluir a frente das discussões e ainda hoje não tem poder de decisão no PA” (p. 30). Posto que as decisões tomadas no assentamento são baseadas, principalmente, por deliberação dos titulares ou seus filhos (agregados) que se interessam por questões agrícolas. Os mais novos pouco se envolvem, como destacou um dos parceiros de Ingá/Facundo.

Estes fatores dificultam o processo de sustentabilidade do assentamento que, além de apresentar uma configuração desfavorável para conseguir verbas, por ser parcelar, ainda se torna mais vulnerável porque nem todos os agricultores participam das discussões e têm poder de decisão, conforme afirmara José Gomes de Andrade (55 anos, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo, maio de 2006).

A distribuição populacional pelo aspecto de gênero se dá da seguinte maneira: são 381 pessoas do sexo masculino (50,4%) que compõem a mão-de-obra principal da área e 374 pessoas do sexo feminino, equivalendo a 49,5%,que auxiliam mais em atividades domésticas ou são contratadas pela Prefeitura de Parambu para atuar em áreas como Educação e Saúde. Ambos percentuais foram calculados sobre a população total, sendo perceptível o fato da população masculina, mesmo com o processo de migração, ser maior que a feminina, ou seja, 0,9%, como se pode apreender na Tabela 4.

Segundo as entrevistas semi-estruturadas e os dados conseguidos através do PDRA, percebe-se que a totalidade das famílias é natural do próprio Sertão dos Inhamuns, como Aiuaba e Tauá, mas que é expressiva a proveniência do município de Parambu. Das 35 entrevistas com 27 pessoas do assentamento, entre jovens, mulheres, parceiros, agregados e lideranças, 98% são naturais de Parambu.

Conforme percebemos a partir do Plano de Desenvolvimento e Recuperação do Assentamento Ingá/Facundo (INCRA, 2005) e dos trabalhos de campo, a economia do assentamento assemelha-se com a municipal, ou seja, na agropecuária, tendo como os principais produtos explorados na agricultura: o milho, feijão e a mandioca, além da produção de árvores frutíferas, como: mamão, carambola, coco, acerola, manga e tangerina nas parcelas que possuem Baixio, próximas a açudes, como se pode ver na Figura 22.



FIGURA 22: Parcela com Baixio – Plantação de culturas permanentes – mamão, tangerinas e laranjeiras.
Fonte: Lima, março de 2007.

Vale ressaltar que a agropecuária ainda segue os padrões ambientais estabelecidos pelos antigos proprietários que expressam os ensinamentos de seus pais nessas práticas.

Quando questionada sobre a forma como aprendeu a lidar com a terra, a Sr^a Maria do Socorro Benedita da Silva (41 anos – parceleira de Ingá de Cima, setembro de 2007), respondeu da seguinte forma: “O negócio era aprender mesmo na roça. O pai de família levava os filhos com dez anos para a lida. Lá ensinava a brocar, coivadar, fazer cerca, limpa... Era assim e eu passei isso ‘pros’ daqui de casa”.

Percebemos também, através dos depoimentos, que o uso da terra se procede de forma desordenada na maioria das parcelas. Sem manejo agrícola, com superpastoreio, criação excessiva da espécie bovina (policultura/criação), prática de queimadas, resultante de anos de práticas desse sistema, uso de áreas de relevo irregular, manejo inadequado, o ‘desrespeito’ à legislação ambiental no uso das matas ciliares, principalmente ocasionando desmatamento de árvores que hoje são difíceis de ser encontradas no assentamento, como a aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Fr. All.) e o angico (*Anadenanthera macrocarpa*)³⁰ (INCRA, 2005).

Estes procedimentos, que geram impactos ambientais e intensificação do processo de desertificação, decorrente de fatores culturais dos camponeses e também devido à falta de orientação técnica produtiva e ambiental, têm apresentado um quadro de melhoria por conta da presença da equipe técnica do convênio INCRA-SEBRAE-FETRAECE; do STTR de Parambu, da CPT e da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Parambú (ADECAMP)³¹.

Na pecuária do assentamento são exploradas as atividades de ovinocaprinocultura e bovinocultura, essas somam um rebanho de 101.326 cabeças, aproximadamente, “[...] sendo 27,19% representado pelos bovinos, 48,9 % representado pelos ovinos e 23,8% representado pelos caprinos” (INCRA, 2005, p. 13).

Cada camponês parceleiro trabalha em sua parcela, com sua família, havendo, por vezes, troca de serviços entre os parceleiros mais próximos. Porém, predomina o individualismo por parcela e a independência entre os mesmos, sendo que de acordo com as condições físicas da sua área e com o tipo de atividade que praticam, algumas parcelas se desenvolveram mais que outras do ponto de vista econômico.

Para a presidente da ADECAMP, Elisabeth Ferreira dos Santos Lima, o grande problema que a mesma nos colocou sobre o fato de alguns camponeses terem desenvolvido condições agropecuárias melhores em comparações a outros caracteriza-se pela

[...] falta de coragem para trabalhar. Porque eles tinham tudo, tinha gente que tinha a produção de tomate no ponto, [...], mas Ah! Não quero mais isso aqui não. Não vai dar nada! Porque, principalmente, a visão do cearense e principalmente do parambuense é que você tem que lucrar de imediato. Não a médio e longo prazo, entendeu? E isso dificulta porque quando você investe na terra você não tem como tirar dentro de um mês, dois. E foi exatamente isso que a gente percebeu no decorrer

³⁰ Os nomes científicos das plantas identificadas foram encontrados na obra de Matos (1999).

³¹ Tais assessorias não se dão concomitantemente e nem todas as parcelas foram ou são contempladas. A participação dessas se procede de acordo com o envolvimento dos camponeses parceleiros e de seus familiares e agregados no STTR – Parambu, bem como pelo interesse em ser assessorados.

do tempo. A falta de interesse. [...] (Elisabeth Ferreira dos Santos Lima, presidente da ADECOMP, setembro de 2007).

Tal afirmação pode ser contestada, pois quando se apreende que culturalmente o camponês apresenta resistência a novas práticas, a investimentos, pois já acreditaram anteriormente e se depararam em situações nas quais perderam sua produção por conta da seca, de pragas, ou por não terem conseguido retirar o mínimo para a subsistência de suas famílias. No entanto, algo já tem mudado, o sertanejo tem arriscado e culturalmente famílias têm adotado novas ações agrícolas e agropecuárias, pois, a partir de experiências que têm dado certo, essas têm sido propagadas.

A ADECOMP (FIGURA 23) surgiu em 1995 e foi implantada em Parambu em 1997, tendo como missão contribuir com o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades do município de Parambu, visando a equidade social. Para tanto, eles têm desenvolvido projetos nas áreas de agropecuária (irrigação, avicultura, apicultura, vacinação de bovinos, infraestruturas), saúde (acompanhamento familiar, grupos educativos), educação (grupos com crianças, adolescentes, alfabetização de jovens e adultos) e formação profissionalizante. Entretanto, em Ingá/Facundo, hoje, somente uma parcela, das cinco que iniciaram no projeto, tem trabalhado com a ADECOMP. É a parcela do Sr. Antônio Henrique da Silva.

O Sr. Henrique levou a frente e cerca de seis anos depois que a gente começou lá, trabalhando com ele, todo equipamento que era nosso, ele comprou da gente e hoje o que é nosso lá é o equipamento do viveiro de mudas. O restante é tudo dele... (Elisabeth Ferreira dos Santos Lima, presidente da ADECOMP, setembro de 2007).



FIGURA 23: Sede da ADECOMP em Parambu
Fonte: Lima, setembro de 2007.

Tal fato confirma o que H. M. Carvalho (2005), ao interpretar Chayanov, destaca bem. Ou seja, no capitalismo, as estruturas centram-se no lucro, enquanto que no campesinato, centram-se na reprodução. Para o camponês, “as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro” (CARVALHO, H., 2005, p. 183) que a acumulação de meios de produção. “De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução” (CARVALHO, H., 2005, p. 183). É o exemplo do parceleiro Antônio Henrique da Silva, ao colocar a ajuda que recebeu da ADECOMP:

Pra mim foi uma ajuda muito importante que eu recebi na minha vida, depois da terra [...] Foi pra mim uma coisa que veio fazer com que a gente possa sobreviver de uma maneira mais, sem ser tão sufocada porque hoje em dia pro agricultor só de milho e feijão é um sufoco muito grande (Sr. Antônio Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro de Facundo II, maio de 2006)

Mas como pudemos perceber *in locu*, nem todos os camponeses têm propriedades que possibilitem tais investimentos, devido às suas condições econômicas, bem como as físicas de sua parcela. Além dessas, reafirmamos o fato de nem todos os camponeses estarem dispostos a se arriscar nas *novidades* que chegam até eles.

Esses aspectos trabalhados, ou seja, históricos, políticos, sociais e econômicos são responsáveis pela constituição de um cenário no qual a relação sociedade – natureza, interagindo dialeticamente, constituirá um espaço social onde se expressam o apego à terra e lutas de resistência para que os atores sociais consigam permanecer na área em que vivem. É sobre as estratégias de reivindicação e resistência que constituíram Ingá/Facundo que o tópico seqüente se fundamentará.

4.3 Da Fazenda ao Assentamento – Reivindicação e Resistência camponesa

Em seu livro ‘A Militarização da Questão Agrária’, José de Souza Martins coloca que “[...] cada conflito é um conflito” (1991), que acaba por promover especificidades em cada caso, sempre relacionadas à terra, criando uma nova ordem no campo. Nesse contexto, conforme Barreira (1992), “[...] os direitos dos trabalhadores passavam a ser não mais os outorgados pelos proprietários, mas os conquistados e amparados pelos mecanismos legais” (p. 54). A luta pela terra, para Silva (1989), “é a luta pela sobrevivência, não apenas da pequena produção, mas [...] de uma imensa maioria [...] que o desenvolvimento capitalista não consegue mais incorporar produtivamente” (p. 56).

Sendo assim, o saber geográfico promove uma colaboração essencial para fomentar uma leitura crítica da realidade dos assentamentos, posto que, segundo Pinheiro (2004), “esse saber contribui para efetivação do resgate histórico de todo o processo de luta, o entendimento mínimo da realidade social de todos na comunidade” (p. 100).

Nessa lógica, quando chegou na Fazenda Facundo, o Sr. Francisco Pereira, conhecido por Chiquinho Pereira, tinha apenas 10 anos, no ano de 1953. Na área viviam poucas famílias, entre elas as do Sr. Raimundo Martins da Silva, Sr. Benedito Gomes, Manoel Benedito, Antônio Lopes da Silva, Antônio Clemente, Raimundo Belém Diniz, entre outros poucos. Muitos passaram a morar na propriedade porque compraram o direito de benfeitoria, essa informação passou a ser disseminada pelas redondezas e a propriedade, anteriormente chamada de “Terreno dos Saboias”, passou a ser ocupada por diversas famílias (FIGURA 24).



FIGURA 24: Entrevista com Camponeses – Facundo
Fonte: Silva, 2006.

As narrativas de alguns desses camponeses remeteram “a um passado geral que vai constituir o primeiro domínio onde a memória coletiva cristaliza-se, associando a imaginação desses sertanejos à experiência fundadora” (GODOI, 1998, p. 100). O que também se constata na história do assentamento são as lembranças dos que vivem até hoje na área e suas memórias “por ouvir contar” de seus pais, avós e antigos moradores.

O meu pai vinha comprar farinha aqui na Serra, chamada Serra do Rumo, ela é aqui vizinha, aí soube a notícia dessas terra, que era terra muito boa, e que a pessoa chegava e comprava uma posezinha e se arranchava, né? Aí ele foi e comprou uma posezinha aqui de um senhor que ele é [...] inclusive ele [...] fez uma situaçãozinha³² e aí vendeu pro meu pai. [...] Raimundo Pereira comprou no dilema

³² Propriedade.

e desse tempo pra cá a gente foi criado aqui, outros irmãos foram se embora, eu sei que da irmandade nossa só resta eu aqui, e aí eu não vou sair daqui, a minha vida foi toda aqui (Francisco Davi Sampaio, camponês de Parambu, 60 anos – maio de 2006).

Conforme o Sr. José Gomes de Andrade, a história de ocupação da área é mais antiga, data da década de 1940. Conta-se que a terra pertencia à Família Saboia, especificamente um Saboia que era proveniente de Crateús, Dr. José Saboia. O mesmo vendia tecidos em um ano e no seguinte vinha receber o pagamento. Entretanto, o comprador, um antigo camponês da família dos Feitosa dos Inhamuns, devido à seca (1932), não conseguiu o dinheiro suficiente para liquidar a dívida e efetuou o pagamento da mesma com a propriedade. Essa história havia sido disseminada na década de 1950 pelo Sr. Arnaldo Pedrosa de Crateús, empregado dos Saboias, que recebia dos posseiros, acertando o preço da renda da terra, também, chamada de forada – 10x1 – ou seja, a produção de cada dez sacas de legumes ou cereais, era pago um ao patrão [...]

A gente fazia do jeito que queria³³, ele só vinha aqui e recebia essa renda, esse dinheiro, a gente pagava pra ele e se atrasasse demais faz juros e aí era assim, a gente aqui era como dono não tinha, não tinha atribuição; não tinha aperreio de patrão, a gente nem conhecia o patrão. Só quem conhecia o Saboia era o encarregador, o Seu Arnô Pedrosa (Antônio Henrique da Silva³⁴ – 67 anos – maio de 2006).

Na opinião dos posseiros entrevistados, a renda consistia em um valor irrisório. Porém, houve problemas, mesmo que em casos isolados, porque havia pessoas que não respeitavam o acordo da renda a ser paga.

Esta ação dos posseiros deu-se à inexistência de um documento comprobatório da propriedade da terra pela família Saboia. Assim, a posse tornou-se um direito, conforme o Sr. Antônio Valdir de Oliveira (65 anos),

Aqui se tornou um direito, aí foi com isso que começou a posse, eu cheguei aqui em 59, meu pai comprou com direito de outro, já que morava na área né? É direito. [...] Aí naquele direito depois quando nós tava na área, chegou esse senhor Cazuzinha que diz olha aqui é meu aí vocês vão me pagar tanto. [...] Aí apareceu a historia de que quem morasse na terra tinha direito e não precisava pagar renda e uns pagava e outros não pagava, aí foi adonde que houve os conflito, né? Depois esse senhor Cazuzinha de Araújo Feitosa morreu, aí ficou o genro dele, o Elizon Moreira Lima, que é dos Quinquino, Elizon Quimqui, conhecido, aí rodou a questão aqui muito tempo, depois, esse homem morreu, aí os...o, os que ficaram como herdeiro venderam pra um senhor Moreira Matos (Antônio Valdir de Oliveira, 65 anos, maio de 2006)

³³ Destaca-se o fato dos posseiros não conhecerem os proprietários da terra, ou seja, os Saboias, mas sim o encarregado por receber a renda (Sr. Arnô Pedrosa).

³⁴ Sr. Henrique da Silva foi o segundo líder sindical de Ingá / Facundo.

Segundo Bernardete Castro Oliveira (2001): “O direito de posse aparece tendo como substrato uma terra que se define e se constitui a partir da morada e cultivo. A morada (casa-domicílio-família) é a base da organização do trabalho e da produção, e efetiva através dela, o direito à terra” (p. 1).

Com o argumento que teria comprado terras dos Saboias, surge o Sr. Cazuzinha de Araújo Feitosa, em 1953,

[...] ele dizia que tinha comprado dos Saboias,[...],depois disso ele morreu, aí uma pessoa, um genro dele, que era conhecido por Elizon Quintinha, ficou como herdeiro de todas essas terras... aí foi ‘adonde’ tudo começou... criaram problema com o povo e o povo não queria sair. Ele queria botar quem ele quisesse e aí houve [...] várias coisas que o povo não gostou e outros conflitos aqui dentro, né. Eles botavam pessoas pra... às vezes pra massacrar, pra não virar aqui mesmo, perto, tinha um senhor chamado..., inclusive é o sogro dele que ainda é, vivo. Chamado Manoel Gordolina, ainda teve um problema com ele aí por causa dessas ‘terra’. O Manoel Gordolina³⁵ é um velho que queria ter conhecimento com as coisas, já foi a Crateús atrás de documentos, saber quem era dono quem não era, né. (Francisco Davi Sampaio, camponês de Parambu, 60 anos – maio de 2006).

É importante destacarmos que na época em que Cazuzinha se apresentou como proprietário (década de 50), diante do não pagamento da renda por alguns posseiros, esse reagiu invadindo a propriedade com vários animais que destruíram algumas benfeitorias e causaram transtornos aos camponeses. Tal atitude desencadeou o primeiro conflito (1957) na área. Todavia, o mesmo não chegou a ser caracterizado por agressões físicas.

Na realidade, com a morte de Cazuzinha de Araújo Feitosa, sua herdeira direta era a filha Maria do Vale, esposa de Elison Moreira Lima, o Quinquino. Este nomeou como responsável para a cobrança da renda aos posseiros o sobrinho Ceney (Antônio Moreira de Oliveira). Nessa época, Elison era prefeito da cidade de Parambu, eleito em três de outubro de 1958 através do Partido Social Democrata – PSD.

Os moradores “[...] nunca tiveram o sentimento de pagar renda a ele, porque realmente não reconheceram ele como proprietário daqui, e conhecia sim o Sabóia, né.” (Antônio Valdir de Oliveira, 65 anos, p. 11).

Com a morte de Elison Moreira Lima, os herdeiros venderam a propriedade em 1968 para Edmilton Moreira, Milton Moreira³⁶ como era conhecido. O maior conflito deu-se nesse período, quando Milton começou a vender os lotes da propriedade e os que não estivessem interessados ou não pudessem pagar por eles estavam sendo ameaçados de despejo.

³⁵ Ele quem alertou os posseiros que a terra não era dos Saboias e nem do Sr. Cazuzinha, porque os que viviam na terra possuíam o direito de posse.

³⁶ Sobrinho de Elison.

Sobre as ações desse proprietário, José Gomes de Andrade, Antônio Valdir de Oliveira e Chiquinho Pereira destacaram que

Ele foi a Tauá e ajeitou com o Juiz de Tauá pra fazer despejo, ou nós comprava ou, ou que nessa compra dele, foi no ano que ficou perto do INCRA aparecer (José Gomes de Andrade, 54 anos, maio de 2006).

Foi que já que ele passou a vender, passou a vender os lotes, 1976 foi onde ele começou a se armar direito, a botar oficiais da justiça aqui intimando todo mundo (Antônio Valdir de Oliveira, 65 anos, maio de 2006)

É, quem não comprasse ia sair, né. Ele ia vender pra outro, aí quase todo mundo comprou e recebia o documento, né. (Francisco Davi Sampaio, camponês de Parambu, 60 anos – maio de 2006).

A reação dos camponeses resultou do aparecimento de tantos supostos proprietários que sempre se apresentavam sem o documento comprobatório da terra. Dessa forma, os trabalhadores começaram a desconfiar desses fatos e decidiram não pagar mais renda. Percebemos, assim, que “[...] nenhuma luta é apenas econômica ou política. Ela diz respeito a toda existência humana. É também cultural, ou seja, ideológica, simbólica, religiosa, afetiva” (CALDART, 1987 *apud* BARROSO, 2005, p. 21).

A procura por direitos é um tipo de luta e necessita de diversos personagens para sua efetivação em busca dos objetivos. Sendo assim, os camponeses de Ingá/Facundo, ainda contaram com total apoio do STTR – Parambu, com a assessoria jurídica do advogado Dr. Inocência Uchoa, além da Diocese de Crateús, que logo formaram grupos para visitar, apoiar e organizar os trabalhadores.

Diversas pessoas tiveram participação direta nesta história. Entre elas: os presidentes do STTR – Parambu: Cícero Roma da Silva, Severino José Fernandes e Otacílio Rodrigues da Silva; a agente da pastoral Maria Socorro Gonçalves de Matos, o vigário da Paróquia de Parambu, Dom Frágoso; Pe. Maurízio Cremashi; Ir. Ailce e Ir. Cleide.

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Recuperação do Assentamento - PDRA de Ingá/Facundo (2005), foram organizadas comissões para exigir do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA uma posição diante da situação conflitiva, na qual, os trabalhadores eram proibidos de cultivar a terra.

No entanto, o Sr. Raimundo Duarte Bezerra, cunhado e apoiador do Sr. Milton Moreira, afirmava ser dono de uma parte da terra, para pressionar uma das famílias, a dos “Simões”, a venderem sua propriedade. Comprou todas as propriedades no entorno dos hectares que pleiteava a aquisição e construiu uma cerca com 11 fios de arame em torno da casa dos ‘Simões’ na Fazenda Ingá. Em tal ocasião, havia falecido o patriarca desta família

(Francisco Simão) e os demais familiares foram obrigados a passar o corpo por esta cerca. Foi necessário um grande mutirão para conseguir ultrapassá-la e o sentimento de indignação se intensificava entre os camponeses e conseqüentemente, esses passaram a agir mais fortes na luta pela justiça e posse da terra.

Outra situação de pressão sobre os camponeses deu-se por ocasião de um mutirão que contou com a participação de cerca de trinta pessoas para roçar o algodão do Sr. Antônio Pedro (Sr. Antônio Lopes da Silva). Nesse contexto, o Sr. Raimundo Duarte levou a polícia para evitar que o mutirão ocorresse. Sabe-se que as pessoas que se encontravam na área fugiram, visto que a orientação que os posseiros tinham do Sindicato e da Igreja era exatamente para não reagirem à violência.

Os trabalhadores resistiram a muitos ataques e perseguições, mas muitos deles desistiram da luta e foram abandonando as terras, cansados de esperar, construíram suas casas nas margens da estrada ou vieram morar na sede do município (INCRA, 2005, p. 28).

Descontentes com tal pressão advinda de Milton Moreira, os posseiros procuraram orientação para conseguir efetivar a desapropriação do assentamento, uma vez que a propriedade se caracterizava como uma área de conflito social. Representando os posseiros, foram à Fortaleza o Sr. Henrique, Raimundo Belém e Antônio Lopes da Silva reivindicar junto ao Secretário de Justiça a desapropriação das Fazendas Ingá e Facundo. O Secretário afirmou “que se era ordem da justiça a Lei era para ser cumprida, pois o direito de causa ganha foi dado ao Sr. Milton” (Antônio Henrique da Silva³⁷ – 67 anos, março de 2007).

Shanin (1979) evidencia que a reação dos camponeses em busca de uma solução para situações adversas às quais estão envoltos ocorre quando o mundo camponês é ameaçado pela sociedade ou um setor dela, o que está realmente em jogo é a sua própria existência, em que a perda da área de lavoura e da morada efetiva traduz sempre um movimento reivindicativo que põe o camponês em confronto com a sociedade. “Ele passa a estabelecer diferenças entre passado e presente, demonstrando o confronto entre duas ordens: uma tradicional, baseada na reciprocidade, costumes e posse da morada; outra moderna, ditada pelo trabalho assalariado e perda da morada” (OLIVEIRA, 2001, p. 257b)

Como através da Secretaria de Justiça de Fortaleza nada fora conseguido, os camponeses decidiram escrever um documento sobre o conflito enfrentado na área, sendo que este foi remetido ao Presidente da República - João Baptista de Oliveira Figueiredo. Segundo o parceleiro, com cerca de dois meses obtiveram uma resposta.

³⁷ Sr. Antônio Henrique da Silva foi o segundo líder sindical de Ingá / Facundo na década de 1980.

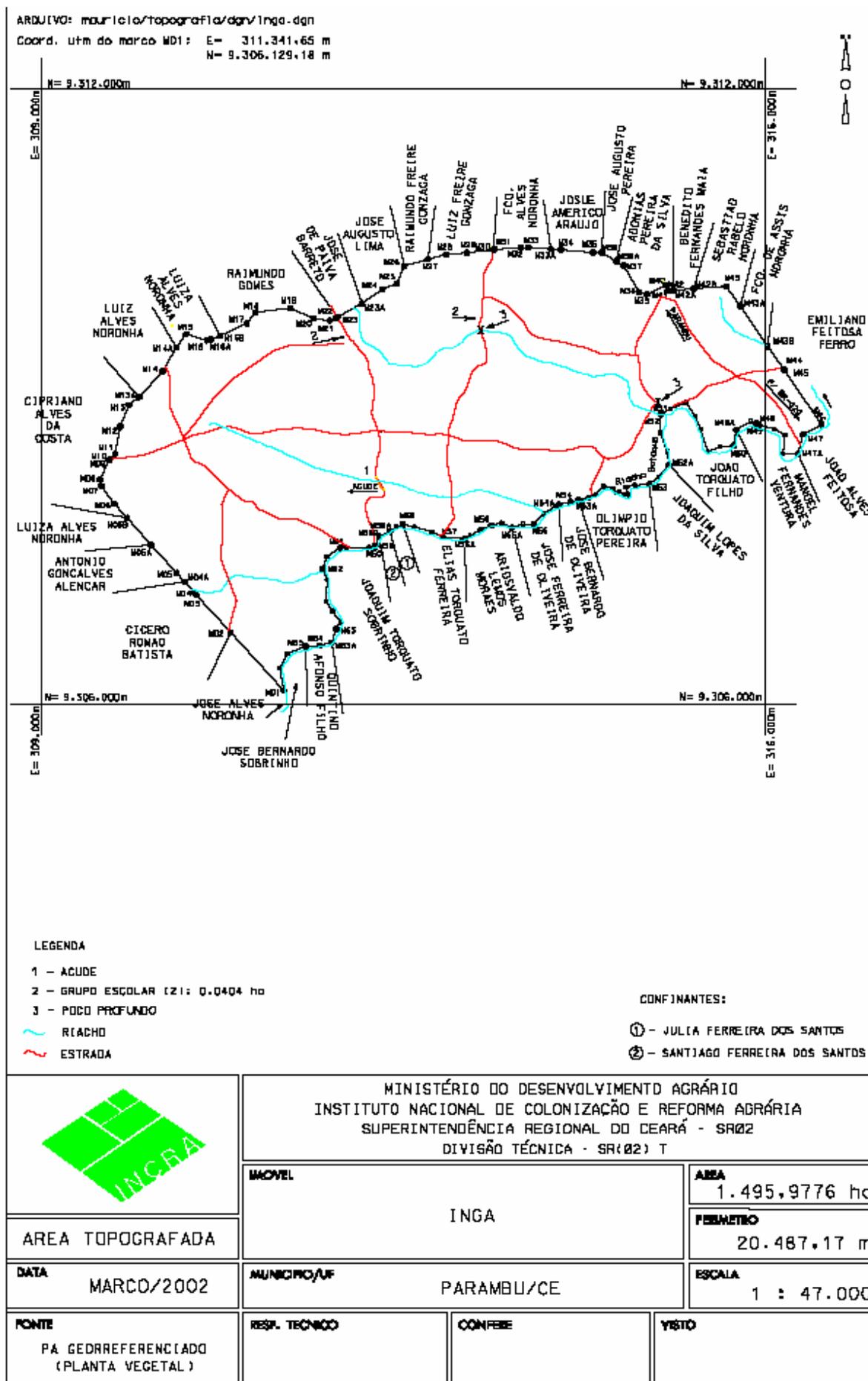
[...] foram os representantes do Governo Federal que chegaram aqui para atestar a veracidade da carta enviada por nós ao Presidente. Eles juntaram todos os depoimentos, comparando com o que havia na carta e depois foi tudo rápido (Antônio Henrique da Silva – 67 anos, março de 2007).

Ingá/Facundo (MAPA 4 e MAPA 5) teve a imissão do decreto de posse de número 84.650 em 05 de fevereiro de 1981 e registrado no Diário Oficial no dia 25 de Junho de 1980. A divisão das parcelas foi de 1981 a 1982. A Carta de Anuência saiu em 22/12/1982. Somente em novembro de 1989 os parceleiros receberam seus Títulos Públicos e a sua consolidação deu-se através da Resolução nº 52 de 02/06/2000, em que foram desapropriados mais cinco assentamentos. São eles: Massapé (Mombaça), Monte Castelo (Choró), Siupé (Icapuí), Saco de Belém (Santa Quitéria) e Lagoa da Capivara (Aracoiaba).

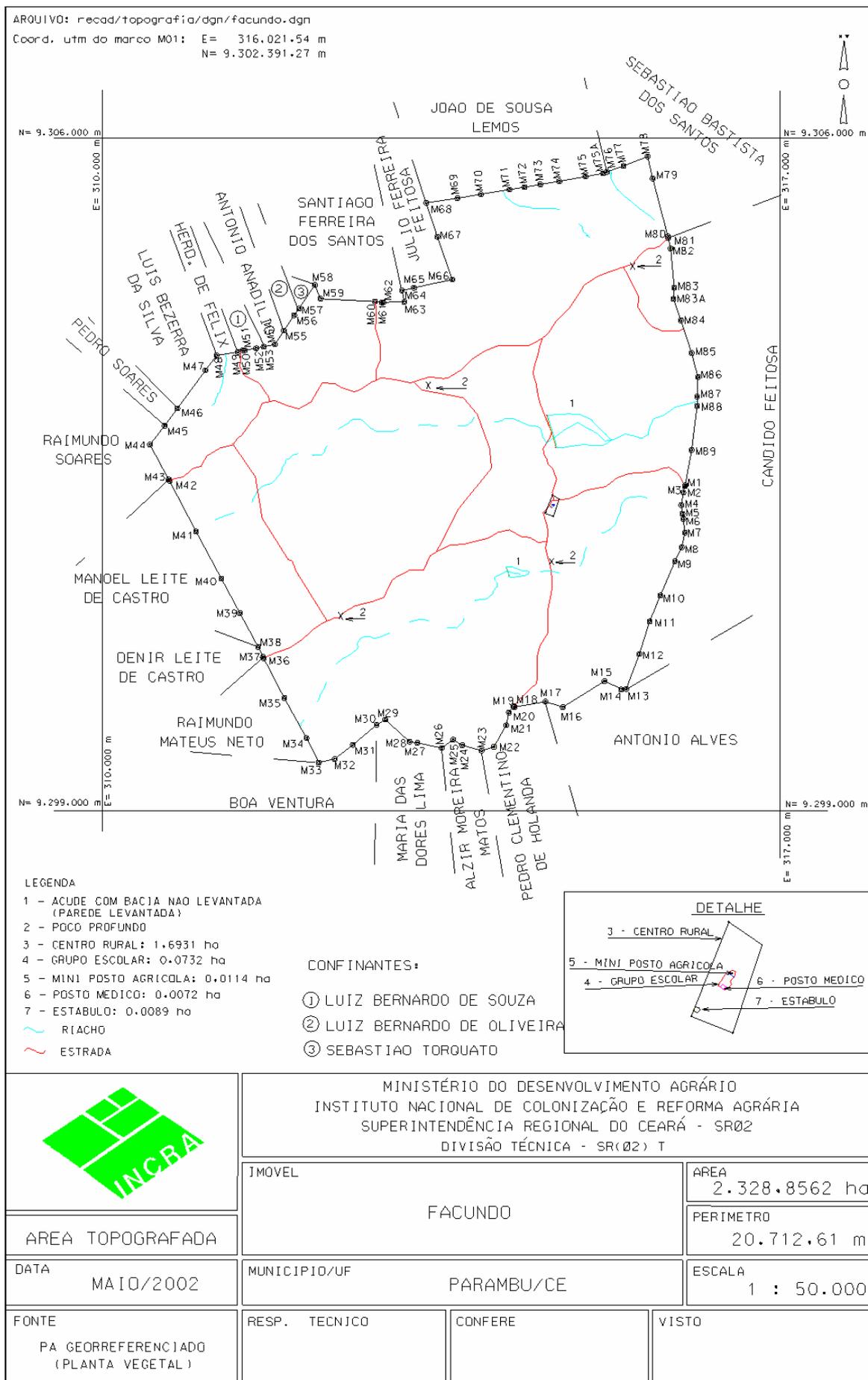
Segundo o técnico agrícola do Incra, Raimundo Bonfim Fernandes Vieira (2007), após a consolidação dos seis assentamentos no Ceará, os quais, todos eram parcelares, o Incra só tem colaborado com apoio técnico à instalação de cisternas de placa, posto que os demais créditos já foram remetidos durante os dez primeiros anos de instauração desses núcleos rurais.

Isso é o que o Incra afirma. No entanto, como expomos anteriormente, é que a maioria dos créditos não foram concedidos até a atual data aos parceleiros ali residentes.

Feito o levantamento histórico, podemos passar para as formas de apropriação dos recursos que foram identificados através das memórias e depoimentos dos camponeses. Compreender-se-á no Capítulo 5 como eles expressam seus costumes e de que forma esses estão relacionados ao meio onde vivem.



Mapa 4: Planta de Inga.
 Fonte: INCRA, 2002.



Mapa 5: Planta de Facundo.
 Fonte: INCRA, 2002.



5 ENTRE MEMÓRIAS E FATOS: a propriedade e a apropriação dos recursos no assentamento

Quem tem um olho na universidade, na cultura erudita, tem de ter o outro olho no sambódromo, na cultura popular, porque a cultura é como um pássaro, tem duas asas. Uma não é pior nem melhor que a outra, acontece simplesmente que uma não funciona sem a outra. Se faltar uma delas, o homem não pode voar, não decola.

Darcy Ribeiro

5 ENTRE MEMÓRIAS E FATOS: a propriedade e a apropriação dos recursos no assentamento

Refletir sobre o que vimos, sobre fatos e situações relatadas pelos parceiros, além de utilizarmos as suas memórias como base, foi uma certeza desde a construção do projeto de Dissertação. Para tanto, necessitamos de tempo e paciência para a constituição desse processo. Sendo assim, decidimos que, quando estivéssemos construindo o Capítulo 5, seria necessário mais do que as anotações de campo dos quatro trabalhos anteriores. Logo, decidimos trabalhar, durante a quinta pesquisa de campo, no próprio assentamento, ou seja, próximo ao objeto, em um período que teve duração de três semanas.

Que surpresa a dos pesquisadores quando começamos a “descortinar” o universo daqueles homens do campo de Ingá/Facundo! Seria melhor falarmos sobre nossa satisfação ao percebermos que havíamos conseguido nos aproximar desses sujeitos sociais, posto que passamos a notar que os pensamentos prolongados antes de responder algum questionamento, ou simplesmente, para se falar algo em nossa presença foram diminuindo. As barreiras que percebíamos nas primeiras tentativas de aproximação haviam diminuído consideravelmente e agora eles não viam a Pesquisadora primeiramente, mas sim alguém com quem eles poderiam falar sem ter receio.

Para que fossem superadas essas questões, necessitamos de tempo, e sempre tivemos a consciência de que cada local e os que nele habitam tem o seu. Além do tempo, o espaço também deve ser considerado no processo de aproximação dos sujeitos. Assim, com Ingá/Facundo, não foi diferente. Como afirma Da Silva (2003, p. 29):

Tempo e Espaço. Espaço e Tempo. Duas categorias que norteiam as explicações da realidade nos mais diferentes ramos do conhecimento científico. Pode-se ainda dizer que aquilo que se queira compreender, tanto no passado como no presente, sobre as mais diferentes ‘faces’ do mundo, assentou-se e assenta-se numa idéia de espaço e tempo.

O espaço em Geografia, como discutido no Capítulo 3, já recebeu diversas denominações: desde palco das ações humanas, numa perspectiva física e territorial (Ratzel) até espaço como relacional e social (Milton Santos). O que hoje apreendemos é que o espaço é mais do que um palco. Ele é uma possibilidade de explicar fenômenos antes não explicados, como a relação sociedade - natureza, ou, ainda, de compreendermos a ampliação da compreensão do mundo em movimento (DA SILVA, 2003).

É o que afirmamos anteriormente, ou seja, o debate sociocultural do campesinato agrega aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, ecológicos etc., posto que o ser camponês interage diretamente com o espaço no qual está inserido, sendo esse o seu *locus* habitacional. É no espaço que se dá o movimento das “coisas”, que, para ocorrerem, necessita de um tempo. Esse movimento é o que chamamos de “tocar em frente”, que remete à idéia de não parar no tempo e considerar o que já se viveu e o que está disponível no assentamento como fundamental para o camponês se reproduzir e não mudar, mas se recriar conforme o tempo, ou ainda, o processo.

Para o Sr. Antônio Henrique da Silva (68 anos, parceleiro de Facundo II), quando lhe perguntamos sobre como eram transmitidos os conhecimentos dos seus pais para ele, o mesmo respondeu:

O tempo é encarregado de muita coisa...o tempo às vezes muda que às vezes nós não temos nem assim uma noção. Às vezes a gente acha que uma coisa tá difícil que não sei o quê ... Mas o tempo é encarregado pra tudo...e foi com o tempo que eu aprendi (Antônio Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro de Facundo II, setembro de 2007).

Esse tempo, outra dimensão da realidade, que, como o espaço, leva a idéia de movimentação e mudanças.

[...] no seu interior, assenta-se a possibilidade de transformação de uma possível ‘natureza humana’, das mudanças efetivadas pelos mais adversos fenômenos espaciais, das quebras, das rupturas, das continuidades, das discontinuidades, dos sentidos da ação no seu pleno sentido (DA SILVA, 2003, p. 32).

Para Moreira (2007, p. 66): “A relação homem-meio não é só movimento temporal, mas movimento dialético de transformação recíproca de conteúdo e forma, equivalentes de tempo e espaço, porque de continuidade e discontinuidade”. Sem a compreensão da dialética espaço-tempo, as relações se tornam cristalizadas, ou seja, “a noção de arranjo espacial torna-se estática, meramente uma estrutura formal da formação econômico-social” (MOREIRA, 2007, p. 67).

O tempo do camponês, segundo Ramos (2005), está dividido pelo “ciclo da vida das coisas”, pela experiência nas visões das manifestações da natureza que acontecem no meio onde vive, que vai desde uma chuva rápida, passa pelo tempo da germinação da semente, gestação dos animais e termina na expressão “anos de uma vida”, seguindo uma lógica que pode ser evidenciada no calendário de atividades anuais, nas práticas agrícolas de quando, onde e como plantar (RAMOS, 2005).

5.1 Entre o tempo e as práticas – o camponês e as atividades anuais

Podemos mesmo fazer uma analogia com um relógio de sentimentos e significados, como pensou Ramos (2005), no qual o tempo do homem do campo difere do tempo da sociedade contemporânea, com as nossas corridas 24 horas. Perceba: o campesino tem seu ritmo de trabalho ligado aos “ciclos da natureza”, marcado pelo tempo cíclico de sucessão das estações do ano, que, em se tratando do Sertão Semi-Árido, não é garantia de boas colheitas, por conta da inconstância climática, além da possibilidade de secas.

A gente pode jurar que vai fazer chuva...ficar quente abafado...e nem chover, sabe. Mas por causa disso a gente deixa de plantar? Mas na fé e na esperança tudo dá certo. É o tempo de Deus que diz as coisas minha filha.(65 anos, parceira de Ingá de Cima, março de 2007).

Há tempo de plantar, tempo de colher, tempo de parar, de seguir, de escolher e de arriscar. Ademais, a fé insere-se em suas práticas e em suas falas. Segundo os parceiros de Ingá/Facundo, todos esses momentos seguem um movimento ligado ao tempo da natureza, constituindo, assim, um calendário de atividades anuais (QUADRO 2).

PERÍODOS DE ATIVIDADES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Semeia de culturas temporárias (milho e feijão)												
Limpeza do roçado												
Tratos culturais – pulverização com defensivos orgânicos												
Colheita do milho												
Colheita do Feijão												
Preparo da terra (broca, destoca, queimadas)												
Culturas permanentes												
Experiências para o inverno												

QUADRO 2 – Calendário de Atividades Anuais

Fonte: Dados referentes à pesquisa direta com 100% das famílias dos assentamentos, feita pela equipe técnica juntamente com um grupo de pesquisadores do INCRA, 2005. Lima (Org.), 2006-2008.

Logo, dentro dessa lógica cronológica, que está passível de modificações por conta dos ciclos naturais, pudemos observar que para os camponeses, antes do platío, o qual

ocorre entre janeiro e fevereiro, a terra é tratada de acordo com a situação na qual ela se encontra - degradada, com mata alta ou mata fina, para se plantar no toco ou fazer um campo. É dizer, se a área que será utilizada for a mesma do ano anterior, após a colheita do milho ou do feijão, entre abril e junho, as duas culturas temporárias principais, o agricultor coloca o gado no terreno para que este se alimente do que ficou no roçado. O animal também possibilitará a adubação da terra através da formação do esterco.

O que o gado deixa na terra, o *bagaço ou restolho*, bem como os tocos das plantas, os quais o animal não se alimentou, na maioria das vezes são queimados por meio da brocagem, nos meses de setembro e novembro.

Para Duque (2004), a broca faz parte do sistema intitulado “lavoura matuta”, que se caracteriza como mais uma terminologia ligada ao modo de vida camponês. A nomenclatura, em nossa concepção, faz alusão ao sistema rústico de trabalho do camponês, estando atrelado ao ideário que se criou sobre o termo "matuto", ou seja, atrasado, ultrapassado, do qual discordamos.

Vale definir que a broca, conforme os campesinos entrevistados, é feita, geralmente,

[...] quando a mata é virgem, alta, ou quando faz mais de dois anos que a área que será plantada não é utilizada. Mas num é de qualquer jeito não minha filha. A broca pra ser bem feita, pra pegar ‘tudim’ tem que ser feita do nascente pro poente³⁸. Assim...vai torando os pau, as mata, tudo dum jeito só, num sabe. Formando uma cama toda igualzinha...É um serviço devagar...num é pra fazer tudo de uma vez só não e isso tem que o cabra ter experiência, porque primeiro o cabra faz rebaixar pra só depois queimar. Mas mesmo com a broca bem feita, ficam os tocos. Mas quando ela num é bem feita e pra tirar os tocos o cabra tem que coivarar. Aí é difícil...dá muito trabalho. [...] Junta os moinho de mato que sobrou e pau e toca fogo tudo separado. Tem gente que planta mesmo com os tocos, mas o legume num dá bem, bem, por causo das raízes. Mas muita gente que faz a destoca, que é para tirar os tocos, arada e forma os campos sem toco, sem nada. Aí o legume dá que é uma beleza! (Sr. Antº Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro de Facundo II, janeiro de 2008).

Segundo o Sr. Antonio Henrique da Silva, hoje ele prefere não retirar, nem queimar o bagaço, nem a mata de capoeira, pois este material fortalece o solo. Segundo o parceleiro Francisco Davi Sampaio (Facundo III), “[...] as pessoas deviam era fazer só a destoca invés de queimar com broca, porque é a mata de capoeira que sustenta os nossos solos aqui” (Francisco Davi Sampaio, 61 anos, março de 2007).

³⁸ O vento segue o sentido: nascente (E) --> poente (W).

Após esse momento é feito o preparo do solo para receber o plantio que ocorre nas primeiras chuvas que se dão entre janeiro e fevereiro. Esse trato é feito usando-se a capinadeira (FIGURA 25).



FIGURA 25: Capinadeira – preparação do solo para semente do milho e do feijão.

Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Evidentemente, outros instrumentos ou ferramentas são necessários para a broca, coivara, destoca, plantio, limpa, colheita e pesca (QUADRO 3).

Instrumento	Função	Atividade na qual é utilizado
Alavanca	Fazer covas, buracos, cacimbas	Cavar
Canoa ou balsa	Transporte	Pesca
Capinadeira	Aradar a terra para receber as primeiras chuvas	Plantio
Carrinho de mão	Auxiliar no transporte de materiais pesados	Plantio, colheita, construção, transportar água, mercadorias
Cavador	Fazer covas, buracos	Plantio, fincar cercas, tocos e morões
Chibanca	Cortar e cavar	Plantio, arrancar tocos
Ciscador	Limpar o terreno	Antes do plantio
Cuia	Transportar as sementes, água e enxer os sacos com o produção	Colheita, plantio e uso doméstico
Enxada	Retirar o mato, cavar, abrir valas e covas	Limpa, plantio
Enxadeco	Abrir covas, cavar	Plantio e construção de casas
Espingarda	Matar animais	Caça
Esticador ou pé de bode	Esticar arame	Fazer cercas
Foice	Cortar a vegetação mais grossa e destocar	Broca, coivara
Jacá	Carga no lombo de animais	Plantio, colheita
Machado	Cortar tocos, árvores, lachar lenha, derrubar a vegetação	Uso doméstico, em construções e em roçados

Martelo	Pregar grampos	Fincar cerca com arames e grampos
Matraca (Plantadeira)	Colocar as sementes no solo	Plantio
Pá	Retirar a terra	Plantio, colheita
Peneira	Penerar areia, farinha...	Uso doméstico e em roçados
Rede	Pegar peixe	Pesca
Roçadeira manual ³⁹	Baixar o mato (corte do capim)	Limpar a terra antes do plantio
Silo	Armazenar e conservar sementes	Usado após a colheita
Tiracolo (sacola)	Colocar sementes para o plantio ou colocar o que foi plantado	Plantio e colheita
Vara de pescar	Pegar peixe	Pesca

QUADRO 3 – Lista de instrumentos utilizados pelo camponês de Ingá/Facundo
 Fonte: Pesquisa direta. Lima (Org.), 2006-2008

Frizamos que nem todos os camponeses parceiros de Ingá/Facundo plantam quando começa o período de chuvas. Exemplo é o Sr. José Cosme Filho, conhecido como Ozéias, parceiro de Facundo II. Para ele,

[...] vida de agricultor é arriscar. Quem trabalha em roça é assim mesmo...no risco. Então eu plantei e sempre planto no seco⁴⁰ e sempre dá, mesmo que pouquinho (risos). E eu trabalho é só. Nunca gostei de trabalhar mais ninguém, não.(José Cosme Filho, 60 anos, parceiro de Facundo II, janeiro de 2008).

Entretanto, chamamos atenção para um detalhe: Ele *planta no seco*, como o mesmo destacou, e quando foi indagado sobre o uso de alguma experiência, para saber se haverá bom inverno, sua resposta foi: “ *Minha experiência é a fé em Deus, é ele quem me ilumina pra que tudo dê certo*”. O homem do campo se firma na esperança de chuvas pedindo a uma força maior para que elas reguem a terra e não tenham que vivenciar o período de adversidade ocasionado pelas secas.

No entanto, o que o Sr. José Cosme Filho deixa claro é que considera “*uma coisa*”, por ele assim chamada, para saber se irá chover ou não: é observar se são formadas torres amarelas no nascente e no poente num fim de tarde de dezembro ou janeiro. Indissociavelmente está a observação da natureza para organizar a sua produção. É com base em representações, mitos e “*experiências*”, ou *observação da natureza* e até mesmo *profetização dos fenômenos das chuvas*, consideradas por Taddei (2006) como “tradições de messianismo na Região Nordeste, e do poder incontestado da simbologia religiosa dentro da

³⁹ Esse instrumento era mais usado quando se plantava algodão (década de 1960 a 1970). Hoje, poucos parceiros a utilizam.

⁴⁰ Plantar no seco é referente ao período que ainda não houve chuva (Dezembro).

forma como a população vivencia o meio ambiente, uma relação marcada pela forte sensação de ansiedade” (TADDEI, 2006, p. 5), que possibilitam ao camponês estabelecer relação com a natureza.

Ainda sobre a questão do tempo, e tendo a consciência de que o camponês tem claro em seu modo de vida que tudo requer um momento, afirmamos que o tempo é o regente da apropriação dos recursos no espaço social do assentamento e da vida camponesa. Tal afirmação comunga com a idéia de Carvalho (2005), o qual coloca que o camponês tem como uma de suas características a apropriação dos recursos, definidos em seu texto como ‘naturais’. Isso se dá porque é da natureza que ele retira o "sustento da sua família e é ela que dá as nossas condições de trabalho” (Francisco Davi Sampaio, 61 anos, maio de 2006). Essa lógica é que garantirá a sua reprodução, na qual ele emprega mão-de-obra familiar.

Nesse contexto, a organização do trabalho essencialmente individual de Ingá/Facundo resultante da sua própria configuração parcelar, apresenta uma divisão do trabalho familiar, na qual os filhos (pequenos), as filhas e a esposa ajudam desde a sementeira até a colheita, sendo que as atividades como broca, coivara e limpa em Ingá/Facundo são realizadas, principalmente, pelos homens adultos, por serem atividades mais árduas e que requerem maior força para sua realização.

Mesmo sendo trabalhos mais pesados, conhecemos mulheres que os desempenham, como a Sr^a Martinha Pereira Batista (48 anos, agregada, Facundo III, janeiro de 2008): “nas minhas *tarefinhas* tudo ajudam... as meninas ajudam. Eu até botei uma *tarefa* de fava lá no Baixio, tem também uma área aqui vizinha e eu planto umas verduras aqui do lado... mas tudo ajudam”. Frizamos que o período de plantio da fava é o mesmo do milho e do feijão, no entanto, essa cultura temporária, sujeita a replantio após cada colheita, demora mais para se desenvolver, ocorrendo a sua safra somente em junho ou julho.

O parceleiro Antônio Henrique da Silva (67 anos, parceleiro, Facundo II) e a Sr^a. Maria Leide Simão (48 anos, esposa do parceleiro, Facundo II), rememorando a década de 1970 e 1980, destacaram:

Ali quando amanhecia o dia e o pai levantava, a mãe ia fazer o café, ajeitar...aí aquela família, do tamanho que fosse, aquilo ali o pai ia na frente e a família acompanhava atrás [...] As vezes até as mulheres iam. Muitas das vezes as mulheres iam para colher, pra plantar o feijão, pra ajeitar... iam tudo... ficava, uma, duas, três na casa e o resto acompanhava.[...] cada família criava dentro daquele sistema. Aí ficava o rapaz, ficava a moça casavam, mas a ordem era do pai da mãe. Ali o que o pai e a mãe dissessem, mesmo eles já tendo família era ordem do pai da mãe! E se ‘costumavam’ naquele ritmo, naquele sistema... aí era tranquilo e calmo. E todo mundo vivia feliz![...] e desde a gente pequeno eles explicavam pra nós! Ali aprendendo como é que broca, como é e cavava, fazia cerca... como fazia

tudo...coivará... (Antônio Henrique da Silva, 67 anos, parceiro de Facundo II, setembro de 2007).

[...] às vezes até eu ia. Minha mãe me levava bem pequenininha, e chegava lá e armavam uma rede de baixo para de manga e iam trabalhar... levavam um outro pequeno e às vezes eu ia para balançar, levavam panela com a comida e faziam uma "treta" (*trempe*) no meio do mato... minha mãe fez isso eu acredito que a sua mãe também fez Henrique. (Maria Leite Simão, 45 anos, parceira de Facundo II, setembro de 2007)

As famílias dividiam-se para ajudar nas atividades, sendo que uma parte ficava em casa com os menores e outra seguia com o homem (chefe da família) para a roça. No período da colheita, momento que era preciso mais ajuda, as famílias levavam até os bebês e lá armavam redes ou *cangas* entre as árvores de angico e aroeira para as crianças ficarem, enquanto eles trabalhavam e cozinhavam o feijão em uma fogueira, o qual seria comido com farinha no almoço.

Hoje não são todos os membros da família que vão para a roça. Não se vêem mais aquelas prossições com panelas e meninos pequenos acompanhando o homem para a *lida*. Mesmo assim, as mulheres e os filhos ainda auxiliam nas atividades de semente e colheita, como falado anteriormente (FIGURA 26), mas não como no período que antecedeu a imissão de posse, e isso é sentido nas falas dos mais idosos, a exemplo de uma parceira (2007) que proferiu a seguinte afirmação: “Tem que ser é todo mundo ajudado. As *mulher* tudo indo plantar se não a gente não come” (risos). (Parceira de Ingá de Cima, 68 anos, março de 2007).



FIGURA 26: Plantio em Facundo II – esposa e marido plantando feijão variedade – Ligeiro – em uma roça solteira
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Destacamos que, quando dormíamos no assentamento, víamos o Sr. Henrique Martins acordar o neto Isac Ferreira (8 anos) muito cedo para ajudar na ordenha das vacas, ou para prender um garrote, pegar ovos, *dar o de comer pras galinhas* e fazer algum favor para o avô, o quem o menino franzino e falante chama de pai, por ter sido criado por ele desde os 5 meses de vida. A criança, mesmo matriculada na escola no turno da tarde, auxilia nos trabalhos de plantio, limpeza e irrigação dos roçados, e tal registro é comum de ser identificado no assentamento.

No início do ano, é normal observarmos os homens abrindo as covas nos lastros (roças solteiras) ou entre as carreiras consorciadas (milho e feijão), enquanto as crianças seguem atrás com as sementes dentro de um *tiracolo*, bacias ou em uma cuia. No período de abril a junho, a mesma imagem se repete na época da colheita, como se observássemos um quadro pintado em marrom, amarelo e cinza, no qual cada cor representa a vegetação da caatinga, próxima ao roçado iluminado pelo sol e à espera da chuva tão almejada pelo homem do campo, porque nesse período do ano elas já começam a *escassear*.

Os *quefazeres* não param por aí, pois, após a colheita, é momento de empaiolar o milho, ou seja, colocar as espigas umas sobre as outras para secarem e posteriormente serem tirados os caroços (debulhar) no quartinho do lado da casa. É comum encontrarmos um cômodo construído em cada casa com essa finalidade. Nele, os camponeses guardam as sementes em garrafas de plástico, as ferramentas e o que é colhido, além de servir como local de socialização, visto que as mulheres e as crianças debulham o milho e tiram o feijão das vagens sentados ao chão, conversando.

Segundo alguns parceiros, o cômodo anexado à casa foi, “[...] por muitos anos, para dar dormida pra *‘queles’* que passavam na estrada e pediam uma tronco para armar sua rede por uma noite... só porque tavam de passagem” (parceiro de Ingá de Cima, 58 anos, março de 2007).

No segundo semestre do ano, período da estiagem, as atividades se concentram mais na criação e práticas para o trato da área que receberá o novo roçado. Segundo Maria Valdilene Martins da Silva (32 anos), a única filha do Sr. Antônio Henrique da Silva, como acontece com Isac (8 anos), ocorreu com seus nove irmãos. Todos acordavam cedo para ajudar nos trabalhos da parcela, comprovando, assim, que a história se repete.

O parceiro de Ingá de Baixo, Otávio Torquato Ferreira, relatou-nos também como era o sistema para ajudar o seu pai:

Eu sempre observava. Ia pra roça mais ele, quando eu num sabia plantar ele cavava e eu colocava o milho dentro da cova. Ele dizia: - Bote tantos caroços só. Aí eu botava

e as vezes ele ia observar pra ver se eu tava botando o tanto que ele tava mandando. Quando eu fiquei 'maiorzinho' eu botava os caroços e eu mesmo entupia a cova com o pé. E assim por diante... Foi dessa maneira que eu aprendi a trabalhar e eu, quando a gente nasce com a inclinação aquilo já é a maior lição, você parece que aprende com a maior facilidade. Eu tinha vocação por roça e tudo de roça eu podia fazer que eu sempre entendia de pressa como é que dava certo fazer. Assim passei pros meus filhos que ficaram por aqui e esses tão passando pros filhos deles... (Otávio Torquato Ferreira, 80 anos, parceleiro de Ingá de Baixo, setembro de 2007).

Destacamos que, no assentamento, mesmo quando os filhos se casam e passam a viver como agregados na parcela do pai, como é o caso de dois dos nove filhos do Sr. Antônio Henrique da Silva (Facundo II); ou vão morar na cidade de Parambu, como é o exemplo de Carlos Miguel de Oliveira (37 anos, agente do STTR - Parambu), filho da Sr^a. Maria Alexandrina de Oliveira (55 anos, delegada sindical do assentamento, Facundo I); ainda assim, continuam ajudando na lida ou fazem seus próprios roçados na propriedade, 'seguindo' o calendário das atividades. Essas práticas em Ingá/Facundo caracterizam os camponeses como produtores livres (autônomos) que, para manter sua sobrevivência, desenvolvem laços de solidariedade que podem ser de "parentesco ou de vizinhança" (os laços mais primários) e que os levam a constituir uma "comunidade" com vistas a defender a sua permanência e reprodução numa mesma área, traduzidas pelo apego à terra, sendo esta a "marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu 'cuidado com o ambiente'" (CARVALHO, H., 2005, p. 94).

A música *Facundo* (QUADRO 4), do camponês e agente sindical Carlos Miguel de Oliveira (47 anos), confirma o sentimento de pertencimento e apego à terra, mesmo quando o filho não mora necessariamente na parcela, mas continua a estabelecer laços com a área em que nasceu e com a sua família.

Facundo

A minha terra querida
Onde vivi minha vida
É Facundo nada mais...
Foi lá onde eu nasci,
E aonde eu cresci,
Na imensidão da paz.

A terra foi partilhada e está bem ocupada
Com o povo trabalhador
Sempre vive na união
Sempre vive em comunhão
É um povo acolhedor

Meu Facundo
Eu nunca vou te esquecer
Eu gosto tanto de você
Organizado e correto
Mesmo que
Eu vá um pouco pra fora
Mas tenho que voltar embora
Pois sempre estou aqui perto

(Carlos Miguel, nascido em
Facundo, STTR – Parambu,
setembro de 2007).

QUADRO 4 – Música “Facundo”

Fonte: Pesquisa direta. Lima (Org.), 2007

Esse apego e valorização à área por parte dos sujeitos que participaram do processo de luta pela desapropriação é evidenciado em diversos estudos sobre conflitos por acesso à terra em assentamentos no Ceará, entre eles: Japuara (Canindé), Monte Castelo (Choró), Palmares (Crateús), Vitória (Itatira), Jacurutu (Canindé), entre outros casos.

O que constatamos é que, ao passo que os sujeitos participam do processo de desapropriação e acesso, a propriedade passa a ser apreendida em uma perspectiva mais significativa para os que conseguiram sua parcela de terra ou ainda quando se dá o direito de posse, como bem afirmou Bernadete Castro Oliveira (2001 b). Para a autora, envolta às regras do direito costumeiro, as práticas sociais permitiram a apropriação de matas, águas e terras, mostrando uma legitimidade que é expressa numa jurisprudência camponesa, na qual se podem identificar dois eixos sempre presentes que orientam tais práticas: os laços de descendência e os laços de territorialidade. Tais laços são evidenciados nas práticas culturais, em que muitos preservam os ensinamentos dos avós e dos pais até no ato de plantar.

Segundo os parceiros, o plantio é feito, na maioria das parcelas, em consórcio, sendo a forma mais comum⁴¹: uma carreira é de milho e outra de feijão, plantados entre os meses de janeiro e fevereiro (FIGURA 27).

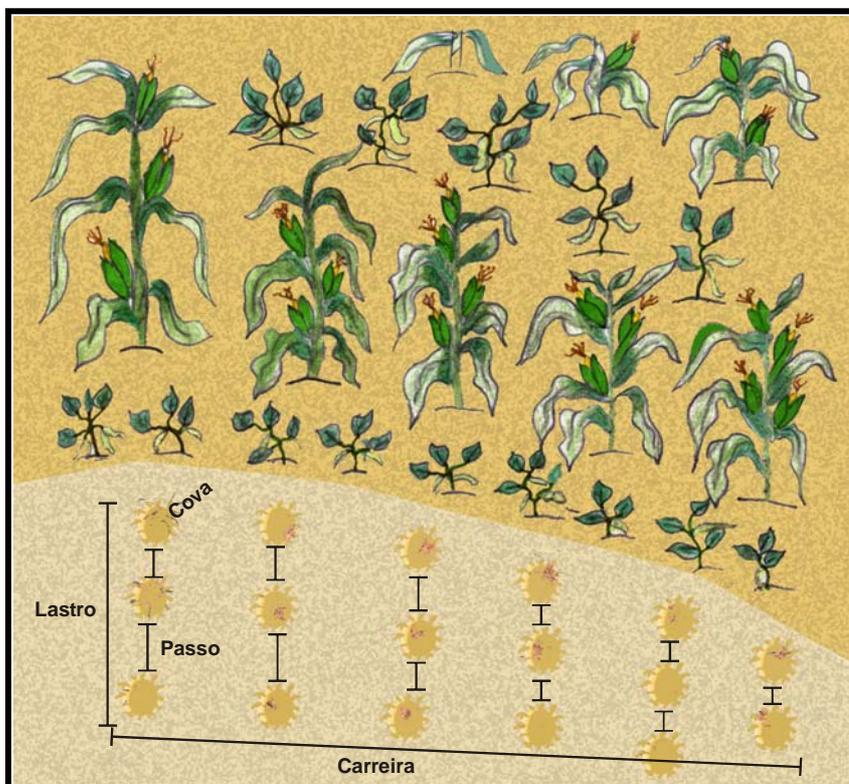


FIGURA 27: Croqui de uma plantação consorciada – milho e feijão
Fonte: Lima, 2008 (Org.).

Observe que uma carreira é a linha vertical ou horizontal que tem sua dimensão dependendo do tamanho do roçado do agricultor, considerando se esse irá plantar por *hectare* ou por *tarefa*⁴². É na carreira onde se planta a semente. Nela são feitas as covas para serem colocada de três a quatro sementes (milho ou feijão), as quais ficam afastadas a uma distância de um palmo (cerca de 22 cm) e uma chave (cerca de 18 cm), ou seja, 40 centímetros. Tais covas são feitas com uma enxada ou com uma matraca (plantadeira) – instrumentos que podem ser vistos nas Figuras 28 e 29, perfazendo um total de aproximadamente 8 cm de profundidade.

⁴¹ Outra forma de consórcio é organizada por: duas carreiras de milho, seguidos por duas de feijão.

⁴² Uma *tarefa* equivale a 3,3 hectares, sendo que 1 hectare é igual a 100 m²



FIGURA 28: Enxada com cabo de marmeleiro.
Fonte: Lima, janeiro de 2008



FIGURA 29: Matraca (plantadeira)
Fonte: Lima, janeiro de 2008

O espaço entre duas carreiras é chamado de passo, e a distância entre eles condiz a um total de quatro palmos e meio, o que é equivalente a 1 metro de largura. Vale dizer que quando um hectare ou uma tarefa são plantados somente com uma cultura, fala-se aqui em culturas temporárias, chamada também de plantação solteira, o conjunto de carreiras é chamado de lastro (VER FIGURA 27).

Acrescentamos a essas explicações que os roçados onde serão feitas as carreiras de milho e feijão podem ser em áreas de *plantio em campos* (FIGURA 30), o qual consiste em um terreno onde foi feito todo o processo de destoca e aradagem, por trator ou capinadeira, para receber as chuvas e a semente; ou *plantio no toco*, que é um terreno do qual não foi tirado o bagaço nem os tocos das plantas.



FIGURA 30: Área de plantio em campo, aradada com capinadeira – Facundo I
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Para os camponeses é melhor plantar em *campo*, pois não há presença de raízes que podem impedir o desenvolvimento dos legumes. No entanto, é preciso um maior dispêndio de trabalho, inclusive a utilização, por vezes, do trator para cortar a terra (aradar).

A Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo - APPIF (FIGURA 31) possui, atualmente, 118 sócios, dos quais 57 são parceleiros (57,5%) e 61 são agregados (33,70%) (dezembro de 2007). Ou seja, existem no assentamento 99 parceleiros e 181 agregados.



FIGURA 31: Associação dos Pequenos Produtores de Ingá/Facundo – APPIF
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Consideremos o fato de existirem 102 parcelas no assentamento, sendo que duas foram vendidas e uma foi repartida em lotes. Essa última consiste na Vila principal do assentamento, a qual está localizada em Facundo III (FIGURA 32).

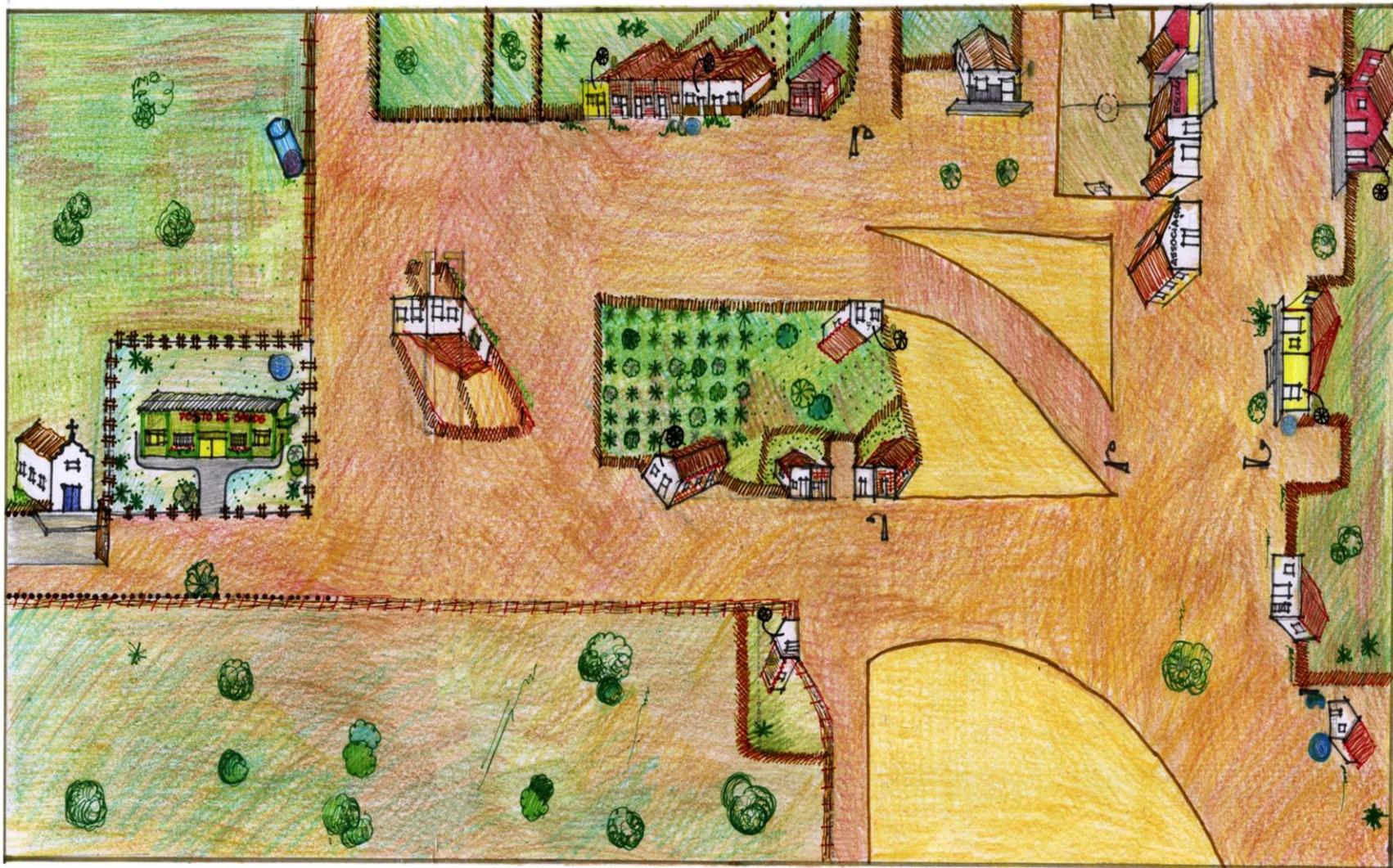
Conforme o atual presidente – José Gomes de Andrade, eleito em 30 de dezembro de 2007, este número é pequeno diante do total de parceleiros da área.

Na ocasião da Reunião, foi tratada a questão do corte de terras (aradação) com o uso do trator da Associação. Vale colocar que, antes da chegada desse equipamento, os parceleiros aradavam a terra somente com o uso da capinadeira. Podemos ressaltar que poucos se utilizam do trator do assentamento, por conta do custo de R\$ 45,00 a hora de trabalho com este equipamento e devido a existência de áreas que não têm dimensões suficientes para a utilização de tal equipamento, além da existência de terrenos que não são propícios para formação de campos, por conta da existência de rochas expostas.

Destacamos que, devido às secas periódicas e estacionais, o Governo tem distribuído sementes híbridas de milho e variedades de feijão ligeiro no período de janeiro e

fevereiro para os agricultores, com o objetivo de estes conseguirem uma maior produção com a chegada do período de estiagem. Trata-se do Programa “Hora de Plantar⁴³”.

43 Criado no Governo de Ciro Gomes, o Programa Hora de Plantar é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e executado pela EMATERCE, que, além de distribuir as sementes, presta assistência técnica (ATER) aos beneficiários do programa. A ação de distribuição ocorre durante os meses de fevereiro e março para os pequenos produtores ligados ao Programa Hora de Plantar. Vale dizer que o agricultor pagará 50% do valor das sementes até o final de mês de outubro do ano que efetivou a retirada das sementes.



LEGENDA	
	ÁRVORES
	TELEFONE PÚBLICO
	POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
	CISTERNA DE PLACA
	CERCAS
	CAIXA DA ADUTORA
	ANTENA PARABÓLICA
	IGREJA



Vila Principal do Assentamento Ingá/Facundo Parambu/CE

DAAD
Deutscher Akademischer Austausch Dienst
Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico



<p>Figura 32</p>	Orientanda: Anna Érika Ferreira Lima
	Orientador: Dr. José Levi Furtado Sampaio
	Fonte: Pesquisa Direta (2008)

Auto: Anna Érika Ferreira Lima e Silvana Evangelina de Melo Lima

Diferente da semente comum (milho variedade), a qual “se pode tirar safra em três meses”, como afirmou o técnico agrícola da Secretaria de Agricultura – Parambu (janeiro de 2008), a semente híbrida pode ser colhida em 2 meses. Segundo Antônio Henrique da Silva (67 anos, Facundo II, janeiro de 2008), a safra do *milho híbrido* é menor que a do *milho variedade* (ou comum), cuja espiga cresce mais e pode ser plantada consorciada. Dessa forma, segundo o parceleiro, perde-se bastante em forragem para os animais (gado, galinhas, capotes e porcos) e para o consumo também. Entre as espécies ou *variedades* de milho e feijão plantadas em Ingá/Facundo, tem-se (QUADRO 5):

Milho	Feijão
Híbrido	Ligeiro
Comum (<i>variedade</i>)	Canapum Grande
Posto Rico	Sant’Inácio ⁴⁴
Massa	Pitiúba ¹⁰

QUADRO 5 – Variedades de milho e feijão plantadas em Ingá/Facundo
 Fonte: Pesquisa direta entre os camponeses. Lima (Org.), 2006-2008.

Sobre os tratos culturais, como a pulverização e controle de insetos com defensivos orgânicos, estes são realizados entre os meses de fevereiro a abril. Conforme os parceleiros e agregados, pudemos perceber no assentamento a utilização do óleo do nim. Tal uso só veio ocorrer em meados da década de 1990, com informações proporcionadas por técnicos agrícolas do STTR - Parambu, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da ADECOMP e da Secretaria de Agricultura - Parambu.

Encontramos parcelas que desenvolvem o plantio de plantas repelentes de insetos como o angico (repele lagartas e mosquitos), mastruço (repele insetos em geral), hortelã (afasta formigas, ratos), plantas com flores (afastam abelhas, gafanhotos...), além de surgirem no terreno plantas como a urtiga que repele percevejos.

No entanto, o que mais constatamos entre as parcelas foi o uso da mistura de sabão em pó com diesel para combater pragas como lagarta e pulgões. Frizamos que esses camponeses que se utilizam desse último defensivo sabem dos malefícios de se alimentar com legumes, frutas e hortaliças que foram pulverizadas com essa mistura.

Minha ‘Fía’ eu uso mesmo é o sabão com o dísel, num sabe. Mas eu sei que é ruim se alimentar com essas coisas em cima da planta, mas tô escutando que dá pra usar o

⁴⁴ Ideal para plantar em área de Baixio (ou Vazante).

‘nim’, o fumo...pra matar a lagarta, o ‘purgão’...” (Martinha Pereira Batista, 48 anos, agregada em Facundo III, janeiro de 2008).

Como se pôde perceber por meio da transcrita entrevista, os camponeses parceiros já têm buscado outras possibilidades de substituição desse defensivo agrícola. No entanto, ao passo que falamos com sujeitos que estão dispostos a substituir práticas que agridem as culturas agrícolas por técnicas que podem levar a uma melhoria, também encontramos camponeses que resistem à utilização de produtos da natureza para combater os insetos e pragas que atacam as roças por acharem, principalmente, que estes são “venenos fracos”.

Segundo um camponês de Ingá de Cima (58 anos, março de 2007), sobre a utilização de defensivos orgânicos à base de plantas encontradas no sertão, “tem gente que tem olho atrás... não se abre pras melhoras. São desconfiados e querem logo tudo pra já. Pro imediato...”

Segundo o Sr. Antônio Henrique da Silva (Facundo II), a idéia de um defensivo orgânico causou-lhe “estranhamento” inicialmente, por não imaginar que poderia surtir efeito, pois o mesmo estava acostumado a usar venenos mais fortes e que os resultados eram rápidos.

[...] quando me falaram desse óleo de ‘nim’ eu num botei fé logo não. Mas com uns quatro dias já fui vendo que o ‘purgão’ tava morrendo. Depois fui aplicando a mistura só nas partes mais sérias e depois acabou foi tudo. O negócio era bom mesmo (Antônio Henrique da Silva, 67 anos, parceiro de Facundo II, setembro de 2007).

A pulverização sempre ocorre após o período de limpa entre fevereiro e março, ou quando surge alguma praga que esteja prejudicando o roçado. Para que seja feita a limpa, o agricultor espera cerca de quinze dias depois do *legume brotar*. Essa técnica consiste na retirada dos matos que nascem em torno às plantas de milho e feijão com a utilização, principalmente, de enxada. O roço ou o corte do mato entre as fileiras da cultura já é uma operação praticada pelo camponês e também tem por fim “revestir o solo de camada verde para sombreá-lo e esfriá-lo economizando matéria orgânica e proporcionando-lhe humos com resíduos das espécies cortadas” (DUQUE, 2004, p.77).

No que tange às culturas (lavouras) permanentes, as quais proporcionam várias safras sem serem replantadas, estas precisam de mais água que as culturas temporárias. São exemplos em Ingá/Facundo: acerola, ata, banana, cajarana, carambola, coco, manga, mamão entre outras. Acrescentamos que, devido às áreas que são plantadas apresentarem solos

melhores ou serem áreas de Baixios, as plantas que são cultivadas podem ser colhidas durante todo o ano, de acordo com a safra referente a cada lavoura.

Culturas Permanentes (Nome popular)	Período de Produção
Acerola	Ano todo
Ata	Janeiro e Março Julho e Agosto
Bananeira	Ano todo
Cajarana	Março a Maio
Carambola	Ano todo
Coco	Ano todo
Goiabeira	Outubro e Novembro Fevereiro e Março
Graviola	Março e Abril
Laranjeira	Ano todo (Outubro a Março)
Lima	Ano todo (Outubro a Março)
Limoeiro	Ano todo (Outubro a Março)
Mamoeiro	Ano todo
Mangueira	Outubro a Fevereiro
Maracujá	Fevereiro e Março
Tangerina*	Ano todo (Outubro a Março)

QUADRO 6 – Calendário de Culturas Permanentes em Ingá/Facundo.

Fonte: Pesquisa direta. Lima (Org.), 2006-2008

Algumas culturas permanentes são mais resistentes e também podem ser plantadas em solos mais pobres, como é o caso da laranja e da tangerina, mas, havendo água para serem irrigadas, não há problema para sua produção. Essas seguem a mesma lógica das culturas temporárias, no que se refere à limpa, tratos culturais e colheita.

Seria inevitável não fazer o seguinte questionamento: Mas o camponês parceleiro de Ingá/Facundo se alimenta somente das culturas produzidas no assentamento, em especial do milho e do feijão? A resposta, indiscutivelmente, é não. Posto que o hábito de consumo familiar é determinado por *fatores internos* – preferências subjetivas e objetivas adquiridas pelo processo de socialização cotidiana –, e *fatores externos* à família, que seriam, esses últimos, constituídos a partir da *moda* de consumo ditados pelos meios de comunicação de massa e pelos valores consumistas que dominam a sociedade (CARVALHO, H., 2005).

Assim,

[...] pode-se supor que as famílias camponesas, em maior ou menor grau de intensidade e diversidade, adotaram uma matriz de consumo, amplo senso,

típicamente urbana. Isso quer dizer, por exemplo, que os itens que compõem a dieta alimentar dessa população rural obedecem àqueles valores de consumo induzidos pelos meios de comunicação de massa, em especial a televisão. (CARVALHO, H., 2005, p.191)

Tal afirmação comunga com o que observamos em maior ou menor escala em algumas parcelas do assentamento, principalmente nas casas que têm jovens, que são os mais susceptíveis aos meios de comunicação, nas quais produtos industrializados sempre são encontrados. Logo, observamos que produtos como gordura de porco e de boi têm sido substituídos por óleos; ou mesmo o milho pisado no pilão tem perdido espaço para os saquinhos de *Vitamilho*; ademais, percebemos que o pão produzido a partir da farinha de mandioca ficou no esquecimento, porque é comum encontrar padarias e mercearias pelo Município e no assentamento.

Muitos camponeses parceiros, até antes da construção das estradas, fato que só foi iniciado a partir da década de 1970, viviam, fundamentalmente, do que era produzido e encontrado em Ingá/Facundo. Para um dos parceiros de Ingá de Cima (58 anos, março de 2007), “[...] era assim, a gente era do mundo, mas não fazia parte do mundo”. Fazendo referência ao fato de muitas coisas terem mudado com a ampliação dos meios de transporte rodoviário, principalmente os carros de horário e motos, além do aumento da utilização dos meios de comunicação no Município (rádio e televisão).

Observem como era a alimentação no período de seca, antes da instauração do assentamento:

No período de seca era como eu já falei. A gente escapava na mata, através das abelhas, da caça, escapavam...não tinha negócio de Emergência não... era mesmo as plantas daqui que davam o sustento. Lógico que muito mudou hoje em dia, mas é das plantas que a gente e também os animais consegue escapar também. A não ser aqueles fazendeiros daquele tempo mais pra trás...que tinha aqueles Feitosas...umas pessoas de condição, uns que eles comandavam e a ordem era deles...ali às vezes eles davam um empreguinho, aquele pessoal que morava ali e faziam aqueles serviços deles e ganhando uma ‘mixaria’. E escapavam todo mundo...E daí pra cá as coisas vem mudando, vem mudando...e hoje ta na maneira que tá...hoje em dia pelo menos o pobre hoje se ele trabalha, se ele tem qualquer emprego, pelo menos ele se alimenta melhor que naquele período, porque naquele período era muito mais difícil. (Antônio Henrique da Silva, 67 anos, Facundo II, setembro de 2007)

Frizamos que as mudanças nos hábitos alimentares não descaracterizam o modo de vida camponês, posto que a sua essência se fundamenta na reprodução familiar, nas relações de trabalho parentais e na eficiência reprodutiva.

Para adquirir gêneros alimentícios, que diferem daqueles produzidos no assentamento, conforme os entrevistados, é importante vender sua produção em feiras livres e por vezes a comerciantes de Parambu. É o que o Sr. Edmilson Calixto, conhecido como

“Didi” (28 anos, Parambu) destacou ao ser questionado durante a **III Etapa do Curso de Formação anual da CPT-CE**, em julho de 2007 - Mundaú - Ceará, sobre o interesse do camponês em se inserir no mercado.

O interesse do camponês é de ter uma soberania alimentar, onde ele planta e produz para o consumo da família e o que sobra ele dispõe para o mercado. Ele não tem visão capitalista do lucro. Acima de tudo ele almeja os pequenos bens de consumo para que possa melhorar a qualidade de vida da família. Por exemplo, o camponês que antes andava a cavalo quer ter uma moto (Edmilson Calixto, agente da CPT em Parambu, julho de 2007).

Em Ingá/Facundo, percebemos que toda a produção por parcela (milho, feijão, frutas, verduras, leite, ovos) tem o objetivo principal de autoconsumo, mas em nenhuma delas as pessoas se alimentam somente desses produtos. Eles são os principais, mas não são os únicos. Ou seja, auxiliam na dieta alimentar das famílias, além de serem vendidos para que seus rendimentos possibilitem, mesmo que em pequena escala, a aquisição dos demais produtos, principalmente os olerícolas, as proteínas de origem animal e os carboidratos, vindo a confirmar o que H. M. de Carvalho (2005) bem destacou em seu texto “Repensando o Referencial Teórico do Camponês”, quando fala sobre a matriz de consumo do modo de vida camponês que está ligado aos *hábitos de consumo familiar* e ao seu *padrão reprodutivo*. Afirma que este

[...] envolve uma certa configuração da distribuição do trabalho por um conjunto de atividades, cujos resultados entram direta ou indiretamente no processo produtivo - na forma de meios de produção - ou reprodutivo - na forma de meios de consumo. (CARVALHO, H., 2005, p. 185).

No entanto, mesmo diante dessas transformações na sociedade que repercutiram na geração de novas necessidades alimentares, fica clara a preferência do homem do campo pelo que é produzido na terra por sua família, por seus parentes. As mães e os pais deixam o legado do conhecimento sobre como plantar, como colher, como cozinhar e para quê pode ser utilizado cada recurso que é encontrado no assentamento.

Meu pai contava assim: - Minha filha quando vocês forem crescendo eu vou passando essa lição pra vocês para irem aprendendo e nunca esquecer. Aí nós as vezes, sentava tudinho assim e aí contava [...]. Meus pais eram agricultores. Nunca conheceram um serviço de carteira assinada. Morreram dentro da agricultura. [...] Eles que me ensinaram a lidar com a terra. Meu pai ele era pai de 9 filhos. Só tinha só o filho mais velho era homem e o resto era tudo mulher. Lá pro final que veio nascer 3 filhos homem novamente. E aí quem era os homens da roça eram nós pra poder curar os mais pequenos. Aí que a agricultura foi se valorizando, [...]. E é isso mesmo que a gente foi aprendendo, que se a gente fizesse igual ao que ele tinha feito nós também subia de vida igual a ele (Maria Alexandrina de Oliveira, 55 anos, Delegada Sindical de Ingá/Facundo, Facundo I, setembro de 2007).

A partir desses laços, se procedem os ensinamentos e, logo, a cultura se expressa nas práticas de apropriação dos recursos. O termo *apropriação* caracteriza-se como as formas de uso e propriedade da terra, a partir da trajetória de vida dos camponeses (CARVALHO, H., 2005). As formas de apropriação desses recursos, que podem ser a água, o solo, a vegetação e os animais, apresentam uma dinamicidade no tempo e no espaço; mesmo que muitas tenham sofrido influências externas ao ambiente camponês. Mas é relevante a resistência camponesa sobre essas formas de desconfiguração dos seus costumes, que objetivam, principalmente, a utilização da mão-de-obra dessas comunidades, comercialização da sua produção a preços mínimos no mercado e a privatização de suas terras.

A resistência aos arranjos capitalistas é expressa “[...] por uma extensa teia de relações de parentesco, de compadrio e de ajuda mútua, bem como pela aceitação compartilhada de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal” (DIEGUES, 2002, p. 408).

Essa resistência, da qual falamos, é evidenciada neste espaço social como algo natural, reflexo de sua cultura e própria organização, em que a família é a base da constituição e reprodução do modo de vida campesino, que visa a soberania alimentar, a superação dos problemas camponeses, diferentemente do sistema capitalista, que objetiva a acumulação para maximizar os lucros. A unidade camponesa, como falamos no Capítulo 4, “acumula para tornar mais eficiente a reprodução” (CARVALHO, H., 2005, p.183).

Nesse sentido, os recursos, tomados aqui como um conceito que se encontra na interface entre processos sociais e naturais, resultam de um olhar lançado pelos homens sobre seu meio biofísico, olhar esse orientado pelas suas “[...] necessidades, seus conhecimentos e seu *savoir faire*” (GODARD, 2002, p. 205).

Acerca dos *recursos*, Raffestin (1993) afirma que esse é o produto de uma relação que pode evoluir constantemente, seu número de propriedades corresponde às técnicas disponíveis e ao interesse do processo produtivo. Ou seja, este é o produto de uma relação. Para o autor, o recurso só existe em função de uma prática representada, “[...] trata-se de uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-econômica dos recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 225).

Para Patterson (1975), algo só se torna recurso quando a população humana se encontra em situação de se beneficiar dos mesmos, ou ainda, “o valor de recurso de um objeto natural depende da descoberta ou ampliação de sua utilidade” (PATTERSON, 1975, p.19).

Assim, o recurso refere-se a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também, e, como já dizia Paterson (1975),

[...] só se torna recurso quando a população humana se encontra em situação de se beneficiar dela; isto é, quando o homem usa as mãos para cavar cortar ou cultivar, a inteligência para conceber usos para objetos naturais e equipamentos para converter esses objetos e uma forma em que não tem uso para o homem numa forma que contribua para seu sustento (p. 19).

No Sertão Semi-Árido, devido às secas, muitos recursos foram descobertos e/ou ampliada a utilização, com vistas a diminuir a fome e a sede do sertanejo.

No período de seca era como eu já falei. A gente escapava na mata, através das abelhas, da caça, escapavam...não tinha negócio de Emergência não...era mesmo as plantas daqui que davam o sustento. Lógico que muito mudou hoje em dia, mas é das plantas que a gente e também os animais consegue escapar também (Sr. Antônio Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro de Facundo III, setembro de 2007).

A caatinga, os animais encontrados no assentamento, as estratégias de captação de água, as experiências para saber se haverá um bom inverno fazem parte do universo rico e complexo do camponês sertanejo, que vê a natureza como meio, condição e possibilidade de vida, como pudemos perceber na fala de camponeses como o Sr. Antônio Henrique da Silva. Não há desassociação entre a diversidade dos aspectos culturais do homem do campo e a natureza; e “[...] qualquer comunidade pode decidir, num dado momento do tempo, quais de seus recursos utilizarem e a que ritmo” (PATTERSON, 1975, p. 20).

Para Ramos (2005, p. 32),

[...] entender a lógica da mulher e do homem do campo no seu convívio no dia-a-dia com os animais, natureza, crenças e valores é um desafio que há muito tem que se refletir para entender como eles agem e reagem diante das situações da vida.

As relações entre os camponeses parceleiros e agregados estão inseridas na construção cultural da sociedade, a qual se expressa desde o mutirão de trabalho para a construção de casas, capinagem e na colheita, como nas trocas de informações de como tratar os animais, o solo, a lavoura e na própria divisão do trabalho (SANTOS, 2003) na sua parcela do assentamento.

5.2 A caatinga e os mistérios que a envolvem – a extração das madeiras e o uso para a cura

A biodiversidade existente no Sertão Semi-Árido, ou seja, o conjunto de todos os seres vivos, desde os microrganismos até os grandes animais e plantas em seus respectivos ecossistemas (MENDES, 1995), possibilita uma gama expressiva de recursos dos mais importantes para o homem do campo. Assim, nesses ambientes, são encontradas matérias-primas essenciais que podem ser usadas como fontes de alimentação, medicamentos e outros produtos que têm auxiliado na sobrevivência e produção de emprego e renda dos sujeitos que vivem nesses espaços sociais. Podemos citar: a cera e a palha da carnaúba; o caju e a castanha; a carne e o couro do gado, entre outros.

Não obstante a essas possibilidades de recursos, está a caatinga. Essa vegetação é o que podemos chamar de sustentáculo da vida campesina, posto que ela, desde as primeiras secas registradas, proporcionou alimentação para o homem do campo, evitando que esse padecesse de fome.

O Sr. Antônio Henrique da Silva (67 anos) destacou que novos produtos alimentares surgiram; que há facilidade de acesso à cidade de Parambu; que há diversos auxílios do Governo (Seguro Safra) e também da Prefeitura Municipal no período de estiagem (Cartão Gente...); que as árvores com madeiras resistentes praticamente não são mais encontradas; e que a caatinga, como fonte de alimento, tem sanado principalmente a fome do gado nas épocas mais difíceis. Mas seu uso ainda é importante para a construção de cercas, para a produção de cabos de ferramentas, virgas para casas e, principalmente, para remédios caseiros.

Impossível não apreender as formas de utilização dessa vegetação ao chegar em qualquer parcela do assentamento pesquisado. Até mesmo as vassouras para limpar o terreiro são feitas com plantas nativas, como é o caso das folhas e galhos secos da planta com o mesmo nome, *vassourinha* (FIGURA 33 e FIGURA 34).



FIGURA 32: Vassourinha
Fonte: Lima, janeiro de 2008.



FIGURA 33: Utilização das folhas e galhos secos de vassourinha
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Segundo os parceiros Antônio Henrique da Silva e Antônio Valdir de Oliveira, fazendo referência à década de 1950,

Quando nós ‘cheguemos’ aqui era um lugar de muita madeira, estrada bem limpinha, pra dizer a verdade tinha só umas varedinhas, caminho assim meio deserto [...] E tinha aroeira, angico, imburana, todos... cedro, balso... (Antônio Henrique da Silva, 67 anos, maio de 2006).

Aqui tinha tudo que era tipo de planta. Era aroeira, bálsamo, cedro, imburana, e de pássaro também.[...]. siriema, E tudo isso foi embora devido a destruição nas mata, porque aqui a terra era muito boa, aí depois dessa desapropriação aqui hoje [...] é o fracasso nosso e principalmente pros nossos filho que não tem lugar pra trabalhar. O INCRA quando repartilha essa área as parcelazinhas fora muito pequenininhas...foram muito pequena [...] de 17 a 73 hecatares. (Antônio Valdir de Oliveira, 65 anos, parceiro de Ingá de Cima, maio de 2006).

O período relatado pelos parceiros antecede a desapropriação do assentamento, que só se deu no início da década de 1980, quando a área possuía várias espécies, as quais poderiam ser utilizada a madeira de suas árvores para construção de móveis, produção de cercas e para a feitura de linhas, caibros, ripas e tocos de mourão. Ressaltamos que as estruturas dos telhados de todos os parceiros entrevistados foram feitas com madeira de aroeira, imburana ou mororós.

[...] mas a área, era muito perseguida, não pelas pessoas daqui, mas pelas pessoas de fora, tanto pra tirar madeira como pra caçar, como pra... fazer... roça, sem morar aqui vinha gente de fora pra fazer roça (Antônio Valdir de Oliveira, 65 anos, Ingá de Cima, maio de 2006).

Conseguimos relatos dos parceiros afirmando que pessoas que não viviam na área iam fazer roçados naquela localidade e queimavam *tarefas*, onde eram encontradas aroeiras, mororós, croatá, pau mocó, cedros e imburanas. Árvores essas que hoje são, praticamente, inexistentes no assentamento. Com a extinção ou diminuição expressiva em Ingá/Facundo dessas essências, os parceiros passaram a utilizar na carpintaria e marcenaria madeiras menos nobres e, na maior parte dos casos, provenientes do Norte do País (QUADRO 7).

Espécies que não são mais encontradas em Ingá/Facundo (Nome popular)	Nome Científico	Utilidade
Bálsamo	<i>Myroxylon peruiferum</i> L.	Madeira para móveis, virgas, ripas...
Caninana	<i>Solanum sp</i>	Medicinal
Cedro	<i>Cedrela odorata</i> L.	Madeira para móveis, virgas, ripas...
Croatá	<i>Bromélia karatas</i> L.	Alimentação humana no período de seca e estiagem
Mororó	<i>Bauhinia cheilantha</i> (Bong.) Steud.	Madeira para móveis, virgas, ripas...
Pau Mocó	<i>Luetzelburgia auriculata</i> Ducke	Madeira para móveis, virgas, ripas...

QUADRO 7 – Espécies identificadas que não são mais encontradas no assentamento
Fonte: Pesquisa direta. Lima (Org.), 2006-2008.

O Sr. Antônio Henrique da Silva foi um carpinteiro conhecido no assentamento. Pudemos ver em diversas parcelas vários móveis construídos por suas mãos, como bancos, mesas, cadeiras e pilões de moer sementes (FIGURA 35, 36 e 37). No entanto, devido à diminuição dessas árvores, o parceiro decidiu trabalhar somente com o ofício da agricultura.

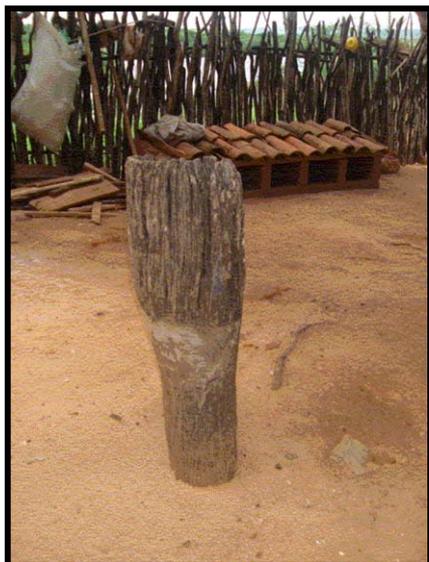


FIGURA 35: Pilão de Aroeira
Fonte: Lima, 2008



FIGURA 36: Cadeira feita com madeira de angico e couro de cabra
Fonte: Lima, 2008



FIGURA 37: Banco feito com madeira de aroeira
Fonte: Lima, 2008

Hoje, os camponeses têm consciência da devastação que ocorreu no assentamento e sabem que uma área de Reserva Legal seria importante, mas em Ingá/Facundo não houve delimitação desta, e a área de reserva permanente (margens dos riachos, grotas, açudes) também não vem sendo respeitada. Conforme a legislação ambiental (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal):

Art. 2º:

Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:
- de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

- de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (...). (BRASIL, 1965)

A lei exige que, em cada propriedade, 20% da área deve ser separada como 'reserva legal', na qual a vegetação nativa é preservada. Nessas áreas, deve ser evitada a presença de rebanhos bovinos, caprinos e ovinos. Além disso, como pudemos apreender, todos os cursos de água, mesmo riachos que secam durante a estação seca (o inverno), devem ser bordadas pela mata ciliar, devendo esta ser recuperada e preservada ao redor de olhos de água, fontes, lagoas e açudes. Vale destacar que, onde o terreno estiver com mais de 45° de declive e também nos topos de morros e serras e nas linhas de cumeada, a vegetação natural deve ser mantida intocada. Nos locais em que a vegetação nativa estiver degradada, ela deve ser restaurada usando espécies nativas do lugar (MAIA, 2004).

Alguns parceleiros têm mantido uma reserva para suas necessidades mínimas, como extração de lenha para o fogo e cercas (FIGURA 38), mas ainda são poucas e não apresentam uma diversidade de espécies suficiente para assegurar que outras plantas da caatinga não venham a ser extintas do assentamento.



FIGURA 38: Reserva particular de marmeleiros em Facundo II.

Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Visando a preservação das espécies existentes, bem como evitar o empobrecimento dos solos, a prática de brocagem, que tem resultado na geração de encostas nuas, inférteis, em assoreamento de rios e açudes, em enchentes e secas (MAIA, 2004), tem sido combatida através de orientações nas reuniões da Associação, representantes do STTR - Parambu e pelos técnicos da ADECOMP, para que esta técnica seja extinta, ou mesmo, que “seja feita apenas a destoca” (Francisco Davi Sampaio, Facundo III, setembro de 2007). Além da broca, a queima do lixo tem sido orientada para que possa ser realizada em um local afastado das matas de capoeira e das árvores existentes no assentamento, visto que não há coleta para a localidade.

Entretanto, essas ações orientadoras têm sido insuficientes, mesmo já percebendo a existência de parceiros que evitam determinadas ações que impactam negativamente o meio. É o caso dos campesinos que deixam o solo em pousio (‘repouso’) após sua utilização. Mas esse “[...] tempo de ‘repouso’ dado para a terra cultivada está diminuindo cada vez mais, chegando em certas regiões a apenas três a cinco anos” (MAIA, 2004, p. 43). Em Ingá/Facundo conseguimos registros de apenas dois anos de ‘repouso’ (FIGURA 39).



FIGURA 39: Área de broca e coivara
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Reflexo dessas ações é a questão das parcelas estarem se tornando insuficientes até mesmo para a produção, devido ao aumento das áreas expostas ao sol, aos ventos e à chuva, levando à perda da fertilidade do solo. Podemos afirmar que fatores como o aumento do número de agregados que se utilizam da parcela e o empobrecimento do solo devido à falta de chuvas têm dificultado a produção do campesino.

A natureza tá cansada meu irmão! Não tira mais nada! [...] Duvido você descer aqui e achar um angico ou aroeira aqui nessa linha. Você acha muito é grotta que cabe um homem dentro. Isso é lógico quando um lugar num tem chuva e quando não tem água é claro que isso ocorre e ainda o povo só tira, tira [...] (José Gomes de Andrade, Facundo II, dezembro de 2007)

Iniciativas de reflorestamento para o município de Parambu foram iniciadas pelas Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em 2007. No entanto, uma ação expressiva seria essencial para que fosse modificado o quadro de degradação e desertificação em Ingá/Facundo, posto que não identificamos parceiros que houvessem feito o plantio de mudas doadas pela campanha da Prefeitura.

A extração indiscriminada de madeiras para cercas também tem sido observada em Ingá/Facundo. Tal atividade também poderá levar à extinção de outras espécies da caatinga. Entre as plantas nativas encontradas em Ingá/Facundo que são usadas para a construção de *cercas de lombo*⁴⁵ (FIGURA 40) e *cercas de faxina*⁴⁶ (FIGURA 41) estão: o marmeleiro, a caatingueira, a *sabiá* e o angico. Mas em Estados como Piauí e Rio Grande do Norte e nos municípios do Sertão cearense, localidades usam madeiras da jurema-preta, do moróró, da aroeira, do pereiro, entre outras, para essa finalidade (MENDES, 1995).



FIGURA 40: Cerca de Lombo – Feita com vara de marmeleiro ou catingueira, indicada para proteção de criações – Facundo II
Fonte: Lima, janeiro de 2008.



FIGURA 41: Cerca de Faxina – Feita com vara de marmeleiro ou catingueira, mais indicada para proteção de casas – Facundo II
Fonte: Lima, janeiro de 2008.

Possibilidades que proporcionam práticas de reflorestamento, proteção contra erosão, conservação da fertilidade pedológica e também reposição da camada orgânica dos

⁴⁵ Cercas de lombo - São mais fáceis de fazer, dispostas horizontalmente e indicadas para proteger os animais. Apresentam maior durabilidade porque sua aste principal é feita com um tronco mais resistente, podendo ser remontada, ou seja, quando está se desgastando, pode ser facilmente substituída por outras varas;

⁴⁶ Cercas de faxina - São mais altas, dispostas verticalmente; logo, são mais indicadas para proteção de casas, mas são menos resistentes e não aceitam remotes.

solos degradados estão nas *cercas vivas*, que têm sido difundidas no assentamento a partir de plantas como o nim, que é uma planta endêmica da Índia, ou seja, não sendo natural da caatinga cearense; e o mandacará.

A utilização de plantas da caatinga também perpassa pela cura através de remédios feitos à base de folhas, raízes, troncos e essências, como por exemplo os chás e as garrafadas.

5.2.1 A cura vem dos paus...

Sobre a produção de remédios caseiros à base de plantas da caatinga, a apropriação desses recursos reflete a finalidade. Ou seja, no assentamento foi fácil encontrarmos mulheres⁴⁷ que pudessem nos orientar sobre a utilização das raízes, folhas e troncos das plantas nativas para cura de doenças como dores de cabeça, infecções, manchas na pele, problemas de estômago, câncer, entre outras. É o caso da líder sindical, rezadeira e parteira do assentamento, a Sr^a Maria Alexandrina de Oliveira, que nos deu a seguinte resposta quando perguntamos como ela aprendeu a fazer remédios a partir das plantas encontradas no assentamento:

[...] Eu aprendi de espontânea vontade, porque eu via os mais velhos da descendência da família com as panelinhas novinhas colocando umas cascas de pau, raiz de pau de molho pra tomarem dizendo para que servia, depois foi crescendo aquele experiência e de pouco a pouco fui chegando lá até alcançar a gente preparar aquelas nove misturas e fazer aquela garrafada e depois fui aprendendo a fazer o mel da babosa pra curar o câncer, pra curar muitos tipos de doenças, aqueles rabujentos, aquelas pessoas que têm mazelas no corpo, edema, aí a gente foi sendo medicado. É dessa mata seca que eu tiro tudo que preciso para minhas garrafadas, meus remédios, pros meus filhos. Aqui tem muita coisa boa, muita mesmo! A cura vem dos paus minha Fia! (Maria Alexandrina de Oliveira, Delegada Sindical de Ingá/Facundo, 55 anos, setembro de 2007). [grifo nosso].

A arte de produzir esses remédios e levar a cura àqueles do Sertão é considerada pela camponesa como uma benção divina a qual poucos são detentores. Entre as plantas encontradas no assentamento, construímos o seguinte quadro com a ajuda de mulheres que vivem em Ingá/Facundo (QUADRO 8), pois para os camponeses, “todos os paus que Deus deixou nessa terra servem pra alguma coisa”.

⁴⁷ Não encontramos nenhum homem que desempenhasse tais práticas.

Nome popular	Nome científico	Combate	Outras Funções
Agrião	<i>Nasturtium officiale</i> R. Br.	Gripe, tosse	Tempero
Algaroba		Ração animal	Ração animal, madeira para produção de móveis
Ameixa-do-mato	<i>Ximenia americana</i> L.	Inflamação	
Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i>	Gripe	
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	Cicatrização, inflamação	
Babosa	<i>Aloe Vera</i> (L.) Burm. F.	Caspa, hemorróidas, queda de cabelo, doenças no gado	Hidratação e crescimento capilar
Bamburral	<i>Hyptis suaveolens</i> Poit.	Má digestão, Infecção urinária	
Boldo*	<i>Vernonia condensata</i> Baker	Má digestão, diurético	
Braúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i> Engl.	Gripe	Madeira para móveis e engenhos
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Tosse, bronquite	Construção de cercas
Coronha	<i>Acácia farnesiana</i> Willd.	Anti-inflamatório	
Cumaru	<i>Amburana cearensis</i> (Fr. Al.) A. C. Smith	Tosse, bronquite, catarro	
Embiriba	<i>Xylopia sericea</i> St. Hil.	Estômago, vômitos	
Erva-Doce	<i>Pimpinela anisum</i> L.	Gases, cólicas	
Favela	<i>Cnidoscylus phyllacanthus</i> (Muell. Arg.) Pax et K. Hoffm.	Dor de dente, manchas na pele	
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Câncer	
Imburana	<i>Commiphora leptophloeos</i> (Mart.) Gillett.	Inxação	
Ingazeira	<i>Inga edulis</i>	Diabete	
Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Torção, inxação	
Juazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i>	Tártaro e placa dentária(Juá), caspa, bicheira, colesterol, cicatrizante (Folha)	
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart. Et Tul.	Anti-inflamatório (sangramentos)	
Jurema Preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>	Gripe, cicatrização	
Macela	<i>Egletes viscosa</i> (L.) Less.	Dor de estômago, má digestão	
Malva Branca	<i>Waltheria</i> sp.	Anti-inflamatório	
Mandacarú	<i>Ricinus communis</i> L.	Dor, cicatrização	Biodiesel
Mamona (azeite)	<i>Cereus jamacaru</i>	Problemas no útero	Ração animal, construção de gaiolas
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus</i>	Dor de barriga,	Construção de cercas
Mofumbo	<i>Cobretum leprosum</i>	Cicatrização, gripe	
Mucambú	<i>Vernonia amygdalina</i>	Gripe	
Mussambê	<i>Cleome</i> sp.	Dor de ouvido	
Neem *	<i>Azadiracta indica</i>	Dor de estômago	Repelente
Oiticica	<i>Licania rígida</i> Benth.	Diabete	
Palma		Tumores	Ração animal
Pau D´arco	<i>Tabebuia avellanedae</i>	Cicatrização, dor na coluna, mioma	
Pau Ferro	<i>Chamaecrista ensiformis</i> (Vell.) Irw. Et Barn.	Dor de coluna, pancada, garganta	
Peão Manso	<i>Jatropha curcas</i>	Laxante, doenças caninas	Biodiesel
Pereiro-Preto	<i>Aspidosperma pirifolium</i> Mart.	Dor de ouvido, doenças no gado	Madeira para móveis

Quebra-Pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Rins, pedra nos rins	
Sene	<i>Senna Alexandrina</i> Mill.	Prisão de ventre	
Vassourinha	<i>Scoparia dulcis</i>		

QUADRO 8 – Flora encontrada em Ingá/Facundo: suas ações medicinais e outras funções
 Fonte: Pesquisa Direta 2006-2008. Lima (Org.), 2006-2008.

Vale destacar que, além do uso das ervas, são feitas garrafadas, nas quais existem segredos no preparo, como afirmou Maria Alexandrina de Oliveira durante as entrevistas, demonstrando que há práticas, durante a produção desses remédios, que, quando são reveladas, podem fazer o medicamento *não curar o mal*. Mas ela citou quais as ervas que utiliza nas garrafadas *antiabortivas*; para *ferimento no útero, câncer no ovário e corrimento*, para *manchas na pele e emagrecimento*.

a) Garrafada para “mulher segurar menino” (anti-abortivo) (alguns ingredientes)

- Flor de mandacará;
- Raiz de Barriguda;
- Raiz do Embuzeiro;
- Água, álcool e açúcar.

b) Garrafada contra corrimento, ferimento no útero, câncer no ovário (alguns ingredientes)

- Raiz do melão São Caetano;
- Manuscada;
- Cuminho torrado;
- Embiriba (*Xylopi sericea* St. Hil.);
- Boldo (*Vernonia condensata* Baker);
- Sene (*Senna Alexandrina* Mill.);
- Água, álcool e açúcar.

c) Garrafada para emagrecimento (alguns ingredientes)

- Feijão cru;
- Raiz de quebra-pedra (*Phyllanthus niruri* L.);
- Embiratanha (*Bombax coreacea* Mart.);
- Ameixa-do-mato (*Ximenia americana* L.)
- Água, álcool e açúcar.

e) Garrafada contra manchas na pele (alguns ingredientes)

- Folhas de graviola (*Annona muricata* L.);

- Sementes de Sucupira (*Bowdichia virgilioides* H.B.K.);
- Casca do Pajeú (*Coccoloba* sp.);
- Casca da Favela (*Cnidoscylus phyllacanthus* (Muell. Arg.) Pax et K. Hoffm.);
- Folhas de mamão (*Carica papaya* L.);
- Água, álcool e açúcar.

Conforme a parceira,

Todos os remédios que nós ‘tamo’ vendo aqui é tudo cozinhado pra nós melhorar eles... que é dez minutos, vinte minutos, o que é meia hora...passado até 5 horas fervendo aquelas raízes. E depois dele fervido você vai coar ele todinho, depois de você coar ele, vai ao fogo de novo levando levando açúcar. Coloca mais ou menos, menos de uma xícara de álcool [...] então você vai usar aquele remédio deixando no lugar mais frio que você tiver. Pode ser dentro de uma geladeira, ou dentro de um pote desse pra ele ficar por muito tempo.[...] É preciso saber o momento de colocar cada coisa, mexer, deixar de molho, esperar, ferver...Tem muitos tipos de remédio que você não pode dizer como é que se faz” (Maria Alexandrina de Oliveira, Delegada Sindical de Ingá/Facundo, 55 anos, setembro de 2007).

Ademais, junto às garrafadas, segundo Maria Alexandrina de Oliveira, como é o caso do problema de manchas na pele, ainda há uma oração que deve ser proferida:

Eu curo os males que tiver nos ossos, que passa pra carne, da carne passa pro sangue, do sangue passa pele, da pele passa pro couro, do couro pra onde Deus mandar, Deus prender e coletar pra que doença não tenha força nem poder para voltar (Maria Alexandrina de Oliveira, Delegada Sindical de Ingá/Facundo, 55 anos, setembro de 2007).

A rezadeira atuou ainda como parteira por muitos anos e, conforme a mesma, fazia seus próprios partos, além de nunca ter utilizado medicamentos de laboratórios. Sua farmácia, até hoje, são *as plantas do terreiro e dos vizinhos*. Frizamos que os entrevistados se tratam com remédios à base de plantas da caatinga encontradas no assentamento, e as mulheres são as principais detentoras desses conhecimentos medicinais e do dom de rezar proferindo orações, com mãos postas sobre as pessoas (adultos, crianças, jovens e velhos) ou com o uso de folhas de *peão roxo para afastar as coisas ruins, tirar quebrantos e mal olhados*.

Entre as rezadeiras do assentamento estão: Dona Iracema, Dona Luciara, Dona Nizinha e Dona Deuzinete. E entre as parteiras somente Dona Lídia e Dona Deuzinete são vivas, mas não atuam mais nesse *ofício*.

A caatinga também permite que sejam feitas experiências para saber sobre a chegada de bons invernos, como veremos no *Tópico 5.3 - A espera da chuva e o medo da*

seca - Deus querendo chove... Chove sim. Além da caatinga, alguns pássaros também possibilitam que o homem do campo faça observações.

Sobre os animais encontrados no assentamento e sua importância para o homem do campo, falaremos durante o seguinte sub-tópico.

5.2.2 A fauna e sua utilização pelo homem do campo

Parafrazeando Mendes (1995), “normalmente, todo sertanejo é, primariamente caçador, pescador e agricultor; depois, além destas atividades, eles aprendem outros ofícios” (p. 4). Para os camponeses de Ingá/Facundo, a arte de pescar e caçar *não é para qualquer pessoa*. É preciso ter o que eles chamam de *vocação para o ofício*. Ou seja, não só gostar de praticar a atividade, mas ter *nascido com a inclinação*.

No entanto, a caça hoje, mesmo sendo praticada em pequena escala, é tomada como uma prática de lazer. Não é mais um ofício. Não escutamos um camponês se intitulando como caçador.

Mas nem sempre foi assim. Durante as grandes secas periódicas, quando as safras agrícolas não se desenvolveram e mesmo os animais domésticos foram dizimados pela fome e sede, destaque para a seca de 1983, posto que nesse ano o assentamento já havia sido instituído, “as caças desempenharam importante papel social na região, por fornecerem carne de alto valor biológico às famílias famintas do sertão” (MENDES, 1995, p. 4).

O pai mais os meninos iam caçar e traziam um tejo, um caititú, um tatu... E um mel... Assim a gente ia escapando naquela seca de 1983. Era bom demais! Ao menos a gente tirava o gosto da farinha que era só o que nós comia. Nós caçava pra comer mesmo. Era o que tinha... Era o que dava... (parceleiro de Ingá de Cima, 58 anos, março de 2007).

No entanto, concomitante ao desmatamento desenfreado realizado em Ingá/Facundo, como falamos anteriormente, várias espécies e indivíduos que naturalmente já se apresentavam com pequena densidade de povoamento e baixo endemismo, porque o ambiente não favorece a sua diversificação, desapareceram dessa área, pois habitavam entre as árvores que também foram extintas do assentamento, como o bálsamo, o cedro e outras.

Entre os animais que não são mais encontrados na área de estudo estão: veado, cutia e zabelê. Esses eram bastante utilizados na alimentação do camponês. Outros são

identificados pelo IBAMA, como: a onça vermelha, o pica-pau-anão-da-caatinga e o gato do mato (INCRA, 2005).

Sobre as espécies animais ameaçadas de extinção, identificamos, a partir dos entrevistados, animais como: gambá, guaxinim, tatu, peba, tamanduá, caititu, maracanã, seriema, juriti, nambu roxo, asa branca, rolinhas cascavel, crauno e preá.

Hoje, a caça praticamente inexistente em Ingá/Facundo, por conta, principalmente, da diminuição dos animais, sendo identificadas mais ações de pesca da piaba, traíra e curimatã, tanto com vistas ao lazer como à alimentação.

Podemos afirmar que as espécies de animais terrestres encontrados e que apresentam maior quantidade de indivíduos são aqueles que têm mobilidade suficiente para fugir do ambiente hostil, pela carência de água e presença predatória, regressando quando as condições ambientais se tornam mais convidativas (MENDES, 1995) (QUADRO 9).

Nome popular	
Anum branco	Mambira
Avoantes	Raposa
Bem-te-vi	Sabiá
Bico de osso	Sanhaçu
Cabeça vermelha	Tatu
Cágado	Teiú
Camaleão	Tejo ou teiú
Cão-cão	Mergulhão
Carcará	Nambu
Casaca de couro	Pato do mato
Cobras (taboleira, jararaca, cascavel, cipó, coral, jibóia, salamandra, salamanta, verde)	Peixes (traíra, curimatã, tilápia, corro, piau, cari, cangati, mussum, suvela, tucunaré, branquinha).
Corduniz	Periquitos
Corrupião	Pinica
Coruja	Primavera
Furão	Maria de barro
Galinha d'água	Raposa
Gato maracajá	Sabiá
Gato vermelho	Sanhaçu
Gavião	Tatu
Golinha	Teiú
Jaçanã	Tejo ou teiú

QUADRO 9 – Ocorrência de fauna silvestre em Ingá/Facundo

Fonte: Pesquisa direta do PDRA/Ingá/Facundo, 2005 e pesquisa direta, Lima (Org.), 2006-2008.

No mais, para o camponês do Assentamento pesquisado, alguns pássaros, como a rolinha e a asa branca, são excelentes predadores de insetos que destroem as roças, sendo benéficos para o agricultor.

Para que não ocorram mais perdas da fauna, são necessárias maiores medidas para o manejo desse recurso que deve ser marcado, seguindo a lógica do modo de vida do homem

do campo, como afirma Diegues (1998), pelo respeito aos ciclos naturais e, geralmente, “à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies animais e plantas utilizadas” (DIEGUES, 1998, p. 84). Tal citação comunga com a idéia do Sr. Henrique Martins, quando este afirma que é preciso *esperar o tempo da terra*, o tempo de recuperação, mesmo que o terreno que ele esteja falando e buscando sua recuperação não seja usado por ele, mas somente pelos seus netos e bisnetos. O mesmo com “os bichos que tão por aqui e que uma vez mataram a fome da gente daqui e podem vim a matar um dia novamente” (Antônio Henrique da Silva, 68 anos, parceleiro de Facundo II, janeiro de 2008).

5.3 A espera da chuva e o medo da seca - *Deus querendo chove... Chove sim...*

A espera e a fé são características do homem do campo, principalmente quando se fala de chuva. É como afirmou um dos parceleiros: “Nós tem que esperar em Deus, porque Deus querendo chove... Chove sim...” (parceleiro de Ingá de Cima, 58 anos, março de 2007).

Acreditamos, baseados em Chandler (1980), quando esse fala sobre a região dos Inhamuns, que a ocorrência das secas, combinada com a constante ameaça delas se repetirem, formava uma sombra de incerteza e criava um clima de apreensão sobre o camponês que até hoje podemos sentir. Prova dessa afirmação são os depoimentos apreendidos durante os dois anos de pesquisa.

Esse receio, provocado por tantas perdas nos longos períodos das secas periódicas, torna o camponês um fiel observador da natureza, *para que não ocorram mais tragédias* como nas *derradeiras estiagens* (parceleiro de Ingá de Baixo, 78 anos, março de 2007), ou seja, nas últimas secas (1983, 1987, 1990-1992 e 1998-1999), nas quais o homem do campo perdeu seus roçados, os rebanhos e sofreram com a falta de alimentação e água.

Visto que no Sertão Semi-Árido as chuvas são concentradas em poucos meses na primeira metade do ano, mesmo assim estas podem ser tomadas como suficientes para uma safra agrícola em um período que não haja seca, “[...] que ocorrem numa média de 20 a 30% dos anos” (TADDEI, 2006, p. 4). Por vezes, algumas sementes podem ser perdidas, pois o agricultor necessita repetir o plantio quando demora a chover, até que a estação se consolide.

Para o referido autor,

[...] a capacidade de prever as chuvas – ou mais precisamente, quando se iniciarão, como serão em intensidade, e se ocorrerão períodos de estiagem no meio da estação, os chamados “veranicos” – é habilidade muito apreciada, como sempre o foram na

história da humanidade, gerando o desenvolvimento de técnicas as mais variadas de previsão climática, das quais a ciência meteorológica é a caçula. [...]. As técnicas mais populares são a observação do comportamento e ciclo reprodutor de animais, insetos e aves, da aparência de estrelas, das cores do sol e do horizonte em momentos específicos do calendário católico, da direção de que sopram os ventos, ou o uso de formulas em que períodos da estação seca representam meses da estação de chuvas vindoura (TADDEI, 2006, p. 4).

Esses conhecimentos são acumulativos, transmitidos de pais para filhos, e, em geral, parte considerável da população sertaneja conhece uma experiência de previsão. Em Ingá/Facundo, durante os trabalhos de campo, mesmo que dentro dos carros de horário lotados de camponeses ou quando ficávamos conversando, num *beijo de calçada*, surgiam comentários sobre observações para um próximo inverno. O fato é que não identificamos padrão estabelecido nos prognósticos ou experiências (TADDEI, 2006). Algumas delas faziam referência ao início do período de chuvas, outras sobre a intensidade dessas. Um eram mais voltadas à produção agrícola, fazendo referência indireta às chuvas, e também havia outras que ocorriam em meados da estação chuvosa, mas tinham vistas ao próximo período de inverno.

O que pudemos perceber foi que todos esses prognósticos confirmam o caráter de observação dos ciclos naturais do camponês, que vê nesses a sincronia para o seu tempo coletivo, no que diz respeito à família e aos próximos a ele. Segundo Diegues (2005, p. 8),

Para muitos sertanejos católicos, a clemência da natureza e o fim da escassez de água pode ser conseguida com a ajuda dos santos e para tanto existem muitos rituais com a finalidade de prever os anos bons e ruim da chuva.

Entre as experiências que indicam se haverá um bom inverno, das quais tomamos conhecimento em Ingá/Facundo, estão:

- 1) No mês de novembro e dezembro, se o mandacaru tiver muitas flores;
- 2) Quando o feijão *bravo* apresentar muitas vagens em janeiro;
- 3) Quando o marmeleiro estiver bem florado nos meses de janeiro e fevereiro;
- 4) Quando a primeira lua cheia do ano nascer por trás de uma barra no horizonte;
- 5) Em dia de Reis (06 de janeiro), à tardinha, se o sol se puser por trás de uma barra;
- 6) Se for observado, entre os meses de novembro e dezembro, que as formigas estão colocando para fora do formigueiro as comidas que anteriormente haviam levado para dentro;

7) Caso seja aberto um cupinzeiro entre os meses de novembro e dezembro e os cupins apresentarem asas;

8) Se nos meses de setembro a dezembro, passarinhos como carão, corduniz e coã cantarem, haverá carregação;

9) No mês de maio, período das últimas chuvas, se o homem do campo escutar o som alto de trovões, é porque o inverno do ano seguinte será garantido;

10) Para amanhecer o dia de Santa Luzia (12 de dezembro) colocam-se sobre uma tábua de madeira seis pedras de sal ao sereno, referentes aos meses de janeiro a junho. No amanhecer do dia 13 de dezembro, as pedras que estiverem molhadas são referentes aos meses de chuva;

11) Em dia de Reis (06 de janeiro), se houver uma barra antes do sol nascer e se ela for bem marcada no horizonte, indica que o inverno será bom. Mas se a barra marcada no horizonte for fraca, o mesmo será ruim.

Porém, não é só por meio de prognósticos que os camponeses de Ingá/Facundo garantem que haverá água durante as secas periódicas ou estacionais. Pelo contrário, tais práticas de observação têm se tornado mais difíceis de serem identificadas, bem como realizadas entre os camponeses. Inclusive os Festejos como Alvissaras⁴⁸, chamadas popularmente de ‘Alvices’, realizadas na sexta-feira da Paixão (sexta-feira Gorda), quando ao primeiro cantar do galo à meia-noite são feitos pedidos e tirados ofícios (rezado o terço); e as Danças de São Gonçalo, que se dão geralmente da seguinte forma: uma pessoa faz uma promessa e em agradecimento à graça conquistada convida familiares, vizinhos e músicos (violeiros e sanfoneiros) à dança, que pode ser feita em um terreiro ou dentro de casa ou em uma capela. Hoje, pouco se vêem essas festas culturais que tinham entre os pedidos, principalmente, bons invernos para o Sertão.

Segundo a parceleira e rezadeira de 93 anos, Maria Pereira Lô (Facundo I, setembro de 2007), “tudo era experiência em outros tempos, mas hoje o povo não tem mais fé em nada!”. Para Maria Alexandrina de Oliveira (55 anos, setembro de 2007), “é difícil de ver essas coisas, mas tem gente que faz sim. Tanto as experiências como as festividades. Eu, por exemplo, faço e participo”.

Mas enquanto se esperavam as chuvas, a água tinha que ser armazenada, e esse era um grande problema antes da construção dos açudes do Assentamento.

⁴⁸ Recompensa ou gratidão a quem traz boas notícias

As famílias utilizavam, até 1985, água de poços perfurados na piçarra, onde brotava a que eles chamavam de *água minada*. Outras fontes se consubstanciavam nos riachos próximos à área, como: o riacho da Ingá, do Facundo, dos Balsos, de Santo Antônio, onde a água era retirada em potes e latas, sendo levada no lombo dos animais ou carregadas na cabeça. Para os filhos, filhas e esposas, ficava a missão de buscar a água.

Hoje, a água consumida pelas famílias é proveniente, principalmente, dos dois açudes (FIGURA 42), dos poços profundos (FIGURA 43) e das cisternas de placa, que somam cerca de 79 construídas com o crédito de apoio ao semi-árido e outras com o apoio da CPT e do STTR – Parambú e Prefeitura (FIGURA 44) (INCRA, 2005).



FIGURA 42: Açude Bolsão do Facundo, construído em 1983
Fonte: Lima, março de 2007



FIGURA 43: Poço perfurado em Facundo I
Fonte: Lima, dezembro de 2007



FIGURA 44: Casa com cisterna construída pelo INCRA – Facundo III
Fonte: Lima, janeiro de 2008

Acrescentamos o detalhe que em Ingá/Facundo, desde a sua instauração, nenhum dos açudes, chamados de Bolsões, secou. Esses eram chamados assim porque foram construídos pelas Frentes de Emergência de 1981 a 1985, que empregaram centenas de

camponeses que recebiam “[...] minguidos trocados e alimentos pra matar um pouco da fome. Era o arroz, o feijão, o sal, a farinha e formava aquela ‘filona’ enorme pra receber essas coisas todas” (Antônio Henrique da Silva, 68 anos, Facundo II, maio de 2006).

De acordo com Bursztyn (1984, p. 75), “[...] as obras efetuadas pelas ‘frentes’ nas propriedades consistiam na construção e recuperação de açudes, construção de armazéns, edificações, cercas, currais e preparação de terras para culturas permanentes”.

Sobre as estratégias de captação de água em Ingá/Facundo⁴⁹, cada vez mais vêm sendo desenvolvidas formas de captação em pequena escala. Perceba que a técnica constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um dos seus lugares geográficos, como afirma Santos (1994). Evidente que a técnica por si só não explica nada, mas ela nos leva a entender em parte o espaço social.

É o caso das cisternas de placa, muitas vezes financiadas pelo INCRA ou pelo Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC em parceria com comunidades eclesiais de base, a Articulação do Semi-Árido (ASA), que compreende 800 entidades ao redor do projeto, com o qual já conseguiram construir 200 mil cisternas.

Menino, eu fico imaginando como era antes, num sabe? Sem cisterna era ruim demais. Quem é que podia pensar em pegar a água da telha na época do meu pai e da minha mãe, colocar num tanque cobertinho e dar de beber pra família todinha? São essas coisas que foram melhorando a vida da gente. Ao menos o de beber e o de cozinhar tava garantido (Otávio Torquato Ferreira, 80 anos, camponês de Parambu – setembro de 2007).

Percebemos que as técnicas foram auxiliando a vida do homem do campo evitando que, em períodos de estiagem, sejam vistos homens, mulheres e crianças com latas de água na cabeça, caminhando léguas e léguas até suas moradas ou então à espera dos carros-pipa que, mesmo hoje, ainda não conseguem atender a todos que necessitam deles.

O que observamos nesse espaço agrário nesses dois anos de pesquisa é o que bem destaca Wanderley (1996, p. 7), ao afirmar que

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outros, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.

⁴⁹ Existem dezenas de estratégias de captação de água: barreiros, mandalas, caixios, entre outras. Mas no assentamento estudado, as que identificamos foram: poços e cisternas de placa.

O resgate do autoconhecimento estimula o desenvolvimento do potencial de comunidades, fazendo brotar oportunidades de acordo com os limites e, assim, poder expressar uma imagem verdadeira o suficiente para proteger a cultura local. O que afirmamos é que, mesmo sendo inerentes as secas ao sertanejo, os camponeses lutam para conviver com essas dificuldades naturais, adaptando, por vezes, seus modos de vida às condições do meio ambiente e se utilizando dos seus conhecimentos, ou seja, do seu saber local, termo utilizado por Gertz (2006).

Tais estratégias podem ser consideradas como de Convivência com o Sertão Semi-Árido, e cada uma visa focar a vida nas condições socioambientais da região, em seus limites e potencialidades, pressupondo disseminar formas de aprender a lidar com esse ambiente, demonstrando que a cultura camponesa é expressa por meio de suas relações parentais e pelo seu modo de viver e de conviver com as condições que lhe envolvem, visando à soberania alimentar e à reprodução familiar, expressando, assim, que a vida do homem do campo é um constante *tocar em frente*.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. [...]. Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto, que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que ela vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou
(Grande Sertão Veredas - João Guimarães Rosa)

Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. [...]. Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto, que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

(Grande Sertão Veredas - João Guimarães Rosa)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão da questão agrária do País, considerada um conjunto de interpretações e análises da realidade do campo, que busca elucidar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira (STÉDILE, 2005), pode ser tomada sob vários enfoques. Tais como o Sociológico, o Antropológico, o Histórico e o Geográfico, com o qual a pesquisa tem uma maior aproximação, visto que este possibilita a compreensão das formas como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização da terra e de que maneira vai se dando a ocupação humana no território. No entanto, conceber esse debate somente sob essa perspectiva seria reduzir o objeto de estudo.

O que apreendemos, inicialmente, é que o campesinato é percebido, sobretudo em virtude das constantes reivindicações. Tais reivindicações vislumbram, principalmente, uma ocupação justa do território, a sustentação da família, a obtenção dos meios necessários para manter as suas necessidades reprodutivas com vistas à garantia da segurança alimentar, promovendo, assim, a continuidade das tradições culturais e dos costumes, configurando o que podemos chamar de *ethos* camponês.

Essas iniciativas se processam dentro de um cenário por vezes, adverso devido aos fatores climáticos, como é o caso do Sertão Semi-árido, onde o ser camponês se utiliza das técnicas e saberes que possui para se apropriar dos recursos.

Ademais, constatamos que estudos voltados à questão camponesa limitam-se, em sua maioria, a discutir as relações de trabalho e políticas, tratando-as como se não estivessem ligadas aos aspectos culturais, havendo, assim, atenção maior ao debate da categoria em si.

Passamos, então, a pensar no camponês além desse enfoque. Iniciamos uma reflexão a partir da organização do espaço e da relação que o camponês sertanejo estabelece com a natureza e seu *locus* habitacional, que também é elemento social e gerador da práxis, o

qual, para Milton Santos (1979), é um ingrediente essencial da transformação da natureza humana.

O nosso desafio caracterizou-se por estabelecer uma dialógica relação entre o aprofundamento teórico e empírico no universo do assentamento Ingá/Facundo. Com implicação nas transformações ocorridas nesse espaço agrário, bem como nas vidas dos seus sujeitos sociais, foi essencial a compreensão da apropriação dos recursos existentes no assentamento, posto que, historicamente, devido às adversidades da área, destaque para as secas periódicas e estacionais, fizeram o camponês constituir um modo de vida que expressa sua reprodução a partir dos ciclos da natureza.

Comungando com a idéia de Maia (2001, *apud* DA SILVA, 2003), admitir a nossa subjetividade sugere assumirmos erros; e quiçá o pior deles seja a pretenciosa invasão de “[...] campos onde a antropologia, a sociologia, a psicologia, a história e outras ciências humanas já estão anos-luz à frente da geografia” (p. 175). Mas isso não as faz portadoras da verdade, como afirma o autor. Na realidade, nos questionamos: - Quem deteria a verdade?

A realidade não é construída à luz de um só olhar, ou uma só ciência, mas a partir de um conjunto de reflexões, mas nem por isso um trabalho é espelho de uma verdade local. Ele pode apresentar uma das verdades ou uma perspectiva de ler a realidade. Foi assim, que acreditamos ter levantado aspectos que nos chamaram atenção durante os dois anos de pesquisa participante, mas que evidentemente não são os únicos naquele cenário social.

Percebemos, nessa construção, que o sertão se caracteriza como o lugar em que mais genuinamente estaria configurada uma cultura, baseada em processos que, mesmo tendo sofrido influência do meio externo, com a diminuição das distâncias, visto que a partir do final da década de 1970, quando se deu o início dos conflitos em Ingá/Facundo, foram construídas estradas que ligavam a localidade à sede de Parambu, bem como a outros Municípios; e com a ampliação dos meios de comunicação, principalmente, o rádio e a televisão –,expressam práticas de apropriação dos recursos que foram herdadas por seus pais, como as formas de plantio, a disposição das carreiras, a distância entre as covas, o período de limpa, semeia e colheita, entre outros aspectos que até hoje seguem um calendário de atividades.

Destacamos também as tarefas diárias nas parcelas, os chamados *quefazeres*, os quais seguem uma lógica desde o ordenamento temporal até a escala de tarefas. Exemplo das atividades realizadas durante o período da manhã são: ordenha das vacas, milho para as galinhas e cuidados com os bovinos e caprinos. Durante o dia há o cuidado em juntar os restos dos alimentos para os porcos e animais domésticos, como os cachorros. Entre as atividades

sociais estão as práticas religiosas (católicas e protestantes) e as visitas aos vizinhos, mas essas últimas não se caracterizam como foco na pesquisa, mesmo tendo sido observadas e registradas durante as entrevistas.

O que se percebe nas demais práticas é que, em Ingá/Facundo, as necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro, principalmente quando observamos o seu trabalho diário, que constitui uma das práticas sociais utilizadas não somente para manutenção das condições de vida, mas também para expressar quem eles são, como se vêm e de que maneira se recriam.

Tal fato se evidencia na própria especificidade de Ingá/Facundo, ou seja, a primeira área de desapropriação por interesse social do Sertão dos Inhamuns, quando percebemos que foi por meio da *enxada* (do trabalho) e da *luta* (reivindicações), como afirmaram os mesmos, que os parceiros conseguiram a terra. Essa evidência nos possibilitou apreender que o camponês parcelar, o qual participou do processo de desapropriação tem um sentimento diferente daquele que chegou na área a posteriori. A história daquele que esteve presente nos meandros desse processo confunde-se com sua história de vida, sendo essa evidenciada em sua fala: “Isso aqui sou eu. Num sou nada sem isso aqui não”. (parceiro de Ingá de Cima, 58 anos, março de 2007).

Como afirma Godoi (1998), é sobre esse espaço vivido “[...] transformando a natureza, que eles vão imprimir sua história e sua geografia no mundo. Para esses camponeses [...], é o trabalho técnico e simbólico sobre a natureza que vai ajudar na construção de uma identidade ancorada no pertencimento a um mesmo grupo” (GODOI, 1998, p. 102).

Conforme o mesmo autor (GODOI, 1998), este passado como preexistência geral que se desdobra até o presente é mantido até hoje, mas não possui a mesma expressividade de vinte anos atrás, quando os filhos seguiam o ofício dos pais. Atualmente, muitos desses jovens têm saído do assentamento em busca de melhores condições de vida, como é caso de diversos rapazes que vivem na Bahia. Entretanto, os que permanecem, dificilmente seguem uma profissão que seja diferente da agricultura. Para o Sr. Antônio Henrique da Silva,

[...] não é a toa que, que a grande parte da juventude vive fora...eu mesmo, tenho oito a minha família,foi quase toda homem,oito filho homem,e parece que tem três aqui que mora aqui comigo, os outro tão tudo fora...e a maior parte da, das famílias é assim...a juventude é... (Antônio Henrique da Silva, 68 anos, abril/2006).

Reafirmamos que o que mais ameaça o dinamismo do meio rural é o êxodo de sua população, como já se percebe no assentamento pesquisado. A existência de agregados que se configuram como aqueles camponeses, filhos dos parceiros, que, tendo se casado ou

simplesmente por terem constituído família, passam a residir no terreno do parceleiro titular. Nesse sentido, muitos filhos de parceleiros dividem o roçado com o titular da terra recebendo o valor de uma diária (R\$ 12,00) ou uma parte da produção que depende da quantidade de sacas.

Ademais, o estabelecimento da relação sociedade - natureza no assentamento está fundamentada nas trajetórias de vida dos camponeses que residem nessas áreas. São as formas de lidar com a terra que caracterizam os costumes dos parceleiros e agregados ali residentes. Contudo, essas não são razões para se desconsiderar o fato dessas práticas também estarem promovendo a degradação dos recursos (solo, flora, fauna e água da propriedade), por vezes, mal empregados pelos camponeses. É a partir da interação de saberes e práticas sociais das quais uma coletividade se utiliza para estabelecer relações com o mundo, para lidar com a natureza e com a sociedade, visamos a tornar possível a convivência em seu interior e com o exterior, que se evidenciarão os aspectos culturais dos sujeitos. Como destacamos no Capítulo 2, a cultura é a forma de ser de um povo, sua subjetividade e as maneiras como o camponês responde através de práticas aos desafios a ele apresentados pela natureza e pela história (BARROSO, 2005).

É o caso das estratégias de convivência, como o uso da caatinga para cura; da fauna para alimentação; captação de água para se manterem durante a seca e os períodos de estiagem, e os tratos culturais do solo para conseguirem sua reprodução e soberania alimentar.

Referidas atividades, porém, têm se refletido também de forma negativa sobre a área, isso em sua perspectiva física e social, pois os recursos têm sido ameaçados, como é o caso de diversos animais que eram facilmente encontrados no assentamento e hoje estão na lista de animais em extinção do IBAMA por conta da caça, do desmatamento e das queimadas. Diante da situação, é preciso repensar sobre o saber camponês e o modo como usá-lo devidamente na apropriação dos recursos destinados à sobrevivência familiar, além de ser fundamental a existência de orientações que possibilitem a preservação dos recursos a partir do próprio camponês, e não porque foi algo imposto aos assentados, pois as realizadas pela ADECOMP, Secretaria de Agricultura e Meio ambiente – Parambu e o STTR- Parambu não têm surtido efeitos expressivos.

No entanto, hoje os parceleiros conseguem perceber as mudanças ocasionadas pela exploração da terra, da fauna e da flora e se ressentem por não terem agido mais incisivamente ao verem pessoas de fora da área indo fazer seus roçados na propriedade, quando a mesma não havia nem sido desapropriada. Todavia, muitos dos parceleiros que se encontram em Ingá/Facundo já viviam na área.

Hoje, não se vêem mais plantas que possibilitaram ofícios como o de carpintaria, no qual se utilizava a própria matéria-prima do assentamento. A agricultura é a atividade principal, sendo que poucos buscam preservar suas *tarefas* para que essas não percam a produtividade.

É preciso o homem perceber que protegendo e ampliando os recursos que formam a base da vida não apenas do sertanejo, mas de toda a população no Nordeste hoje e no futuro, é que se põe em prática a cultura da valorização e do respeito ao indivíduo – tanto humano como da flora e da fauna.

No mais, sem buscar uma conceituação fechada, pré-estabelecida do ser camponês, afirmamos que esses sujeitos estão constantemente se recriando, não só por conta do seu próprio processo histórico, mas também por terem a consciência de que suas histórias são expressões de luta, memórias e fatos que sempre ratificam sua cultura de vida, em que eles recorrem sempre ao passado, permitindo-lhes a construção de um saber próprio, transmitido aos filhos, e possibilitando uma cultura própria, evidenciando o eterno *tocar em frente* que é a vida do camponês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp, 1998.

_____. **Construindo a ciência ambiental**. São Paulo: Annablume, 2002.

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos Íntimos: A Gestão nos Assentamentos de Reforma Agrária**. 157 fl. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

_____. **Segredos Íntimos: A Gestão nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

_____. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Número de folhas ou volumes. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**. 2. ed. Ceará: Imprensa Oficial do Ceará - IOCE, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e atividades 2001**. Fortaleza, 2001. 50 p.

BARBOSA, I. C. **Sertão um lugar-incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder - conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. 193 p.

BARROSO, Oswald. **A arte e a Cultura na Construção da Reforma Agrária**. Fortaleza: INCRA, 2005.

BERGAMASSO, Sônia Maria; NORBER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos)

BERNARDES, Júlia Adão. A estratégia do Capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de. et alii. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BOFF, Leonardo. **Semi-Árido: o mais chuvoso do planeta**. Rio de Janeiro: Cáritas, 2007. Disponível em: <<http://www.teste.caritasbrasileira.org/artigos.php?id=10&filtro=2>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. 2. ed. São Paulo: INCRA, 2000. Caderno de Formação, n. 34.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. São Paulo: Editora: Vozes, 1984.

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e convivência com o semi-árido: uma introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no Semi-Árido brasileiro. In: KÜSTER, Ângela; MELLO, H. O. de. **Educação no contexto do Semi-Árido brasileiro**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2004. p. 25-44

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro**. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Brasília, 1965.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação**. 2. Ed. Brasília, 1998.

_____. Capítulo 12 - **Manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=592>>. Acesso em: 25 set. 2007.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002. v. 1. 300 p.

CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTELO BRANCO, Telma Regina Simões. **Os posseiros de parambu e sua luta pela terra: a reconstrução histórica dos fatores determinantes de um conflito pela terra na Serra da Ibiapaba**. ___ fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1987.

CARVALHO, H. M. de. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba, fevereiro de 2002 (*mimeo*).

_____. **O Campesinato do Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos.).

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no nordeste do Brasil**. Tradução de Alexandre F. Coskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Ed. UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLARES, Maria Carmeita Sampaio. **Poder Dominação e Violência: um 'olhar' sobre a exploração sexual comercial de adolescentes**. Mestrado em Políticas Públicas. Dissertação de mestrado, Fortaleza, Ce, 2006.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSGROVE, Denis E.. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p.101-102.

COSTA, Jodival Mauricio da. **A multiconcepção de natureza**. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_gdce.html>. Acesso em: 12 dez. 2006. Publicado em: 24 fev. 2005

CRUZ, A. da C.; PEROTA, M. L. L. R.; MENDES, M. T. R. **Elaboração de referências: NBR 6023/2000**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 71 p.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DA SILVA, R. L. B. R. **Sobre o Camponês do Sertão: Produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos do Município de Goiás – GO. Número de folhas ou volumes**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Repensando e Recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 407-432.

_____. **Aspectos Sócio-culturais e Políticos do uso da Água**. Plano Nacional de Recursos Hídricos – MMA, 2005.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A Condição Camponesa**. Aracaju: NPGEO – UFS, 1996.

DUQUE, José G. **Solo e Água no Polígono das Secas**. Vol. CXLII. 5. ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1980. 273p.

_____. **Solo e Água no Polígono das Secas**. 6ª ed. Fortaleza: BNB, 2004. 334p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ESTES, C. P. **Mulheres que Correm com os Lobos** - Mitos e Histórias do Arquétipo da Mulher Selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006b. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=82&article=55&mode=pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/artigo%20do%20m%C3%AAs.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Ver. Ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, D. G. *et al.* **A desertificação no Nordeste do Brasil**: diagnóstico e perspectiva. Teresina: Universidade Federal do Piauí/ Núcleo de Pesquisa e Controle da Desertificação Nordeste – DESERT, 1994. 56 f..

FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque. **Educação Ambiental Dialógica e Representações Sociais da Água em Cultura Sertaneja Nordestina**: Uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba – CE (Brasil). 348 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade de São Carlos, São Paulo, 2003.

MARTINS FILHO, Antonio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

FUNCEME. **Redimensionamento da região semi-árida do Nordeste do Brasil**. Fortaleza, 1994. 112p.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joselyne. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 201-266.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O Sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; NIEMEYER, Ana Maria de (Orgs.). **Além dos Territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998. p. 97-166.

GONÇALVES, Rúbia Cristina Martins. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência**. 131f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 7ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

HOEBEL, E. A; FROST, E. L. **Antropologia Cultural e Social**. Tradução de Euclides Carneiro da Silva. 3. ed. São Paulo: Cutrix, 1976.

INCRA. **A a Z: Glossário de Termos Técnicos do INCRA**. Brasília: INCRA, 1981.

_____. **Plano de Desenvolvimento e de Recuperação do Assentamento Ingá/Facundo**. Parambu – Ceará: INCRA, dezembro de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico **2000**. Disponível : <<http://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 15 mar. 2006.

IPLANCE. **Perfil Básico Municipal: Parambu**. Fortaleza: IPLANCE, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LEITE, F. R. B.; SOARES, A. M. L.; MARTINS, M. L. R. Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no Estado do Ceará. 2ª aproximação. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 7., 1993, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBSR, 1993. p.156-161.

LEITE, F. R. B.; INCLAN, R. S.; LEITE, F. A. B. **Susceptibilidade à erosão em solos do Sertão dos Inhamuns - Salgado**. Folha SB-24-Y-B-III-3-Iguatú. Fortaleza: FUNCEME, 1988.

LEITE, F. R. B. *et al.* **Degradação Ambiental e Susceptibilidade aos Processos de Desertificação na Região do Médio Jaguaribe - Ce**. In: XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: XI SBSR, 2003, INPE, p. 1315 – 1322. Disponível em <http://mar.te.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.11.08.56/doc/12_056.pdf>. Acesso em: 08 out. 2007.

LENIN, V. Y. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LEWIS, R. D. **When cultures collide: managing successfully across cultures**. London: Nicholas Brealey Publishelds, 2000.

MACEDO, NERTAN. **O Clã dos Inhamuns** – Uma família de guerreiros e pastores das cabeceiras do Jaguaribe. Rio de Janeiro: Ramos, 1965.

MAIA, G. N. **Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades**. São Paulo: Computação Gráfica e Editora, 2004.

MANÇANO, Bernardo. **Delimitação conceitual de campesinato**. São Paulo: MST, 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/vozes/textobernardo2.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2006.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. **Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi**. São Luís: Imprensa Universitária, 1999. Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/5ritmos/ciclo.html>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção J.A. Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MATOS, F. J. A. **Plantas da medicina popular do Nordeste**. Fortaleza: UDUFC, 1999.

MATOS, K. S. L. de; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. (Coleção Magister).

MATTOS, Beatriz H. O. M. (Org). **Educação no contexto com o semi-árido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

_____. **Natureza e sociedade no semi-árido brasileiro: um processo de aprendizado social**. (mimeo, 2006).

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MENDES, Benedito Vasconcelos. **Características gerais da caatinga: desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Fascículo nº. 1, Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995. 8 p. (Universidade Aberta – ensino à distância).

MINAYO, M. C. de S.. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2^a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 1993.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA FÉ, Marcelo. **Serrote de Santo Antônio – Inselberg**. [Serrote de Santo Antônio – Inselberg]. Mensagem recebida por <annaerikaufc@yahoo.com.br> em 03 jan. 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática. 1986.

MOURÃO, Gerardo Mello. **A Geopoética de Euclides**. s/d. Disponível em:

<<http://www.revista.agulha.nom.br/meello01.html>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação ambiental e desertificação no Nordeste Brasileiro: o contexto da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú – Ce.** (Tese de doutoramento em Geografia). UFF: RJ, 2006. 370p.

NICOLESCU, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento** – Transdisciplinaridade. 1º Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP. Itatiba, São Paulo – Brasil: abril de 1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/vienna/2809/paradigma.html>>. Acesso em: 05/06/2006.

NUNES, Pedro. **Dicionário de Tecnologia Jurídica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** v. 15. n. 43. São Paulo: set./dez, 2001a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2007.

_____. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. *In: Anais - XII ENCONTRO NACIONAL DO MST.* São Miguel do Iguazu (PR): MST, 2004. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2005.

OLIVEIRA, Bernardete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. *In: Estudos Avançados.* v. 15, n. 43. São Paulo: set./dez, 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a19.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2007.

OLIVEIRA, R. de. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; SP: UNESP, 1998.

PATERSON, J. H. **Terra, Trabalho e Recursos: Uma Introdução à Geografia Econômica.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

PEREIRA, L. C. P. **A questão agrária e o campesinato.** *In: XVII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS, 2004.* Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produ%C3%A7%C3%A3o%20NERA/A%20GUEST%20AGR%C3%81RIA%20E%20O%20CAMPESINATO11%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

PINHEIRO, Antônio Flávio Costa. **Assentamentos Barra do Leme e 24 de abril: Poder e Sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. 221 f.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **Lutas de Famílias no Brasil** (introdução ao seu estudo). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Volume 263)

POPPER, K. **Em busca de um mundo melhor**. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1989.

PRADO JR., Caio. **Formação Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PROJETO MARCA D' ÁGUA. **Projeto Marca D'água Relatórios Preliminares 2001: A Bacia do Rio Jaguaribe, Ceará – 200**. Brasília: Marca D'água, 2001. 31p. Disponível em: <www.marcadagua.org.br/jaguaribe.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Luciana Rodrigues. **A convivência com o semi-árido: a utilização da caatinga no dia a dia das famílias do assentamento Palmares em Crateús**. 78f. Monografia (Graduação em Economia Doméstica) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Camponeses: do trançado ao mercado (uma análise geográfica do artesanato em Pacatuba - Se)**. Número de folhas ou volumes. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1996.

SALES, M. C. L. **Evolução dos Estudos de Desertificação no Nordeste Brasileiro**.

GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 11, pp.115-126, 2002. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp11/Geosp11_Sales.HTM>.

Acesso em: 12 set. 2007.

SANTOS, Lourival Santana (Org). **Camponeses de Sergipe: Estratégias de Reprodução**. Sergipe: NPGeo-UFS, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade** (Ensaio). Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. São Paulo: Editora Record, 2005.

- SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação**. 3. ed. rev. atual.– Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. 121p.
- SILVA, Jose Graziano da; **O que e questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 18)
- SILVA, Lenira Rique da. **Não Espacialidade Geográfica e a Questão da Terra**. Natal: UFRN, 1989. (Coleção Sala de Aula)
- SMITH, Neil. A ideologia da natureza. In: _____. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p 27-65.
- SOARES, A. M. L. et. al. Áreas Degradadas Suscetíveis aos processos de Desertificação no Ceará. In: GOMES, G. M.; SOUZA, H. R. de.; MAGALHÃES, A. R. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA, 1995. p. 305-327.
- SOARES, F. M. Levantamento dos Aspectos Físico-Naturais da Bacia do Rio Curu – CE. **Revista de Geologia**. v. 17, n. 1, p. 52-73, 2004. Disponível em: <http://www.revistadegeologia.ufc.br/04_2004.pdf>. Acesso em: 07 out. 2007.
- SOUSA, G. V. C. **Descobrimo e Construindo Parambu**: conhecimentos de Geografia e História. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999.
- SOUZA, M. J. N.; LIMA, N. A. M.; PAIVA, J. B. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do Estado do Ceará. **Revista de Geologia**, Fortaleza, n. 1, p. 73-91, 1988.
- SOUZA, M. J. N.; OLIVEIRA, Vlândia Pinto de. Semi-árido do Nordeste do Brasil e o fenômeno da seca. In. HUBP, José Hugo; INBAR, Moshe. **Desastres Naturales en América Latina**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 207-p221.
- _____. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do Estado do Ceará. **Revista Geológica**, Fortaleza, n. 1, p.73-91, 1988.
- SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: uma Educação para o Homem do Meio Rural. Número de folhas ou volumes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 1981.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil - 1**: O debate tradicional – 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

SUASSUNA, João. **Semi-árido**: proposta de convivência com a seca. Recife, 2002. Mimeo.

TADDEI, Renzo. Oráculos da chuva em tempos modernos: mídia, desenvolvimento econômico e as transformações na identidade social dos profetas do sertão. In: MARTINS, Karla. **Profetas da Chuva**. 2006. Fortaleza: Tempo D'Imagem, 2006. Disponível em: <<http://iri.columbia.edu/~taddei/profetas.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Relatório de documentação**: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

USARSKI, Frank. Interações entre Ciência e Religião. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, n. 14, out. 2002. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/017/17cusarski.htm>. Acesso em: 20 abr. 2005

VIEIRA, Lorena Claudia. **A Comunidade, a Cultura e o Turismo**. Fortaleza: PREMIUS, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: UFPR. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**. n. 2. Paraná: UFPR, p. 29-37, jul./dez., 2000.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. GT 17: XX Encontro anual da NPOCS, Caxambu, MG, 1996. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf/download>>. Acesso em: 20 out. 2006.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GLOSSÁRIO

1. Adjunto - Era um mutirão para limpa e plantio de roça
2. Biroba - Uma égua
3. Ceifasse - cortar
5. Chapador -
6. Derradeiro – Último
7. Dilema – contenda
8. Empaiolar o milho – organizar as espigas na parede até próximo da telha, ficando até durante um ano.
9. Empariados – de um lado do outro
10. Encapar enchada
11. Fazer Caule – Estabelecer morada;
12. Inclinação - vocação
13. Lida – trabalho.
14. Rês – Animal
15. Riba – em cima
16. Situaçõzinha – Propriedade;
17. Trempe – Espécie de fogareiro onde se cozinha a alimentação do dia. Utilizam-se pedras ou uma estrutura de ferro para aquecer as panelas de alimentos.
18. Valado: Uma vala grande
19. Veredinhas – Caminhos estreitos de terra
20. Canga – Espécie de tecido usado para carregar materiais ou como rede para descanso.
21. Quefazeres – linguagem campesina referente às atividades a serem desempenhadas nas parcelas

APÊNDICE A**Entrevista Semi-Estruturada sobre Agricultura Camponesa**

III Etapa do Curso de Formação anual da CPT-CE - julho de 2007 - Mundaú - Ceará.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE - PRODEMA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS - LEAT

IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Onde mora:
5. Membro da CPT: Sim__ Não__

Agricultura Camponesa

- 1) O camponês ainda pratica a agricultura camponesa? Como você identifica a realização dessa atividade na área onde você mora?
- 2) O camponês tem o interesse de se inserir na agricultura voltada para o mercado? Por quê?
- 3) Você consegue identificar quais práticas agrícolas e de apropriação dos recursos são identificadas na sua área?

APÊNDICE B

Trabalhos de campo

PLANEJAMENTO PARA 1º **TRABALHO DE CAMPO** - MAIO/ 2006
 DIAS: saída 15/05/2006 de Fortaleza (segunda-feira) retorno: 20/05/2006 de Parambu (sábado)

ENTREVISTADORA: Anna Érika Ferreira Lima
 ORIENTADOR: José Levi Furtado Sampaio

Ingá/Facundo: 15/05, 16/05 e 19/05
 Serra das Moças e dos Caboclos: 20/05
 Parambu (sede): 17/05, e 18/05

ATIVIDADES

Facundo

Conhecer o assentamento
 Aproximação dos camponeses
 Fotos da área
 Entrevista com o presidente e o vice (Chiquinho Pereira e José Inácio)
 Organizar Grupo Focal (História do Assentamento)

INGÁ

Aproximação via Presidente do Sindicato e Lia (CPT);
 Fotos

PARAMBU

Conseguir Livro Tombo da Igreja
 Registros do Cartório
 Procurar Secretária de Educação (autora do único livro sobre Parambu) – entrevista
 Feira-livre

ASSENTAMENTO: Serra das Moças e dos Caboclos

Aproximação dos assentados
 Procurar Agente de Saúde
 Fotos da área

Pontos a serem observados e encaminhados

- Nos instalar na casa da Presidente do STTR – Parambu – Dita;
- Procurar Dona Socorro Matos;
- Como os camponeses vivem;
- Identificação dos recursos da área;
- Como se dá a organização do assentamento
- Conseguir registros dos conflitos no Município (Livro Tombo)
- Ir à Feira-Livre

Material necessário: Cd; Máquina Digital. Pilha; MP4; Esquemas de Entrevistas

PLANEJAMENTO PARA 2º TRABALHO DE CAMPO - MARÇO/ 2007
DIAS: saída 11/03/2007 de Fortaleza (terça-feira) retorno: 16/03/2007 de Parambu (Quinta-feira)

ENTREVISTADORA: Anna Érika Ferreira Lima
 ORIENTADOR: José Levi Furtado Sampaio

Ingá/Facundo: 12/03, 13/03, 15/03, 16/03 (Manhã)
 Serra das Moças e dos Caboclos: 14/05
 Parambu (sede): 16/03 (tarde)

ATIVIDADES

FACUNDO

Mapeamento da Área
 Entrevista com Sr. Henrique Martins
 Entrevista com Sr. Zé Inácio
 Entrevista com jovens (5)
 Leitura do Histórico construído por mim para os que participaram do Grupo focal
 Conversas com mulheres do Assentamento
 Conhecer as Escolas
 Fotos

INGÁ

Mapeamento
 Entrevista com Sr. Otávio Torquato e sua esposa;
 Entrevista com Zezo Torquato e sua esposa;
 Conhecer as duas Escolas
 Fotos

PARAMBU

Pesquisa na Secretaria de Agricultura de Parambu;
 Pesquisa na Secretaria de Cultura;
 Pesquisa na Secretaria de Infra-Estrutura
 Pesquisa no STTR-Parambu.

ASSENTAMENTO: Serra das Moças e dos Caboclos

Mapeamento
 Fotos da área

Pontos a serem observados e encaminhados

- Conseguir o PRA de Ingá/Facundo (em Tauá)
- Identificação dos recursos da área e sua utilização;
- Projetos da Prefeitura que visam a área;
- Conversas elucidativas para formar o histórico corretamente;
- Fotos comparativas;

Material necessário: Cd; Máquina Digital. Pilha; MP4; Esquemas de Entrevistas.

PLANEJAMENTO PARA 3º TRABALHO DE CAMPO - SETEMBRO/ 2007
 DIAS: saída 12/09/2007 de Fortaleza (quarta-feira) retorno: 25/09/2007 de Parambu (terça-feira)

ENTREVISTADORA: Anna Érika Ferreira Lima
 ORIENTADOR: José Levi Furtado Sampaio

Ingá/Facundo: 12/09, 13/09, 14/03, 16/03 à 25/03
 Serra das Moças e dos Caboclos: 15/05

ATIVIDADES

FACUNDO

Entrevista com Sr. Henrique Martins
 Conversa com Sr. Zé Inácio
 Conversa com Chiquinho Pereira
 Entrevista semi-estruturada com outros camponeses;
 Última leitura do Histórico construído por mim para os que participaram do Grupo focal
 Dormir no assentamento
 Visita a vila principal (FAC III)
 Fotos

INGÁ

Entrevista com Sr. Otávio Torquato e sua esposa;
 Entrevista semi-estruturada com outros camponeses;
 Entrevista com Dona Deuzinete (Líder Sindical e Rezadeira)
 Fotos

ASSENTAMENTO: Serra das Moças e dos Caboclos

Ajuda na Pesquisa da Danielle
 Fotos da área

Pontos a serem observados e encaminhados

- Dormir no Assentamento – Maior aproximação
- Elucidar dúvidas pós-Qualificação;
- Andar no assentamento com alguém de lá (moto);
- Aprender a pilotar moto (Diminuição dos custos);
- Considerar a diferença de paisagem nesse período de estiagem e as mudanças nos hábitos nessa época.
- Observar as tarefas das mulheres e das crianças na parcela;
- Saber o papel da mulher na organização do assentamento;
- Identificar rezadeiras, macumbeiras, parteiras, bordadeiras;
- Levantar o uso medicinal das plantas encontradas no assentamento;
- Identificar a mobilidade dos camponeses nos períodos de festas na cidade;
- Entregar fotos;
- Me aproximar mais dos camponeses de Ingá de Cima;
- Fotos comparativas;

Material necessário: Cd; Máquina Digital. Pilha; MP4; Esquemas de Entrevistas.

PLANEJAMENTO PARA 4º **TRABALHO DE CAMPO**- DEZEMBRO/ 2007
 DIAS: saída 25/12/2007 de Fortaleza (quarta) retorno: 30/12/2007 de Parambu (domingo)

PESQUISADORA: Anna Érika Ferreira Lima
 ORIENTADOR: José Levi Furtado Sampaio

Facundo: 26/12, 27/12 e 30/12
 Ingá: 28/12
 Serra das Moças e dos Caboclos: 29/12

ATIVIDADES

Facundo

Entrega dos donativos da Campanha
 Conversas com a Família do Sr. Martins
 Fotos estratégias de experiência de convivência com o S.A.

INGÁ

Entrevista o Sr. Otávio Torquato
 Entrevista com Saulo Torquato (Professor)
 Fotos

Serra das Moças e dos Caboclos

Entrega dos donativos da Campanha
 Ajudar a Danielle na pesquisa dela
 Fotos dos açudes e barreiros da área
 Entrevista com o presidente

Pontos a serem observados e encaminhados

- Estratégias de convivência (fauna, flora e água)
- Conhecer a área de reserva particular dos parceiros;
- Entregar fotos individuais;
- Elucidar dúvidas sobre entrevistas anteriores;
- Falar com o Sr. Chiquinho Pereira sobre a nova eleição para Presidente da Associação
- Conseguir planta do assentamento

Material necessário: Cd; Máquina Digital. Pilha; MP4; Esquemas de Entrevistas.

PLANEJAMENTO PARA 5º TRABALHO DE CAMPO – Janeiro e Fevereiro/ 2008
 DIAS: saída 23/01/2008 de Fortaleza (Quinta-feira) retorno: 07/02/2008 de Parambu (Quinta-Feira)

PESQUISADORA: Anna Érika Ferreira Lima
 ORIENTADOR: José Levi Furtado Sampaio

Ingá/Facundo: 23/01, 24/01; 27/01, 28/01, 30/0, 31/01; 03/02, 04/02; 06/02.
 Parambu: 25/01, 26/01; 29/01; 01/02, 02/02; 05/02; 07/02

ATIVIDADES

FACUNDO

1. Observações; conversas informais; entrevistas semi-estruturadas
2. Registros de Instrumentos de trabalho;
3. Período de sementeia;
4. Participação de Cultos para acompanhar as famílias;
5. Elucidações com Sr. Henrique; Dona Deuzinete e Otávio Torquato sobre as informações.
6. Fotos

INGÁ

1. Observações; Registros fotográficos;
2. Entrega de fotografias;
3. Conversas para elucidar dúvidas de informações conseguidas em trabalhos anteriores;

PARAMBU

4. Escrevendo o Capítulo 4

Pontos a serem observados e encaminhados

- Dormir no Assentamento;
- Elucidar dúvidas;
- Acompanhar atividades de sementeia;
- 1 ano de falecimento de D. Terezinha (Esposa do Sr. Henrique)
- Considerar a diferença de paisagem nesse período de estiagem e as mudanças nos hábitos nessa época.
- Observar hábitos caseiros;
- Escrever o Capítulo 4;
- Fotos comparativas;

Material necessário: Cd; Máquina Digital. Pilha; MP4; Esquemas de Entrevistas, livros, computador.

APÊNDICE C

Esquemas de Entrevistas Semi-Estruturadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
 AMBIENTE - PRODEMA
 LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS - LEAT

IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Área do Assentamento:

HISTÓRICO DO LOCAL

1. Quando chegou na área? Que ano...vinha de onde, idade
- 1.2. Quem foram os primeiros moradores? Pergunta relacionada aos mais idosos...levantar os mais idosos da comunidades...
2. A terra tinha um dono? Vocês trabalhavam para ele?
3. Qual era o tipo de relação de trabalho desse período – meia, quarta, renda...
4. Como se constituiu o povoado? Localização das primeiras casas...qual era a conjuntura política do Estado...a disposição das ruas...
5. Como vocês conseguiram a posse da terra? Houve conflito?
6. Quem ajudou vocês? (os atores sociais envolvidos → igreja, sindicatos, ONGs...)

PRODUÇÃO

7. Você sabe informar os preços das terras nas proximidades?
8. Qual a relação entre a comunidade e as propriedades vizinhas? **Vendem produtos, compram produtos, trocam, utilizam os espaços dos vizinhos, ...**
9. Você trabalha com agricultura em outro local? Onde? Desempenhando que função?
10. Se caso trabalhar, como é a forma de pagamento?
11. Da família, quem trabalha na agricultura? Filhos, esposa, genro,...
12. Qual o papel da mulher nas atividades de trabalho?
13. Vocês contratam pessoas na época do plantil e da colheita? Qual a forma de pagamento? **meia, terça...**
14. Quais os tipos de cultura que vcs cultivam?
15. Quais os instrumentos utilizados por vcs? ferramentas
16. A quem pertence os instrumentos usados?
17. Como é feito o preparo da terra? brocagem, tração animal...uso de técnicas mais modernas
18. O que você acha do uso de arado?

ORGANIZAÇÃO – líder sindical...

1. Quantas pessoas moram na área?parceiros e agregados → procurar ver o livro de cadastro
2. Vocês são vinculados a algum sindicato, associação?
3. Como a Comunidade está organizado atualmente? Associação, cooperativa, sindicato, grupos de mulheres, jovens...
4. Como se estabelecem as relações sociais internas? Agregados, parceiros,...
5. Existe alguma cooperativa de crédito?
6. Caso a resposta tenha sido sim?
7. Já foi beneficiado?
8. Você recebe algum tipo de ajuda do Governo ou do Estado (Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação...)? Ou outros tipos de renda?

OUTRAS QUESTÕES...

1. Conhece alguma associação de reflorestamento? Quais os agentes sociais que difundiram essas práticas?
 2. Há algum manejo da vegetação?
 3. Como é feito o tratamento do lixo?
 4. Tem esgotamento sanitário na área?
 5. Existe energia elétrica?
 6. A água é encanada?
 - 6.1. Vocês tem problema com falta de água?
 7. Qual o tratamento destinado a esse recurso?
 8. Sobre alimentação:
 - Quais os produtos que sua família consome?
 - O quê e onde vocês compram?
 - Consomem o que produzem?
 9. O que seria ser camponês para vc?
 - 9.1. Você se considera um camponês?
 10. Quais as atividades de lazer da comunidade?
 11. Como se deu a divisão das comunidades no assentamento (Ingá de cima, Ingá de Baixo, Facundo I, II e II, Cipola, Baixio e Extrema)?
-

OBSERVAÇÕES:

→ Como é a infra-estrutura do Assentamento? **Presença de igrejas (católicas e evangélicas), escolas (de Ensino Fundamental e Médio), comércios, cisternas, poços profundos, barragens, telefone público, praça, postos de saúde, vias pavimentadas ...**

- Qual é o material das casas.
 - Que tipo de madeira são feitas as cercas
 - Como armazenam os produtos cultivados e por qt tempo.
 - Você acha importante participar dos movimentos da comunidade?
 - Vocês costumam participar das atividades da Igreja? quais?
 - Qual a religião em maior expressividade?
 - As casas são dispostas para o lado das estradas
 - Quais as atividades de lazer durante a noite para jovens, adultos e idosos?
-



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
 AMBIENTE - PRODEMA
 LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS - LEAT

Entrevistadora: Anna Erika Ferreira Lima

IDENTIFICAÇÃO – DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Área do Assentamento:

JOVENS

- 1 – Você gosta de viver em um assentamento?
- 2 – O que você quer ser no futuro?
- 3 – Se agricultor é um plano seu?
- 4 – Você almeja viver aonde quando for adulto (continuar no assentamento, ir embora...)
- 5 – Por que?
- 6 – Você ajuda seus pais na roça? Qual a função? Que horário e em qual período do ano?
- 7 – Quais as festas frequênta?
- 8 – Costuma mais ver Tv ou ouvir rádio?
- 9 – Gosta de quais programas?
- 10 – Quais os tipos de música que você escuta? forró, pagode, samba, mpb, rap, funk, rock...
- 11 – O que você acha que falta no assentamento?
- 12 – O que fazem durante a noite?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
 AMBIENTE - PRODEMA
 LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS – LEAT

Entrevista Semi-Estruturada sobre Cultura Camponesa
Entrevistadora: Anna Erika Ferreira Lima

Informações Gerais

Nome do camponês:

Idade:

Naturalidade: _____ Naturalidade _____ da

Família: _____

Chegou na área em que ano: _____ Família participou do Processo de Desapropriação:

() Sim () Não; Você participou do Processo de Desapropriação? () Sim () Não;

Quantas Pessoas vivem na parcela: (). Deste (nº): () Homens () Mulheres () Crianças;

Como você se define: () Assentado(a) () Camponês (a) () Parceleiro(a) () Outro (a) _____ . Qual a sua condição: () Parceleiro; () Agregado; () Outro: _

Qual o tamanho da parcela que você vive: ____ ha.

Você é agricultor? () Sim () Não. Caso a resposta seja “Não”, qual a atividade que você desempenha e onde?

Origens

Seus pais eram (são) Agricultores: () Sim () Não.

Caso a resposta seja “Sim”. Eles lhe ensinaram a lidar com a terra: () Sim () Não.

O que você aprendeu sobre essa questão com eles?

Você caça ou já caçou? Quais animais? Qual finalidade?

Você tem outros familiares no assentamento? () Sim () Não.

Vocês trocam produtos (famílias e vizinhos)? () Sim () Não. Caso a Resposta seja “Sim”. Quais?

Sobre a atividade Agrícola

Quais as ferramentas que eles (familiares) usavam e você ainda utiliza? Qual a função delas?

O que você deixou de usar? Por quê?

Quais instrumentos você utiliza hoje que não existiam ou não eram usados pelos seus pais ou parentes? Quando você passou a usá-los?

O que vocês plantam?

O que deixaram de plantar e por quê?

Dos que moram com você, quais os que ajudam na terra?

Vocês vendem o que produzem? () Sim () Não. Caso a resposta seja “Sim”. Onde e para quem?
 Você tem algum lucro na venda dos produtos: () Sim () Não. Caso a resposta seja “Sim”. O que fazem com o dinheiro que sobra da venda?
 Caso “Não” venda a produção, recebe alguma ajuda do Estado ou Prefeitura? Qual e de quanto?
 Por quê “não” vende o que produz?
 Antes do plantio você trata como a terra?
 Como é feita a “limpa”?
 Você usa arado?
 Você trabalha com agricultura em outro local? () Sim () Não. Onde?
 Você trabalha com outra atividade que não seja agricultura?

Sobre Criação de animais

Você cria algum animal? Qual?
 Compensa essa criação? () Sim () Não. Por quê?

Fauna e Flora

Quais os animais que vocês ainda encontra na área?
 Quais os que você não encontra mais?
 Quais as árvores que ainda são encontradas?
 Quais as que não se encontram mais?

Meio Ambiente

O que você entende por meio ambiente?
 Você realiza alguma prática de proteção ambiental? () Sim () Não.
 Quais?
 O que você vem fazendo para preservar os solos ou recuperar os solos degradados
 Você tem orientação para preservação ambiental? () Sim () Não. Quem presta essa assessoria?
 O que é feito do lixo? Caso queime, em qual horário e por quê?
 Você é feliz onde vive? () Sim () Não. Por quê
 Se você pudesse: () Moraria em outro lugar; () Trabalharia com algo diferente de agricultura;
 () Venderia sua produção para empresas agrícolas; () Estimularia seus filhos a morarem em outro lugar.
 Quais os festejos que você participa anualmente?
 Conhece parteiras, rendeiras, cantores, rezadeiras no Assentamento? Quem?
 Você sabe o que é cultura?
 Você transmite seus conhecimentos aos seus filhos, netos, demais parentes e vizinhos? Como?

APÊNDICE D

Lista de Entrevistados durante os cinco trabalhos de campo

Nº	Nome	Entidade/Condição	Lugar que vive	Naturalidade	Idade	Vezes que foi entrevistado
1	Almerinda Bernardes Ferreira	Parceleira	Ingá de Baixo	Parambu	79 anos	2
2	Alvino Furtado de Castro	Parceleiro	-	-	-	1
3	Antônia Alves de Souza	STTR – Parambu	Parambu (sede)	-	-	2
4	Antônio Henrique da Silva (Martins)	Parceleiro	Facundo II	Parambu	68 anos	3
5	Antonio Valdir de Oliveira	Parceleiro	Facundo I			1
6	Carlos Miguel de Oliveira	STTR – Parambu e agregado	Facundo I	Parambu	47 anos	2
7	César Almeida	Técnico da ADECOMP	Tauá	Tauá	40 anos	1
8	Chiquinho Pereira (Francisco Davi Sampaio)	Parceleiro	Facundo III	Aiuaba	61 anos	3
9	Elisabeth Ferreira dos Santos Lima	Presidente da ADECOMP	Parambu (sede)			1
10	Elisangela Gonçalves de Oliveira	Parceleira (lote)	Facundo III	Parambu	33 anos	1
11	Iranildo Costa Freitas	Técnico da ADECOMP	-	Parambu	28 anos	1

12	Jose Bernardes de Oliveira	Parceleiro	Ingá de Cima	-	-	1
13	José Cosme Filho (Ozéias)	Parceleiro	Facundo I	-	60 anos	1
14	José Inácio (José Gomes de Andrade)	Presidente da Associação dos Trabalhadores (as) de Ingá/Facundo	Facundo II	Parambu	55 anos	3
15	José Pereira Freire	jovem	Ingá de Cima	Parambu	-	1
16	Leide Bernardes Freitas Torquato	Agregada	Ingá de Baixo	Parambu	40 anos	1
17	M ^a do Socorro Benedita da Silva	Agregada	Facundo III	Parambu	41 anos	1
18	M ^a Freitas de Oliveira	Parceleira	Ingá de Cima	Parambu	70 anos	1
19	M ^a Socorro Gonçalves de Matos	STTR - Parambu	Parambu (sede)	-	-	1
20	Marcilene Lô	jovem	Facundo II	-	-	1
21	Maria Alexandrina de Oliveira (Deuzinete)	Parceleira	Facundo I	Parambu	55 anos	2
22	Maria Leide Simão	Agregada	Facundo II	Parambu	48 anos	1
23	Martinha Pereira Batista	Agregada	Fac III	Parambu	48 anos	1
24	Otávio Torquato Ferreira	Parceleiro	Ingá de Baixo	Parambu	80 anos	2
25	Patrícia Pereira Lô	jovem	Facundo II	-	-	1
26	Raimundo Ferreira Batista	Parceleiro	Facundo I	Crateús	71 anos	1
27	Regis do Sousa MARTins	jovem	Facundo III	Parambu	20 anos	1
28	Rita Martins da Silva	Parceleira	Facundo II	-	-	1
29	Saulo Torquato de Oliveira	Jovem	Ingá de Baixo	Parambu	20 anos	1

30	Sebastião Martins da Silva	Parceiro	Facundo III	Parambu	76 anos	1
31	Terezinha Maria dos Silva	Parceira (Falecida)	Facundo III	Parambu	-	1
32	Venuíra	Secretária de Educação	Parambu (sede)	1	-	-
33	*	Parceiro	Ingá de Cima	Parambu	58 anos	1
34	*	Parceira	Ingá de Cima	Parambu	68 anos	1
35	Edmilson Calixto	Agente da CPT	Parambu	-	-	1

Das 35 entrevistas com 27 pessoas do assentamento

APÊNDICE E
LISTA DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS

Prefeitos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES

LISTA DA SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS⁵⁰

07/12/1947 → Tauá → MARÇAL ALEXANDRINO DE OLIVEIRA

03 DE OUTUBRO DE 1950 → Tauá → FLÁVIO ALEXANDRINO NOGUEIRA → PSD

03 DE OUTUBRO DE 1954 → Tauá → MOACIR PEREIRA GONDIM → PSD

03 DE OUTUBRO DE 1958 → ELISON MOREIRA LIMA → PSD

1957 → FRANCISCO ALVES TEIXEIRA → ARENA

03 DE OUTUBRO DE 1960 → Somente para Palhano

07 DE OUTUBRO DE 1962 → JOSÉ CARVALHO PINHEIRO → PSD

15 DE NOVEMBRO DE 1966 → FRANCISCO ALVES TEIXEIRA → ARENA

15 DE NOVEMBRO DE 1970 → ROBERTO GIRÃO DE OLIVEIRA → ARENA

15 DE NOVEMBRO DE 1972 → FRANCISCO ALVES TEIXEIRA → ARENA

15 DE NOVEMBRO DE 1976 → LUIZ ALVES NORONHA → ARENA 1

17 DE JULHO DE 1977 -> Só de Pacujá

15 DE NOVEMBRO DE 1982 → FRANCISCO ALVES TEIXEIRA → PDS

20 DE MARÇO DE 1983 → resultados de Missão velha, Capistrano e Aratuba

16 DE DEZEMBRO DE 1984 → Resultado só de Maracanaú

15 DE NOVEMBRO DE 1985 → Amontada, Cruz, Forquilha, Fortaleza, Icapuí, Itarema, Milha, Paraipaba, Quixelô, Umirim, Varjota.

15 DE NOVEMBRO DE 1988 → FRANCISCO JOSÉ FERREIRA NORONHA → PFL

03 DE OUTUBRO DE 1992 → MARCELO FERREIRA MOREIRA → PDT

03 DE OUTUBRO DE 1996 → MARIA MILENE FREITAS → PMDB

29 DE NOVEMBRO DE 1998 → Resultado só de Acaraú

01 DE OUTUBRO DE 2000 → MANUEL GOMES NETO → PPS

15 DE NOVEMBRO DE 2002 → Resultado só de Coreaú

2004 - 2008 → GENECIAS MATEUS NORONHA → PMDB

⁵⁰ <http://www.tre-ce.gov.br/tre/eleicoes/index.htm>
 Org. Lima, 2007-2008.

